



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANUSKA ANDRÉIA DE SOUSA SILVA

**O PROGRAMA UFBA EM CAMPO – ACC:
SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE**

Salvador

2007

ANUSKA ANDRÉIA DE SOUSA SILVA

**O PROGRAMA UFBA EM CAMPO – ACC:
SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Dora Leal Rosa

Co-orientador: Prof. Dr. Álamo Pimentel G. da Silva

Salvador

2007

Biblioteca Anísio Teixeira – Faculdade de Educação / UFBA

S586 Silva, Anuska Andréia de Sousa.

O Programa UFBA em Campo – ACC : sua contribuição na formação do
estudante / Anuska Andréia de Sousa Silva. – 2007.

160f.

Orientadora: Profª. Dra. Dora Leal Rosa.

Co-orientador: Prof. Dr. Álamo Pimentel G. da Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Educação, 2007.

1. Extensão universitária – Bahia. 2. Avaliação institucional.
3. Flexibilidade curricular. I. Rosa, Dora Leal. II. Silva, Álamo Pimentel G. da.
III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. IV. Título.

CDD 378.103098142 – 22. ed.

TERMO DE APROVAÇÃO

ANUSKA ANDRÉIA DE SOUSA SILVA

O PROGRAMA UFBA EM CAMPO – ACC: SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Dora Leal Rosa – **Orientadora**

Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal da Bahia

Álamo Pimentel Gonçalves da Silva – **Co-orientador**

Doutor em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Universidade Federal da Bahia

Débora de Lima Nunes Sales

Doutorado em Urbanisme et Aménagement, Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne), U.P. XII, França
Universidade Salvador

Salvador, 01 de junho de 2007.

A

ACC – EDC – 455 – Projeto Paraguai: Construindo a Comuniversidade (semestres 2001.1 e 2002.1), por ter me proporcionado experiências incomparáveis do que é fazer Universidade e ter inspirado essa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Professora Dora Leal Rosa, por ter me acompanhado em todo esse longo percurso de aprendizagem, desde a minha graduação como bolsista PIBIC.

Ao meu co-orientador, Professor Álamo Pimentel Gonçalves da Silva, por ter desempenhado papel indispensável ao resultado desse trabalho.

A todos os professores, funcionários, graduandos e graduados da UFBA que participaram dessa pesquisa.

A todos que contribuíram para que essa pesquisa fosse realizada.

As chamadas actividades de extensão que a universidade assumiu sobretudo a partir dos anos sessenta constituem a realização frustrada de um objectivo genuíno.

Não devem ser, portanto, pura e simplesmente eliminadas. Devem ser transformadas. As actividades de extensão procuraram “extender” a universidade sem a transformar; traduziram-se em aplicações técnicas e não em aplicações edificantes da ciência; a prestação de serviços a outrem nunca foi concebida como prestação de serviços à própria universidade. Tais actividades estiveram, no entanto, ao serviço de um objectivo genuíno, o de cumprir a “responsabilidade social da universidade”, um objectivo cuja genuinidade, de resto, reside no reconhecimento da tradicional “irresponsabilidade social da universidade”.

Boaventura de Sousa Santos, 2003

RESUMO

Esta dissertação objetivou avaliar o Programa UFBA em Campo – ACC através da perspectiva dos egressos dos cursos de graduação da UFBA. Para orientar a pesquisa, foram definidos seis objetivos. O primeiro objetivo foi entender que concepção de extensão e de intervenção social a UFBA possui. O segundo foi verificar se há articulação entre as atividades de ACC e as de ensino e pesquisa e como isso se processa. O terceiro foi examinar a existência de articulação das temáticas de ACC com os problemas sociais. O quarto concerniu em descrever as políticas existentes na UFBA para o desenvolvimento da ACC e se existem incentivos institucionais e/ou de outras fontes. O quinto procurou entender como é a participação dos estudantes nas ACC's. Por último, buscou-se examinar qual a contribuição da ACC na formação do estudante. A pesquisa realizada através da pesquisa bibliográfica, da metodologia do Survey e da pesquisa documental verificou que a UFBA utiliza o mesmo conceito elaborado pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, com a ACC em sua essência articulando as funções essenciais da Universidade, em consonância com os problemas sociais. A pesquisa apontou ainda que a Universidade possui políticas institucionais para o desenvolvimento da ACC (política de parceria, política de avaliação e a flexibilização curricular) e que o programa desempenha um papel importante no trajeto curricular do estudante, contribuindo para formação ética, profissional, cidadã e humanitária. Em função dos resultados obtidos, recomendou-se a utilização dos dados desta pesquisa para que a gestão do programa implante um sistema permanente de acompanhamento e avaliação com representação da comunidade, do corpo discente e docente. Aconselhou-se também que a ACC seja utilizada para reconceptualização do currículo, auxiliando o projeto da Universidade Nova no âmbito da UFBA.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Extensão Universitária; Flexibilização Curricular.

ABSTRACT

This paper intended to evaluate UFBA em Campo Extension Program – ACC, from undergraduate alumni point of view. Six objectives were established: the first one was to understand the concept of extension and social intervention adopted at UFBA; the second one was to verify the existence of connections between ACC extension, research and teaching, and how it occurs; the third one was the existence of connections between ACC extension and social problems; the fourth one was to describe UFBA policies to develop ACC and the existence of institutional, and other sources, of encouragement of the program; the fifth one was how to understand students participation and the sixth and last one was the exam of its contributions to students training. The study, conducted on basis of bibliographic and documental research and survey, revealed that UFBA adopts, through the ACC practice, the same concept established in National Plan of University Extension, considering the concern for social problems as an university function. The research has indicated that UFBA applies institutional policies for ACC development (policies of partnership, assessment and curriculum flexibility) and also that ACC program plays an important role in students academic path, contributing to develop ethical, professional, humanitarian attitudes, as well citizenship. As a result of research raised data, it was recommended that program management install a permanent assessment and evaluation system, including representatives of community, professors and students. It was also recommended that ACC program be utilized in the present process of UFBA curricula courses revision.

Key-words: Institutional Evaluation, University Extension, Curriculum Flexibility.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total da oferta de ACC's por semestre (2001.1 – 2002.2)	68
Tabela 2 – Oferta de ACC por semestre (2001.1 – 2002.2)	68
Tabela 3 – Oferta por semestre da ACC (2001.1 – 2002.2)	70
Tabela 4 – Total da oferta de ACC's por semestre (2003.1 – 2004.1)	72
Tabela 5 – Oferta de ACC por semestre (2003.1 – 2004.1)	73
Tabela 6 – Oferta por semestre da ACC (2003.1 – 2004.1)	74
Tabela 7 – Total da oferta de ACC's por semestre (2005.2 – 2006.2)	76
Tabela 8 – Oferta de ACC por semestre (2005.2 – 2006.2)	77
Tabela 9 – Número de ACC por semestre (2001.1 – 2006.2)	78
Tabela 10 – Total de oferta de ACC por Unidade de Ensino (2001 – 2006)	79
Tabela 11 – Curso de graduação da amostra de egressos de ACC	95
Tabela 12 – Como os egressos conheceram a ACC	97
Tabela 13 – Os principais motivos dos estudantes em participar de uma ACC	101
Tabela 14 – Indicadores de articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão	108
Tabela 15 – Contribuição da ACC na formação do estudante	110

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC	Atividade Curricular em Comunidade
ACIEPE	Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão
ADM	Escola de Administração
AGR	Escola de Agronomia
ARQ	Faculdade de Arquitetura
BIO	Instituto de Biologia
CADCT/SEPLANTEC	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COM	Faculdade de Comunicação
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
DA	Diretório Acadêmico
DAN	Escola de Dança
DIR	Faculdade de Direito
EBA	Escola de Belas Artes
ECO	Faculdade de Ciências Econômicas
EDC	Faculdade de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENF	Escola de Enfermagem
ENG	Escola Politécnica
FACED	Faculdade de Educação
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FAPEX	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão
FAR	Faculdade de Farmácia
FCH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FCM	Fundação Clemente Mariani

FOF	Faculdade de Odontologia
ForGRAD	Fórum Nacional de Graduação
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
GEO	Instituto de Geociências
GT	Grupo de Trabalho
IC	Iniciação Científica
ICS	Instituto de Ciência da Informação
ICS	Instituto de Ciências da Saúde
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
ISP	Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LET	Instituto de Letras
MAT	Instituto de Matemática
MEC	Ministério da Educação
MED	Faculdade de Medicina
MEV	Escola de Medicina Veterinária
MUDA	Movimento Universitário de Alfabetização
MUS	Escola de Música
NGA	Núcleo de Gestão Acadêmica
NUT	Escola de Nutrição
ONG	Organização Não-Governamental
PAS	Programa Alfabetização Solidária
PDGS	Programa de Desenvolvimento e Gestão Social
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNE	Plano Nacional de Educação
PRADEM	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Municipal

PRODESCOM	Programa de Estruturação Institucional e Capacitação Municipal para o Desenvolvimento Sustentável
PROEXT	Pró-reitoria de Extensão
PROGED	Programa de Formação Continuada para Gestores da Educação Básica
RN	Rio Grande do Norte
SESu	Secretária de Educação Superior
SGC	Secretaria Geral de Cursos
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TEA	Escola de Teatro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNITRABALHO	Rede universitária nacional

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURRÍCULO DE GRADUAÇÃO	20
3.	A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	31
4.	O PAPEL DA ACC NA UFBA E NAS IFES	39
4.1.	O QUE É FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	39
4.2.	ALGUMAS ORIENTAÇÕES PARA A FLEXIBILIDADE	44
4.3.	A ACC E A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	48
5.	O PERCURSO DO PROGRAMA UFBA EM CAMPO – ACC (ATIVIDADE CURRICULAR EM COMUNIDADE)	56
5.1.	PROGRAMA UFBA EM CAMPO	56
5.2.	ACC EM CARÁTER EXPERIMENTAL (2001.1 – 2002.2)	59
5.3.	ACC COMO PROGRAMA PERMANENTE (2003.1 – ATUAL)	71
	1.3.1.1º FASE (2003.1 – 2004.1)	71
	1.3.2.2ª FASE (2005.2 – atual)	75
6.	METODOLOGIA	80
7.	A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NO PROGRAMA UFBA EM CAMPO – ACC E A CONTRIBUIÇÃO NA SUA FORMAÇÃO	85
7.1.	INTEGRAÇÃO DA ACC COM AS ATIVIDADES DE ENSINO E DE PESQUISA	85
	7.2.A ACC E O ATENDIMENTO A COMUNIDADE REGIONAL	88
	7.3.POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA ACC	89
	7.4.A ACC E A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	90
	7.5.A PARTICIPAÇÃO DO ESTUDANTE NA ACC	95
	7.6.A CONTRIBUIÇÃO DA ACC NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE	95
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
	REFERÊNCIAS	130
	APÊNDICES	137
	ANEXO	143

1. INTRODUÇÃO

Não há um conceito único sobre Universidade e nem suas funções foram as mesmas de acordo com o tempo e o espaço. A concepção de Universidade mais difundida hoje é que ela é uma instituição social responsável por geração e divulgação do saber. Para cumprir tal papel a Universidade possui funções. Essas funções são variadas de acordo com os estudiosos, o tempo e o espaço, mas há algumas consideradas as principais: o ensino, a pesquisa e a extensão.

É importante mencionar que esse é um entendimento recente acerca de quais são as mais importantes funções universitárias, pois quando a Universidade surgiu no Brasil (influenciada por diversos modelos) havia apenas o ensino como meio de formar os profissionais de acordo com as necessidades da elite dirigente da sociedade aristocrática da época.

Com as demandas da sociedade industrial, a Universidade foi sendo reformada de modo a acompanhar as mudanças e foi então que a pesquisa foi inserida como mais uma função universitária.

Mesmo com duas funções principais – o ensino e a pesquisa – a Universidade, segundo estudiosos, ainda não mantinha uma relação satisfatória com o meio social. Foi para implementar a relação entre Universidade e sociedade que a extensão foi incorporada às duas outras funções, principalmente influenciada pelo Movimento de Córdoba/Argentina, em 1918 (MAZZILLI, 1996).

Segundo Botomé (1996, p.58), a extensão veio tentar realizar o compromisso social da Universidade que o ensino e a pesquisa não estavam desenvolvendo. Logo, a extensão é considerada por ele uma atividade temporária, ou seja, quando o ensino e a pesquisa realizarem seus papéis plenamente, a extensão vai perder o sentido de existir.

Os estudos acerca da atividade extensionista apontam que a primeira experiência na Europa ocorreu na Universidade de Oxford, na Inglaterra, em 1845, através de programas de Educação de Adultos e em seguida por meio de cursos que atendiam aos anseios das demandas sociais. Já nos Estados Unidos, a origem

da extensão universitária foi no século XIX em Universidades Populares e ao modelo norte-americano de extensão rural com caráter de prestação de serviços, cujo objetivo era o desenvolvimento econômico via investimentos em atividades agrícolas devido a crescente competição capitalista.

No Brasil, "Na Universidade Livre de São Paulo foi definida a primeira formulação extensionista do país: os cursos de extensão. Estes, ainda hoje, representam a prática extensionista mais conhecida e difundida nacionalmente" (GURGEL, 1986 *apud* MESQUITA, 2001, p.35). Havia a prática de oferecimento de cursos e de conferências semanais por algumas universidades denominadas de populares, tais como a do Amazonas em 1909, a de São Paulo (que ampliou tal prática a partir de 1911) e a do Paraná (MESQUITA, 2001).

É importante salientar que a atividade extensionista no Brasil é entendida em duas concepções a partir das formas em que são exercidas. Na primeira concepção, a extensão é entendida como via de mão única, através de prestação de serviços em forma de cursos, onde a Universidade apenas "leva" o conhecimento à comunidade. Na segunda, a extensão universitária é entendida como via de mão dupla, através de troca de benefícios entre a Universidade e a comunidade.

A prática da extensão universitária é entendida como via de mão única quando ela apenas *vai* à comunidade, através de elaboração da prestação de serviços em forma de cursos que possam expandir o conhecimento produzido academicamente, onde por esta prática, a universidade se apresenta como detentora do saber, do conhecimento, salvadora, *colocando* e *levando* o seu conhecimento às camadas populares, ignorando todo e qualquer conhecimento existente por parte destas (SILVA, 2001).

Já na segunda concepção "[...] a extensão é entendida como via de mão dupla, onde ela contribui para as camadas populares e, estas por sua vez, dão retorno através da exposição e amostra de suas realidades" (SILVA, 2001).

Além de tais concepções há outros conceitos que se tem acerca da extensão universitária. Diversos autores defendem o conceito de extensão como atividade de integração do ensino e pesquisa e da relação da universidade-sociedade.

Percebe-se que essa compreensão acerca da atividade extensionista, entendendo como instrumento articulador entre as funções universitárias, vem se configurando na prática no âmbito da Universidade Federal da Bahia, especialmente

desde 1997 quando foi criado o Programa UFBA em Campo (projeto universitário de extensão cultural que envolvia alunos, professores e comunidades) atualmente denominado Programa UFBA em Campo – Atividade Curricular em Comunidade (ACC).

O Programa UFBA em Campo – ACC utiliza o mesmo conceito de extensão defendido pelo Plano Nacional de Extensão Universitária: “a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (BRASIL, 2000/2001). A Reforma Universitária de 1968 já definia a indissociabilidade das funções universitárias básicas: ensino, pesquisa e extensão.

Na UFBA, como já mencionado, a extensão vinha ocorrendo através da clássica categorização das atividades em cursos, eventos, serviços, programas e projetos. Porém, destacamos a criação do Programa UFBA em Campo em 1997, pela Pró-Reitoria de Extensão, que resultou como produto a ACC que foi inserida no currículo dos cursos de graduação da mesma Universidade em 2001.

Assim, o objeto de investigação do presente estudo é a ACC – atividade extensionista oferecida pela UFBA a todos os estudantes de graduação como componente curricular – avaliada a partir da perspectiva dos seus egressos (monitores e participantes), bem como os demais participantes desta atividade, em relação a um conjunto de questões que serão mais adiante explicitadas.

Assim, a proposta deste projeto é avaliar a ACC na perspectiva da avaliação institucional. Dessa forma, serão consideradas as questões definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) para a auto-avaliação das IES no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) no que diz respeito a extensão e outras propostas de interesse específico desta investigação¹.

O roteiro de auto-avaliação definido pela CONAES e INEP apresenta dois núcleos de enfoque. O primeiro é denominado básico e comum. O segundo de temas optativos. Aqui foram consideradas as orientações de ambos os núcleos.

No núcleo básico e comum têm-se as seguintes questões: qual a concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI? Há articulação

¹ As questões para a auto-avaliação das IES podem ser encontradas no documento ‘Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições’, publicado pelo INEP.

das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social? Como é a participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação?

Já no núcleo de temas optativos têm-se: Há um órgão institucional responsável pela coordenação das atividades e política de extensão? Qual sua dinâmica de funcionamento? Há preocupação da IES em desenvolver atividades de extensão que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, da saúde e outros? Como se manifesta? Há sistemáticas de avaliação das atividades de extensão desenvolvidas pela IES? Quais? Qual o impacto das atividades de extensão na comunidade e na formação dos estudantes? As atividades de extensão desenvolvidas estão integradas com as de ensino e pesquisa? São coerentes com a missão da IES? Quais são as formas de integração? Quais as políticas existentes na instituição para o desenvolvimento das atividades de extensão? Existem incentivos institucionais ou de outras fontes? Quais são eles?

Como o enfoque desta investigação é apenas sobre uma ação extensionista da UFBA – a ACC – foram escolhidas algumas questões das acima citadas. Logo, o tema está problematizado nas seguintes perguntas: **1)** Qual a concepção de extensão e de intervenção social da IES (UFBA)? **2)** As atividades de extensão (ACC) desenvolvidas estão integradas com as de ensino e pesquisa? São coerentes com a missão da IES (UFBA)? Quais são as formas de integração? **3)** Há preocupação da IES (UFBA) em desenvolver atividades de extensão (ACC) que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, da saúde e outros? Como se manifesta? **4)** Quais as políticas existentes na instituição para o desenvolvimento das atividades de extensão (ACC)? Existem incentivos institucionais ou de outras fontes? Quais são eles? **5)** Como é a participação dos estudantes nas ações de extensão (ACC) e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação? **6)** Há sistemáticas de avaliação das atividades de extensão (ACC) desenvolvidas pela IES (UFBA)?

É importante destacar que até o presente momento a ACC ainda não foi objeto de estudo sistematizado. Assim, a realização dessa pesquisa poderá contribuir para o planejamento e aprimoramento das atividades institucionais, dentre elas a ACC, bem como prestar contas à sociedade das atividades desenvolvidas juntamente com os resultados obtidos.

A avaliação institucional tornou-se um dos mecanismos essenciais ao planejamento, tomada de decisão e aprimoramento das atividades das IES (Instituições de Ensino Superior), tendo como consequência uma melhoria na administração das Universidades.

Através da avaliação a Universidade se informa da eficiência ou qualidade dos seus serviços educacionais e profissionais oferecidos à sociedade. Com isso, a Universidade terá subsídios seguros para (re)dimensionar diretrizes, rever objetivos, (re)atualizar programas, elaborando alternativas que favoreçam a qualificação profissional, enfatizando também o desenvolvimento do indivíduo enquanto ser humano e cidadão.

Assim, ter a ACC como objeto de investigação a partir da perspectiva dos atores que dela participam possibilitará à UFBA o autoconhecimento e a tomada de decisão com a finalidade de aperfeiçoar seu funcionamento, além disso, os resultados desta pesquisa poderão subsidiar a auto-avaliação da IES tal como exigida pelo SINAES.

Sabe-se que desde a inserção da ACC como componente curricular dos cursos de graduação da UFBA em 2001, e até mesmo antes com o Programa UFBA em Campo, que essa atividade extensionista vem sendo mencionada no âmbito institucional, com seus resultados apresentados nos relatórios anuais e/ou de gestão da UFBA, socializados nos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC, e publicados em livros e fitas de vídeo.

Tais reflexões e ações são de suma importância e precisam permanecer, mas é necessário que a avaliação desta atividade, como de qualquer outra desenvolvida pela Universidade, seja realizada em sua totalidade desde sua origem, em 1997, bem como no seu percurso histórico como prática rotineira das atividades da UFBA.

Assim, o **objetivo geral** da presente investigação é:

1) Avaliar o Programa UFBA em Campo – ACC através da perspectiva dos egressos estudantes dos cursos de graduação da UFBA.

Quanto aos **objetivos específicos** têm-se:

1) Levantar a concepção de extensão e de intervenção social da IES (UFBA);

- 2) Investigar a articulação entre as atividades de ACC e as de ensino e pesquisa;
- 3) Investigar a articulação das temáticas de ACC com problemas sociais;
- 4) Descrever as políticas existentes na instituição para o desenvolvimento das atividades de extensão (ACC) e se existe incentivos institucionais e/ou de outras fontes;
- 5) Analisar a participação dos estudantes nas ações de extensão (ACC) e intervenção social;
- 6) Analisar a contribuição da ACC na formação do estudante.

No que tange a metodologia, adotamos a pesquisa bibliográfica, a metodologia do Survey e a pesquisa documental.

Organizamos o trabalho em 08 (oito) capítulos. O primeiro introduz o trabalho. O segundo trata do papel da extensão universitária no currículo de graduação. O terceiro aborda a concepção de extensão adotada pela Universidade Federal da Bahia e descreve de forma sucinta quais são os projetos e programas desenvolvidos pela instituição no âmbito da extensão. O quarto analisa o papel da ACC na UFBA e nas IFES. Já o quinto capítulo reconta o percurso do Programa UFBA em Campo – ACC. O sexto descreve o processo metodológico adotado no trabalho. O sétimo capítulo apresenta a contribuição da ACC na formação do estudante de graduação da UFBA e o último capítulo apresenta as considerações finais da pesquisa.

Esperamos que essa pesquisa contribua para a ampliação do número de ACC's na UFBA, para angariar financiamento, para a valorização da extensão como uma função importante no fazer universitário, para a reconceptualização do currículo, enfim para a melhoria do programa enquanto componente diferenciador na formação do estudante, além de contribuir para a superação da crise de hegemonia, de legitimidade e institucional da nossa Universidade.

2. O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURRÍCULO DE GRADUAÇÃO

Como já explicitado na Introdução, o problema central dessa investigação é avaliar o Programa UFBA em Campo – ACC através da perspectiva dos atores envolvidos, no caso os estudantes de graduação egressos da atividade. Por isso, faz-se necessário discutir qual o papel da extensão nos currículos de graduação. Para embasar essa discussão será apresentada a concepção de currículo e de extensão adotados nesse trabalho e também algumas contribuições do Plano Nacional de Educação, da LDB, do Plano Nacional de Extensão e do Plano Nacional de Graduação com o intuito de compreender em que medida a extensão universitária pode auxiliar a flexibilização curricular, demanda hoje indispensável nos currículos de graduação.

Para iniciar o debate é interessante apresentarmos alguns elementos da concepção de currículo e da extensão universitária. A etimologia da palavra “currículo”, que vem do latim *curriculum*, significa “pista de corrida”. Desse significado podemos desprender que o currículo é todo o caminho que o indivíduo vai percorrer em busca de determinada escolaridade. O percurso desse caminho depende de cada área de conhecimento, sendo o currículo o resultado da seleção de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes.

No entendimento de Silva (2004, p.43), a autobiografia combinada com uma orientação fenomenológica enfatiza os aspectos formativos do currículo, compreendido como experiência vivida. Assim, William Pinar (*apud* SILVA, 2004, p.43) recorda à etimologia da palavra *curriculum*, dando um sentido renovado. Segundo esse autor, o significado “pista de corrida” deriva do verbo *currere*, correr em latim. Desta forma, antes de ser um substantivo, é um verbo. E quando deslocamos o enfoque para o verbo temos em vez de “pista de corrida”, “percorrer a pista”. É assim, na concepção desse autor que o currículo deve ser compreendido: uma atividade que não se limita à nossa vida escolar, educacional, mas a nossa vida inteira.

Essa reformulação do significado original da palavra currículo é bastante pertinente se considerarmos que o currículo que vivenciamos repercutirá em toda nossa trajetória de vida: na família, na comunidade, no trabalho...

Segundo Tylet (1974 *apud* SILVA, 2004, p.25), a organização e o desenvolvimento do currículo devem buscar responder quatro questões básicas:

1. que objetivos educacionais deve a escola procurar atingir?;
2. que experiências educacionais podem ser oferecidas que tenham probabilidade de alcançar esses propósitos?;
3. como organizar eficientemente essas experiências educacionais?;
4. como podemos ter certeza de que esses objetivos estão sendo alcançados?

Para Silva (2004, p.25), essas perguntas correspondem à divisão tradicional da atividade educacional, onde apenas a primeira pergunta refere-se ao currículo propriamente dito, a segunda e terceira referem ao ensino e instrução e a última pergunta à avaliação. Consideramos que todas essas perguntas contemplam e complementam uma concepção geral de currículo. Há diferentes teorias acerca do currículo, mas discuti-las foge da proposta desse trabalho.

No que se refere a concepção de extensão podemos dizer que, o Plano Nacional de Extensão Universitária (BRASIL, 2000/2001) conceitua a extensão universitária como “o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”.

Os estudiosos sobre a temática acreditam que esse conceito é um dos melhores que já foram produzidos, mas podemos ainda assim tecer alguns comentários sobre o mesmo.

Consideramos pertinente quando Botomé (1996) tece algumas considerações acerca da compreensão que se tem de extensão. Dentre suas contribuições destacamos duas. A primeira refere-se ao papel da extensão em articular o ensino e a pesquisa. Na verdade, para o autor, a extensão não faz a articulação entre o ensino e a pesquisa, pois estas em sua essência já são indissociáveis. Outro autor que corrobora para esse pensamento é Demo (2001, p.14) ao afirmar que: “[...] Quem ensina carece pesquisar; quem pesquisa carece ensinar. Professor que apenas ensina jamais o foi. Pesquisador que só pesquisa é elitista explorador, privilegiado e acomodado”. E afirma mais:

[...] Quem pesquisa tem o que comunicar. Quem não pesquisa apenas reproduz ou apenas escuta. Quem pesquisa é capaz de produzir instrumentos e procedimentos de comunicação. Quem não pesquisa assiste à comunicação dos outros (p.39).

Embora tenha um cunho de verdade, no que se refere a qualidade do ensino quando este está enraizado na pesquisa, o pensamento de Demo é um pouco contundente, pois nem sempre as condições oferecidas ao professor universitário permite-lhe ser um professor pesquisador.

Ainda sobre essa discussão, Teixeira (1968) acreditava que a idéia de integração do ensino e da pesquisa nos dá a entender que todo ensino é integrado com a pesquisa. Ele dizia que há ensino e há pesquisa, e que a integração só pode se efetuar na pós-graduação, quando o estudante tem condições de se associar a pesquisa. Ele esclareceu ainda que:

Uma coisa é a de que o professor deve ensinar e pesquisar, ou melhor, o professor que se devota à pesquisa também ensine, e outra é julgar que todo ensino seja também pesquisa. É evidente que os métodos de ensino podem ser assimilados aos métodos de pesquisa, correspondendo isto a conduzir o estudante a adquirir o conhecimento já existente como se o tivesse de redescobrir. Por certo que, deste modo, se familiariza o estudante com os métodos de pesquisa, mas nem por isto se pode dizer que ele esteja fazendo pesquisa.

Pensamos que Demo (2001) está de acordo em parte com o pensamento de Teixeira, pois ele defende a idéia da pesquisa como princípio científico e educativo. Teixeira (1968) esclareceu ainda que:

Em rigor, pode-se conceber uma universidade que não faça pesquisa; o que não é permissível é a Universidade que não ensine. As duas atividades são diferentes, sendo desejável que o ensino se faça como preparação para a pesquisa, daí a conveniência de ser o método de ensino o da redescoberta do conhecimento. Depois de adquirir o conhecimento existente, é que o professor ou o estudante se torna capaz de utilizar esse conhecimento existente para pesquisar o novo conhecimento. A pesquisa é uma atividade que se exerce normalmente na fase pós-graduada de estudos. A integração com o ensino é a de admitir como auxiliares ou estagiários de pesquisa estudantes dos cursos de graduação, que se revelam promissores para a pesquisa. Só nesses casos haverá uma possível simultaneidade relativa entre o ensino e a pesquisa. Será de desejar que a prática venha a corrigir essa confusão de conceitos entre o ensino e a pesquisa. Há professores que só ensinam e outros que ensinam e pesquisam ou que pesquisam e ensinam. A legislação

brasileira deseja que todos sejam como estes últimos. Pode ser desejável, mas não creio seja sempre possível.

Pactuamos com tal pensamento, mas o que nos preocupa é o fato de que ainda a possibilidade do estudante de graduação iniciar seu contato com a pesquisa é bem reduzida, pois nem todos os professores fazem trabalhos de campo; nem todos os estudantes têm tempo e/ou se interessam, por falta de conhecimento muitas vezes, de se dedicar a tal atividade; e o mais grave é que aqueles que a priori tem tempo e ou se interessam não são todos absorvidos pelos programas destinados a pesquisa (PIBIC, PET, CNPq – Balcão, etc.).

A segunda contribuição de Botomé (1996, p.85) acerca da extensão presente no conceito no Plano Nacional de Extensão Universitária é a crença de que a extensão não viabiliza sozinha a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Na verdade, o compromisso social da universidade carece ser realizado por todas as atividades da instituição universitária (ensino, pesquisa e extensão) e não apenas considerar uma delas, a extensão, como sendo aquela que o realiza. Assim, o autor atribui a criação da extensão para salvar ou compensar as deficiências do ensino e da pesquisa. Em outras palavras, a extensão veio tentar realizar o compromisso social da Universidade que o ensino e a pesquisa não estavam desenvolvendo. Logo, a extensão é considerada uma atividade temporária, ou seja, quando o ensino e a pesquisa realizarem seus papéis plenamente, a extensão vai perder o sentido de existir.

Mas enquanto isso não acontece, se é que pode acontecer, é interessante observamos como a extensão universitária, entendida aqui principalmente como produtora também de conhecimento, pois em trabalho com as comunidades é inquestionável que a universidade continua produzindo conhecimento de forma compartilhada com o objetivo de minimizar ou resolver os problemas sociais, pode contribuir para atender as atuais exigências do currículo de graduação.

Como a universidade deixa de ser a instituição fundamental para a produção do saber em virtude do mundo globalizado, ela necessita mais do que nunca acompanhar a evolução tecnológica que define os contornos do exercício profissional.

Em relação a graduação, a universidade precisa possibilitar aos seus egressos a capacidade de investigação e a de “aprender a aprender”. Esse processo pedagógico pode ser desenvolvido pela extensão universitária, pois ela se desenvolve em parcerias com grupos sociais no contexto da sociedade que integra cidadãos, articulando o ensino e a pesquisa com as demandas sociais (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, 1999).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, artigo 53, estabelece que cabe as Universidades fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes. Essas diretrizes são prescrevidas pelo Ministério da Educação. Para facilitar essa análise é importante destacar quais são os princípios das diretrizes curriculares nacionais para a graduação. Vejamos:

- 1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;
- 2) Indicar os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;
- 3) Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;
- 4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;
- 5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- 6) Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;
- 7) Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão (Parecer nº CNE/CES 583/2001).

Acreditamos que nos quatro últimos princípios há a possibilidade da extensão auxiliar na sua consecução. No princípio quatro a extensão pode propiciar a construção compartilhada do conhecimento, como já assinalado, uma vez que a essência da extensão é o trabalho na e pela comunidade. No princípio cinco, o estudante a partir do contato com as comunidades pode se interessar por um determinado tema e aprofundar estudo, resultando em objeto de estudo no trabalho

final de curso ou também em programas de pós-graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado). Já o princípio seis, a contribuição da extensão pode se dar na formação acadêmica do estudante extrapolar os muros universitários, possibilitando outros espaços de formação. No último princípio destacado, o sete, é claro o papel da extensão. Se muitas vezes o ensino não consegue fazer a articulação necessária entre teoria e prática, na extensão esse processo é natural, pois através dos trabalhos desenvolvidos nas comunidades os estudantes têm a vivência de comprovar, falsear e/ou ressignificar as teorias.

Consideramos ainda que uma preocupação dos currículos de graduação, presente em todos esses princípios destacados, é também favorecida pela prática extensionista que é o preparo profissional, pois é através principalmente da extensão que o estudante começa a vislumbrar ou aprofundar a visão do futuro mercado profissional que o aguarda após a finalização da sua graduação, com todas as competições, a corrida pela qualificação, as dificuldades, as alternativas de atuação, etc., além, principalmente, de melhor prepara-los profissionalmente em um contexto predominantemente prático.

Após essa breve discussão acerca da possível contribuição da extensão no atendimento aos princípios das diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo MEC para a graduação, é pertinente verificar como essa flexibilização pode se materializar nos currículos de graduação.

Os estudos realizados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2006) apontam que as experiências de flexibilização curricular podem ser agrupadas em três modalidades. A primeira se refere a aceitação da necessidade de que a composição curricular necessita que sejam considerados válidos todos os espaços de aprendizado possíveis. Além da aceitação é preciso possibilitar, estimular e reconhecer um conjunto destes espaços ou possibilidades de aprendizado, que se traduz na creditação e ou no registro nos históricos escolares de atividades como: atividade de extensão; atividade de pesquisa; atividade de monitoria; disciplinas eletivas, optativas ou isoladas; participação em seminários, congressos e similares; estágios não obrigatórios; atividade em Educação a Distância; atividade de representação acadêmica; participação no Programa Especial de Treinamento ou outros Grupos de Tutorias; disciplinas cursadas em outras instituições; visitas técnicas; discussões temáticas etc.

Sobre a organização dessas atividades o FORPROEX (2006) recomenda que:

Estas atividades podem ser caracterizadas como complementares obrigatórias ou livres. No primeiro caso, são organizadas pelo colegiado de curso, podendo ser permanentes ou definidas a cada período. As livres podem ser individualmente organizadas, porém são desenvolvidas com o conhecimento e aprovação do colegiado de curso. Em ambos os casos são estabelecidos processos avaliativos.

Consideramos pertinente o caráter livre da presença dessas atividades no currículo da graduação, pois permite que o estudante percorra um caminho marcado essencialmente pelas suas possibilidades, tanto temporais como de interesse. Mas, consideramos que deve haver uma indicação mínima de obrigatoriedade curricular: participação do estudante em atividade de pesquisa e de extensão. Isso porque a diferença na formação de estudantes que participaram de atividades de pesquisa (PIRES, 2004) e de extensão é bastante significativa quando comparada com aqueles que não vivenciaram experiências dessa natureza.

Já a segunda modalidade refere-se mais especificamente para a criação de atividades curriculares extensionistas inspiradas no Programa UFBA em Campo - ACC² (objeto de estudo desse trabalho) e da Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

O FORPROEX (2006) cita como exemplos importantes as atividades dessas duas instituições por considerar que:

Nestas, as atividades de pesquisa e extensão ocorrem em projetos de caráter multiprofissional, sob a orientação de professores. Estas experiências correspondem a uma disciplina de 60 horas. Enquanto na UFBA elas se inserem nos currículos como atividades complementares obrigatórias, na UFSCar elas se constituem em disciplinas eletivas de 4 créditos.

É importante esclarecermos que há dois grandes equívocos no entendimento que o FORPROEX possui acerca do Programa UFBA em Campo – ACC ao elaborar esse estudo. Primeiro que esse programa não se traduz no

² Esperamos que o resultado dessa pesquisa possa contribuir para que as universidades brasileiras se tornem mais presentes e responsáveis no oferecimento de atividades extensionista na perspectiva de produção de conhecimento de forma compartilhada com a sociedade. E que o resultado do trabalho entre universidade e sociedade resulte em um maior alcance das práticas universitárias, sobretudo para as classes populares.

oferecimento de disciplinas. Na verdade, a ACC é um componente curricular que objetiva a integração do ensino e da pesquisa via o trabalho compartilhado com comunidades. O segundo equívoco é que, embora tenha surgido o interesse de tornar a atividade obrigatória por parte de um grupo da UFBA, a mesma ainda possui caráter optativo. No nosso ponto de vista, a UFBA pode avançar muito na contribuição para uma formação acadêmica mais rica de seus estudantes de graduação se ampliar tal atividade para toda sua comunidade acadêmica ao torná-la componente obrigatório nos seus currículos de graduação.

Outra afirmação do FORPROEX (2006) que merece aqui ser destacada é:

A diferença entre essas atividades e as demais disciplinas curriculares é que são frutos da liberdade na escolha de temáticas e dos procedimentos metodológicos escolhidos para tratá-las. São em princípio desenvolvidas em um semestre letivo. Contudo, nada impede que possam ter continuidade em outros semestres, embora com novas equipes de estudantes.

Sobre esse entendimento, é importante esclarecer que na ACC há a possibilidade dos estudantes permanecerem por mais de um semestre na mesma ACC em situações como: estudante matriculado, estudante monitor (que já foi estudante matriculado) e estudante sem estar matriculado, assumindo o papel de voluntário ou colaborador.

No que se refere a experiência da UFSCar, com as ACIEPE's, visando uma prática de formação profissional do cidadão, essas trabalham com:

o compromisso de colocar o conhecimento a serviço da sociedade compreendendo-o como ferramenta de transformação e superação das desigualdades sociais; a compreensão do caráter complexo dos problemas da realidade, cuja discussão e aprofundamento compreende espaços dentro e fora da universidade e apresenta, como decorrência da própria prática, conteúdo multi, inter e transdisciplinar; a experimentação de produção compartilhada de conhecimento; a compreensão de que a pesquisa e a extensão devem ser atividades presentes nos processos de ensino e aprendizagem; a compreensão de que a efetiva interação do universitário (professor, estudante ou funcionário) com a sociedade, o situa historicamente, o identifica culturalmente e contrasta sua formação técnica com os problemas que deve enfrentar (FORPROEX, 2006).

Aparentemente, se comparamos essas duas experiências extensionistas, a da UFBA com a da UFSCar, podemos identificar algumas convergências quanto aos seus objetivos³ ou possíveis alcances. Mas apenas um estudo comparativo aprofundado pode identificar com mais especificidade as contribuições convergentes e divergentes de ambas as atividades, e que pode auxiliar no aperfeiçoamento dessas e de outras experiências extensionistas.

É interessante que as universidades tenham acesso a outras experiências extensionistas desenvolvidas por outras instituições. O FORPROEX possui um GT (grupo de trabalho) intitulado “Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e Flexibilização Curricular”, e publicou um documento que relata as experiências de flexibilização curricular nas universidades públicas brasileiras⁴.

A terceira e última modalidade está relacionada aos projetos pedagógicos, onde poderão ser previstas disciplinas específicas de caráter obrigatório, distribuídas ao longo de todos os períodos letivos, tendo como objeto de estudo o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão. A diferença das primeira e segunda modalidade está na medida em que os projetos estão organicamente articulados aos projetos político-pedagógicos dos cursos.

Consideramos que o simples fato de uma instituição universitária conceber atividades, que podemos enquadrar na segunda modalidade considerada pela FORPROEX, no mínimo se está levando em consideração o planejamento materializado no documento denominado projeto político-pedagógico da instituição.

Quanto a terceira modalidade apresentada pelo FORPROEX, cabe ainda discutir alguns elementos. Estamos de acordo com o caráter obrigatório, como já evidenciado nesse capítulo. Apenas sugerimos a reflexão sobre a validade de ainda concebermos a disciplina como uma estrutura básica de organização de projetos dessa natureza nos currículos de graduação. Há outras formas de estruturação curricular que pode enriquecer mais ainda o trabalho com extensão e pesquisa. O programa UFBA em Campo – ACC é um exemplo desse rompimento da concepção de disciplina.

Além de todas as orientações e contribuições da legislação e documentos educacionais já discutidos sobre extensão, cabe ainda destacar que o Plano Nacional de Educação (PNE), estimula a adoção das atividades de extensão

³ Ver no quarto capítulo desse trabalho os objetivos do Programa UFBA em Campo – ACC (Atividade Curricular em Comunidade).

⁴ Esse documento está disponível na internet no site www.pr5.ufrj.br/renex.doc

no percurso acadêmico dos estudantes como podemos verificar na meta número 23:

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas (BRASIL. Lei nº 10.173 de 9 de janeiro de 2001).

É necessário verificar em que estágio se encontra o cumprimento dessa meta no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior. Vale salientar ainda que o FORPROEX está realizando estudos e disponibilizando para que as instituições de ensino superior possuam subsídios para atingir essa meta, e também flexibilizar seus currículos.

O nosso posicionamento quanto a uma obrigatoriedade mínima nos currículos de graduação de atividades de extensão é também reforçado pelo Plano Nacional de Educação, como pode ser constatado na meta 23 explicitada.

Ainda no PNE, na discussão sobre as diretrizes para a Educação Superior, há um fragmento significativo que pode nos fornecer mais elementos para compreender qual o papel da extensão universitária no currículo de graduação:

[...] O sistema de educação superior deve contar com um conjunto diversificado de instituições que atendam a diferentes demandas e funções. Seu núcleo estratégico há de ser composto pelas universidades, que exercem as funções que lhe foram atribuídas pela Constituição: ensino, pesquisa e extensão. Esse núcleo estratégico tem como missão contribuir para o desenvolvimento do País e a redução dos desequilíbrios regionais, nos marcos de um projeto nacional. Por esse motivo, estas instituições devem ter estreita articulação com as instituições de ciência e tecnologia – como aliás está indicado na LDB (art. 86). No mundo contemporâneo, as rápidas transformações destinam às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de *relevância*, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, *qualidade* e *cooperação internacional*. [...] (BRASIL. Lei nº 10.173 de 9 de janeiro de 2001).

Na verdade, fica claro que a extensão é uma função da universidade e que ela juntamente com o ensino e a pesquisa contribuem para o crescimento de nossa nação, reduzindo as desigualdades sociais.

Em suma, podemos afirmar que a extensão pode possibilitar que o processo de aprendizagem dos estudantes passe a basear-se e a depender de observações próprias, de atitudes reflexivas, questionadoras, críticas, que transcorrem do diálogo, da interação, da convivência com a realidade. A partir dessa experiência que os estudantes poderão compreender melhor e assim poder transformar a realidade. Esse é o principal papel da extensão universitária nos currículos de graduação.

3. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Como o objeto de pesquisa desse trabalho é uma atividade de extensão de uma Universidade, faz-se necessário contextualizar essa prática no âmbito institucional da mesma. Por isso, uma questão de pesquisa foi escolhida com o intuito de delinear esse cenário e assim possibilitar uma maior compreensão dos processos extensionistas da universidade, especificamente o do Programa UFBA em Campo – ACC.

A questão que aqui será tratada é qual a concepção de extensão e de intervenção social da IES (UFBA).

Alguns documentos da UFBA foram analisados e algumas entrevistas foram realizadas com a ex-coordenadora da atividade extensionista ACC, pró-reitores e com ex-pró-reitores para compreendermos o que a Universidade Federal da Bahia concebe como extensão universitária e intervenção social.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (2004-2008) da Universidade não há uma definição em foco, pois a organização do documento não permite, mas podemos perceber alguns elementos que nos ajudam a constituir a concepção de extensão da instituição.

Na missão do PDI há um princípio norteador explicitado em “a busca de mecanismos de promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2004, p.9). Aqui fica claro que a extensão é uma das atividades chaves da UFBA, uma vez que a instituição trabalha para que suas funções básicas estejam articuladas e não concebidas isoladamente. Podemos citar que o Programa UFBA em Campo – ACC, objeto de estudo dessa pesquisa, é uma das atividades que a instituição desenvolve para tentar garantir a indissociabilidade de suas funções acadêmicas.

Já nos objetivos do mesmo documento há três que merecem destaque por fornecer preocupações relevantes da Universidade com a extensão universitária. São eles:

Ampliar o espaço de interlocução da UFBA com a sociedade, particularmente nos campos da cultura, saúde, e educação, dirigindo suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para o atendimento a demandas sociais.

[...]

Implementar políticas acadêmicas de integração do ensino, da pesquisa e da extensão através de programas que envolvam, de forma indissociável, a produção e a socialização do conhecimento à formação dos alunos.

[...]

Consolidar a extensão universitária como interface da universidade com segmentos da sociedade e como espaço pedagógico de formação (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2004, p.9-10).

No primeiro objetivo destacado notamos que não só a extensão, como pensam alguns autores, possui o objetivo de atender as demandas sociais, mas também o ensino e a pesquisa. O importante dessa discussão é analisar como o ensino e a pesquisa podem aumentar sua abrangência no atendimento das demandas sociais por ainda ser pequeno o número de pessoas que ingressam na Universidade e menor ainda o percentual dos que participam de pesquisa. No caso da extensão, o que precisa ser revisto inicialmente é sua valorização, ou seja, passar a ser visto como um elemento de igual importância tanto quanto o ensino e a pesquisa. Os campos da cultura, saúde e educação particularizados nesse objetivo demonstram que esses são as prioridades da Universidade, que provavelmente devam ser os que mereçam maior atenção na atualidade.

O segundo objetivo reitera a indissociabilidade das funções da UFBA, acrescentando a preocupação com a formação do seu alunado via o tripé. Acreditamos que o estudante sai melhor preparado da Universidade quando ele vivencia as três funções acadêmicas, mas é indispensável lembrar que para que essa condição aconteça, a Universidade não é a única responsável, o alunado precisa também criar possibilidades para tal, seja organizando melhor seu tempo, ou se interessando por atividades desta natureza, dentre outras situações.

O último objetivo recortado é o que mais claramente contribui para entendermos o que é extensão universitária para a UFBA. Tal instituição concebe a extensão como um meio da Universidade interagir com a sociedade e também como espaço pedagógico de formação. Nessa interação há uma troca de

conhecimentos, ambos aprendem e juntos podem auxiliar a resolução ou minimização dos problemas sociais. Esse espaço pedagógico de formação também não é só para os que estão na Universidade, mas sim para os que ainda não tiveram acesso a ela por meios formais.

Ainda podemos analisar no PDI as metas destinadas para a extensão. Dentre elas destacamos “definir, com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, mecanismos que viabilizem a incorporação de atividades de pesquisa e de extensão nos currículos dos cursos de graduação, a partir de 2004” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2004, p.15).

As atividades de pesquisa que os estudantes podem inserir nos seus currículos são: o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), o Balcão - CNPq, o PET/CAPES (Programa de Educação Tutorial) e as atividades voluntárias em grupos de pesquisas.

Já as atividades de extensão são:

- 1. MUDA – Movimento Universitário de Alfabetização** – Nesse programa os estudantes universitários (de cursos diversos da UFBA) desenvolvem trabalho de alfabetização com jovens e adultos cadastrados em articulação com associações de bairros, sindicatos, igrejas e outras organizações da sociedade civil, que agreguem trabalhadores que não tenham escolaridade no município do Salvador (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2006);
- 2. PDGS – Programa de Desenvolvimento e Gestão Social** – O projeto adota uma perspectiva interdisciplinar e uma epistemologia baseada na complexidade, no construtivismo e no racionalismo crítico. As relações entre teoria e prática são consideradas dialeticamente. O projeto privilegia a dimensão cultural e política do desenvolvimento e defende a necessária contextualização histórica e cultural na definição de indicadores de capital social como condicionantes do desenvolvimento local. Apresenta três objetivos principais: revisar as teorias existentes sobre capital social, com vistas a sua análise à luz do contexto baiano; analisar as mediações estratégicas entre os atores do setor público governamental, setor associativo e setor privado no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas de desenvolvimento territorial e local, bem como os

mecanismos e canais existentes para alianças possíveis entre os três setores; testar hipóteses e formular recomendações no âmbito de políticas de desenvolvimento local e territorial;

- 3. PRADEM: Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Municipal** – Criado em janeiro de 2001, o PRADEM foi concebido com a perspectiva de criar possibilidades para que municípios baianos possam contar com suporte técnico no enfrentamento dos desafios impostos pelas novas políticas educacionais implementadas no Brasil, nos últimos anos. Para tornar isso viável, a Universidade Federal da Bahia - UFBA, através do Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público - ISP associou-se à Fundação Clemente Mariani - FCM, que vem, desde 1990, atuando na área da educação municipal, no Estado da Bahia. Essas instituições constituíram uma parceria para, em uma sinergia de esforços, produzir condições necessárias para um apoio mais efetivo a municípios baianos;
- 4. PROGED (Programa de Formação Continuada para Gestores da Educação Básica)** – Programa de educação, integrado à Rede Nacional de Formação Continuada de Professores e desenvolvido pelo Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público - ISP, que, através da modalidade ensino à distância, visa a promover cursos de formação continuada de gestores de sistemas municipais de educação e de unidades escolares, de modo a propiciar-lhes qualificação técnica adequada às atuais exigências da legislação educacional e às necessidades educacionais dos contextos em que esses sistemas e unidades estão inseridos, bem como o desenvolvimento de tecnologias que sustentem a melhoria da qualidade do atendimento educacional;
- 5. Programa Alfabetização Solidária** – Programa de âmbito nacional que envolve parceria entre a ONG Alfasol, universidades e prefeituras municipais, cujo objetivo é diminuir os índices de analfabetismo no Brasil, através do processo de alfabetização de jovens e adultos. Na UFBA ele é executado pela Faculdade de Educação desde 1997. O trabalho consiste basicamente em preparação inicial e continuada

por parte da FACED de líderes comunitários de municípios para que esses durante um período de 6 (seis) ou 8 (oito) meses inicie o processo de alfabetização de jovens e adultos. Professores e/ou estudantes da faculdade realizam reuniões de capacitação e de trocas de experiências com os alfabetizadores nos municípios e visitam as salas de aula para auxiliar de forma mais sistemática no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades de EJA no município. A faculdade incentiva que os egressos do PAS prossigam estudos em outros programas de EJA ou sejam absorvidos pelo sistema regular de ensino;

- 6. Programa Conexões dos Saberes** – Faz parte do Programa de Ação Afirmativa na UFBA que objetiva a criação de ações de pesquisa, ensino e extensão que possibilitem a permanência de estudantes oriundos de comunidades populares nos cursos de graduação. O objetivo principal das atividades realizadas pelos estudantes é contribuir para que os mesmos articulem os seus conhecimentos prévios àqueles que estão construindo na universidade. Os estudantes são incentivados ainda a intervir de forma mais sistematizada em suas comunidades, estimulando, dessa forma, o desejo de outros jovens ingressarem na universidade. O projeto trabalha com 30 estudantes bolsistas de diversos cursos, todos egressos de escolas públicas, que passam 20 horas semanais participando de oficinas de metodologia de pesquisa, oficinas temáticas, grupos de pesquisa e realização de oficinas em comunidades;
- 7. Programa de Ação Afirmativa na Universidade Federal da Bahia** – Integra as políticas de inclusão social da Universidade Federal da Bahia. Além das cotas, o Programa de Ações Afirmativas prevê o desenvolvimento de projetos voltados para a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e o apoio a atividades preparatórias da clientela de escolas públicas e de afro-descendentes para o processo seletivo. Prevê também a adoção de várias medidas de suporte à permanência bem sucedida dos estudantes nos diversos cursos a até atividades qualificação e orientação de concluintes e

egressos com vistas a favorecer seu acesso à pós-graduação e(ou) sua inserção no mundo do trabalho;

8. **Programa Nossos Vizinhos** – Programa permanente da PROEXT/UFBA que atua junto às comunidades do entorno dos campi da universidade, promovendo ações de aproximação e articulação entre essas comunidades e as comunidades acadêmicas (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2006);
9. **Programa Sociedade Civil e Políticas Públicas** – Conjunto de ações que visam fomentar e qualificar na participação da sociedade civil e suas representações nas políticas públicas através da fiscalização e aplicação dos recursos públicos e a promoção de processos democráticos que visam a redução das desigualdades sociais. Envolvem professores, estudantes e diversos parceiros como ONG's, Secretárias de Municípios, etc. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2006);
10. **Programa UFBA em Campo - ACC** – Ver quinto capítulo desse trabalho.

Além das atividades extensionistas listadas acima, há outras que não encontramos informações nos documentos consultados de como se desenvolvem no âmbito da UFBA⁵.

Os estudantes podem participar dessas atividades extensionistas como bolsistas remunerados, monitores remunerados ou como voluntários. Essas atividades de pesquisa e de extensão são as possibilidades que os estudantes possuem de diversificar os seus currículos. O ideal seria que o currículo fosse permeado por atividades de ensino, pesquisa e extensão como caráter obrigatório, ou seja, exigindo que o graduando só finalizasse seu curso depois de vivenciar essas atividades com uma carga horária mínima estipulada.

Além do PDI, outro documento da UFBA foi analisado para entendermos a definição de extensão universitária da UFBA. Nesse documento a extensão é compreendida como caráter interdisciplinar de articulação do ensino com a pesquisa e elo de integração destas atividades universitárias com os diversos segmentos da

⁵ As atividades extensionistas são: PRODESCOM: Programa de Estruturação Institucional e Capacitação Municipal para o Desenvolvimento Sustentável; Programa de Arte e Cultura da UFBA; Trabalho Social em Comunidade nos Centros Sociais Urbanos de Salvador; UFBA em Campo: Fome Zero; Programa de Combate a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes; Núcleo institucional de extensão do semi-árido; e o UNITRABALHO.

sociedade como entidades governamentais, setor privado, comunidades carentes, movimentos sociais e público consumidor de conhecimentos, artes e serviços que contribuem para o desenvolvimento da sociedade (Resolução nº 002/96 da Câmara de Extensão da UFBA).

A extensão na UFBA é exercida através de duas modalidades: atividades e programas. “Atividades são ações extensionistas organizadas através de projetos com objetivos específicos inerentes à ação a ser desenvolvida” (Resolução nº 002/96 da Câmara de Extensão da UFBA). Os principais tipos de extensão reconhecidos como atividades são os cursos de extensão, os eventos e os serviços. Já os programas são conjuntos de ações extensionistas interrelacionadas, envolvendo atividades interdisciplinares eventuais e/ou permanentes, com objetivos gerais, comuns e objetivos específicos diferenciados, sob uma das linhas definidas pela UFBA (qualidade de vida, gestão e auto-sustentação, matrizes culturais, formação e cidadania, conhecimento e modernidade).

Esse documento evidencia claramente o que a Universidade entende por extensão universitária, além de explicar como ela se configura no âmbito institucional.

Além da análise desses dois documentos, colhemos opiniões acerca da concepção de extensão e de intervenção social do Professor Álamo Pimentel (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 2005 - 2006), dentre outras questões.

Quando questionado acerca da concepção de extensão que a Pró-Reitoria de Extensão adota, o entrevistado respondeu que é uma missão acadêmica que articula o ensino, a pesquisa e a extensão no campo de interlocução com a sociedade, flexibilizando as fronteiras da Universidade com a sociedade. A extensão na UFBA está organizada em ações: 1) Prestação de serviços; 2) Programas; 3) Projetos; 4) Eventos; 5) Atividades culturais. O entrevistado abordou também sobre a flexibilização curricular e a intervenção social que são alguns dos princípios da extensão da UFBA.

Desse entendimento percebemos que há uma mistura de práticas extensionistas desenvolvidas pela UFBA, que vão desde a prestação de serviços (consideradas por alguns estudiosos da temática como assistencialismo) até o desenvolvimento de projetos e programas que possuem um caráter mais atual com o que se considera hoje uma práxis extensionista mais de acordo com a superação do conceito que o mesmo sofreu ao longo dos anos.

Outro elemento observado na fala do entrevistado é que não há na UFBA uma concepção de intervenção social, outra indagação do roteiro de entrevista⁶, ou seja, para a PROEXT não é um conceito e sim um princípio definidor da articulação da instituição com a sociedade. É um princípio orientador que permeia todas as ações de extensão da UFBA.

Por não ser considerado um conceito, não encontramos claramente nos documentos analisados indícios mais consistentes acerca da concepção de intervenção social da Universidade. Por ser um princípio presente em todas as atividades de extensão desenvolvidas pela instituição, vale refletir em que medida cada ação nessa área contribui de forma mais expressiva para a articulação da Universidade com a sociedade.

⁶ Ver roteiro de entrevista nos apêndices desse trabalho.

4. O PAPEL DA ACC NA UFBA E NAS IFES

No primeiro capítulo desse trabalho foi discutido o papel da extensão universitária no currículo de graduação, que abordou dentre outras questões que a ACC é considerada uma experiência modelo de flexibilização curricular para o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Assim, o objetivo desse terceiro capítulo é analisar como a ACC contribui para a flexibilização curricular no âmbito da UFBA e também nas IFES. Para subsidiar essa análise serão abordados os motivos da necessidade de um currículo flexível, entender um pouco o que é flexibilização curricular, além de apresentar algumas orientações para se adotar a flexibilização curricular nos currículos de graduação.

4.1.O QUE É FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Documento elaborado pela UFRN sobre a flexibilização curricular expõe que há três demandas por essa orientação: demanda da sociedade; demanda do processo de conhecimento; e demanda por uma formação crítica e cidadã de profissionais⁷.

A demanda da sociedade se dá devido ao processo de mundialização do capital que provocou mudanças nas relações de produção e também no processo de organização do trabalho. Desta forma, a universidade necessita estar atenta a essas exigências e contribuir de forma eficaz para que o indivíduo esteja preparado para atuar num mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo.

Já a demanda do processo de conhecimento ocorre em virtude da crise de paradigmas e do grande avanço da tecnologia. Mais uma vez a universidade deve ter atenção redobrada para oferecer um currículo que contemple a articulação da produção do saber, a pesquisa, com as novas tecnologias.

⁷ Disponível em <http://www.prograd.ufrn.br/conteudo/documentos/outros/flexibilizacaocurricular.doc>

Por último, temos a demanda por uma formação crítica e cidadã de profissionais. Essa demanda se traduz no papel da universidade na formação de profissionais críticos para o exercício da sua prática na sociedade aliada à formação desses mesmos profissionais para ocupar os cargos de lideranças políticas e administrativas do país.

Percebemos assim que a universidade deve estar o tempo todo com a sensibilidade a flor da pele para contemplar todas essas exigências nos currículos, aliada a uma formação qualificada dos professores, a um oferecimento de uma adequada infra-estrutura a funcionários, discentes e docentes, existência de bibliotecas com um bom acervo, dentre outras necessidades.

Para fortalecer as demandas acima mencionadas, há uma base legal que mais uma vez expõe a importância da flexibilização curricular: Constituição Federal; LDB; Plano Nacional de Educação; Pareceres do CNE nº 776/97 e 583/2001⁸.

Na Constituição Federal há o artigo 207 que trata da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, tendo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Notamos que a realização da flexibilização curricular só é possível devido a existência da autonomia universitária. A LDB também defende o princípio da autonomia no artigo 53.

O PNE nos objetivos e metas número 11 enfatiza a necessidade do estabelecimento nacional de diretrizes curriculares que garantam a flexibilização e a diversificação dos currículos pelas IES.

Já os Pareceres do CNE nº 776/97 e 583/2001 destacam alguns elementos:

a necessidade de assegurar maior flexibilidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos; os Cursos de Graduação precisam ser conduzidos, através de Diretrizes Curriculares, a abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão do conhecimento; necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a boa formação no nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

Sobre esses elementos podemos tecer três comentários. O primeiro é que a flexibilização possibilita que o estudante vivencie uma formação que atenda

⁸ Essa discussão também está presente no documento elaborado pela UFRN e nas discussões do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

em parte seus interesses de estudo, ou seja, o indivíduo tem autonomia de trilhar seus próprios caminhos de sua aprendizagem.

O segundo refere-se a importância da existência de diretrizes curriculares para os cursos de graduação, pois garantem em parte um padrão mínimo de qualidade em âmbito nacional, diminuindo as disparidades regionais, embora os currículos possuam suas particularidades de acordo com a região, com o curso e com o alunado.

O último comentário diz respeito ao reforço no que tange ao papel da universidade no oferecimento de uma formação inicial de qualidade, que servirá de base para a formação continuada do profissional.

Após essa introdução do contexto social e legal em que a flexibilização se faz necessário, é indispensável entender o que é afinal flexibilização curricular. Os documentos sobre a temática não expõe uma concepção, mas revela alguns princípios que nos permite uma maior compreensão. Segundo o documento elaborado pela UFRN, os princípios são: “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; visão do ensino centrada na criatividade, que tem como exigências a construção do conhecimento na relação com a realidade profissional; e a interdisciplinaridade⁹”.

Já o ForGRAD apresenta princípios visando contribuir para a elaboração de projetos pedagógicos das universidades brasileiras. Os princípios¹⁰ são:

⇒ **FLEXIBILIZAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO**

- A composição do currículo será resultado da discussão coletiva do projeto político pedagógico e deverá contemplar um núcleo que caracterize a identidade do curso e em torno do qual se construa uma estrutura que viabilize uma formação mais generalista e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis;
- A especificidade de cada curso deve definir a flexibilização pretendida. Logo, o projeto político pedagógico é o orientador para a flexibilização do currículo de cada curso e não deve se resumir a mera reorganização de um conjunto de disciplinas;

⁹ Esses princípios serão discutidos no final desse capítulo juntamente com a possibilidade da ACC proporcionar ao currículo a flexibilidade.

¹⁰ Disponível em

http://www.prograd.ufu.br/forgrad2004/pg_internas/docs/docs_2003_2004/documento_conc_e_impl_flex_curricular.doc

- Antes de qualquer ação concreta no âmbito da flexibilização é preciso definir qual a orientação que vai reger esse processo curricular;
- As atividades complementares devem contribuir para viabilizar a flexibilização curricular, mas não devem ser consideradas o único meio de realizá-la;
- O conteúdo das disciplinas deve refletir a flexibilização, mas as disciplinas não devem ser, assim como as atividades complementares, o único caminho para realizá-la;
- Disciplinas e atividades complementares devem expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, não se limitando ao simples aumento de carga horária;
- As IES têm autonomia para definir a distribuição das disciplinas e as atividades complementares, bem como a carga horária e a forma de operacionalizar o registro acadêmico das mesmas. Entretanto, é recomendável que se construa um consenso em torno da nomenclatura a ser utilizada;
- O grande desafio a ser enfrentado pelas IES, para realizar a flexibilização dos currículos, reside na promoção de ações continuadas de conscientização e motivação da comunidade acadêmica;
- Desenvolver ações pedagógicas ao longo do curso que permitam interface real entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de que se possa produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais;
- Ampliar as interfaces entre as diversas áreas do conhecimento nos níveis de ensino, pesquisa e extensão que compõem um determinado processo de formação - curso;
- Atribuir procedimentos à mobilidade acadêmica para aproximar os sujeitos e experiências provenientes de diferentes trajetórias intra e inter-institucionais;
- Criar condições para que as diferentes demandas nas IES possam conduzir a uma formação social e profissional diversificada, superando, inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que freqüentam os cursos noturnos;

- A tutoria acadêmica apresenta-se como importante estratégia para viabilizar a flexibilização.

Em tal princípio podemos destacar a importância da participação coletiva para conceber o currículo, em consonância é claro com o projeto pedagógico da instituição. Na (r)elaboração do currículo algumas características precisam ser incorporadas e/u repensadas: formação mais generalista; valorização de todas as possibilidades/espços de aprendizagem; as disciplinas e as atividades complementares não devem ser as únicas condições da flexibilidade do currículo.

⇒ **FLEXIBILIDADE E OS PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS IES**

- A instância colegiada responsável pelo curso é o fórum privilegiado de discussão e implementação da flexibilização;
- A administração superior da instituição deve acompanhar os trabalhos realizados no âmbito das instâncias colegiadas responsáveis pelo curso, de forma que estas apresentem propostas que sejam exeqüíveis, pois as condições necessárias para a implementação da flexibilização compreendem desde a estrutura do sistema de controle acadêmico até a necessidade de investimento em recursos humanos;
- Para garantir a flexibilização, é necessária a revisão da legislação acadêmica, considerando-se que esta resulta das concepções que norteiam e definem o perfil da instituição.

Vale destacar que toda a instituição deve estar empenhada no processo de flexibilidade curricular, não se limitando apenas aos órgãos colegiados, pois há a necessidade de apoio das instâncias administrativas da Universidade no que tange a preparação de pessoal, revisão da legislação interna, dentre outras demandas.

⇒ **FLEXIBILIDADE E AVALIAÇÃO**

- A avaliação institucional é imprescindível para o planejamento de ações concretas e conseqüentes no âmbito da flexibilização;
- A avaliação da aprendizagem deve contemplar mecanismos capazes de verificar a concretização do perfil acadêmico pretendido;
- A verificação da qualidade do ensino supõe uma avaliação com critérios e parâmetros previamente estabelecidos que façam referência às

mudanças pretendidas com a flexibilização e que contribuam com a construção permanente do projeto político pedagógico de cada curso;

- É importante definir e regulamentar formas de avaliação de saberes prévios adquiridos em outros espaços de aprendizagem, além do espaço da academia, conforme os princípios da flexibilização;
- Os resultados da flexibilização no ensino superior brasileiro devem ser objetos de avaliação.

Como nessa orientação curricular há o aproveitamento de atividades além do âmbito acadêmico, a instituição necessita ter bem definidos os parâmetros de avaliação que irá utilizar para computar as experiências do estudante nos currículos.

Em síntese, consideramos que esses princípios fornecem orientações valiosas para que as IES repensem seus currículos a partir dessa nova perspectiva de organização curricular. E assim, podemos entender a flexibilização curricular, segundo a UFMG (1997), como a possibilidade:

de desamarrar a estrutura rígida de condução do curso; do aluno poder imprimir ritmo e direção ao seu curso; de se utilizar, mais e melhor, os mecanismos que a instituição já oferece em termos de opção de atividades acadêmicas na estruturação dos currículos (p.3).

Acrescentaríamos a esse entendimento a possibilidade do estudante vivenciar experiências acadêmicas fora da instituição, mas com a orientação, acompanhamento e avaliação da Universidade.

4.2.ALGUMAS ORIENTAÇÕES PARA A FLEXIBILIDADE

Embora os princípios abordados pelo ForGRAD já tenham fornecido informações relevantes como base para a implementação da flexibilização curricular no âmbito das universidades brasileiras, consideramos imprescindível trazer para essa discussão um documento elaborado pela UFMG (1997), que aborda de forma mais específica como aplicar a flexibilidade ao currículo. Na verdade esse documento, pela riqueza que apresenta em torno da questão, se tornou modelo para as universidades.

Segundo a UFMG (1997), os contornos da flexibilização curricular estão fundamentados em dois eixos de abordagens básicos e distintos: o conceito de currículo e a estrutura do currículo. Para que a flexibilização aconteça, o conceito de currículo e sua estrutura precisam ser compreendidos pela comunidade acadêmica.

Assim, depois de um amplo processo de discussão no âmbito da UFMG, o currículo ficou definido como “qualquer conjunto de atividades acadêmicas previstas para a integralização de um curso” (UFMG, 1997, p.3). Por atividade acadêmica entende-se que é “aquela considerada relevante para que o estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação e que contemplem processos avaliativos” (UFMG, 1997, p.3).

A partir dessa concepção de currículo, acreditamos que não necessariamente a disciplina seja o eixo principal da organização curricular, e mesmo que essa unidade continue sendo adotada pelos currículos, o princípio da interdisciplinaridade deve estar presente.

Sobre a estrutura do currículo, segundo eixo de abordagem básico, a UFMG (1997) acredita que a flexibilização curricular deve se basear em algumas premissas:

a - o entendimento de que um curso é um percurso, ou seja, que pode haver alternativas de trajetórias; **b** - o entendimento de que cada aluno terá um grau de liberdade relativamente amplo para definir o seu percurso (curso); **c** - a possibilidade de contemplar, além de uma formação em área específica do saber, uma formação complementar em outra área; **d** - o currículo deve ser entendido como um instrumento que propicie a aquisição do saber de forma articulada. Neste sentido é importante assinalar que: existem claramente conhecimentos que extrapolam áreas específicas da formação profissional; os campos específicos do saber preservam características próprias, o que possibilita seu delineamento em cursos e em habilitações; o currículo deve contemplar, além da aquisição de conteúdos, o desenvolvimento de habilidades e de atitudes formativas.

Nessas premissas constatamos que o trabalho da universidade envolve um maior cuidado em repensar os currículos, pois os mesmos necessitam ter uma variedade de atividades e temáticas que sejam capazes de disponibilizar aos seus estudantes percursos que atendam tanto os interesses do próprio indivíduo, quanto da sociedade e do mercado de trabalho. A universidade também necessita aumentar seu trabalho de parceria com outras instituições, pois ela não é mais

capaz de oferecer a formação inicial que o cidadão necessita hoje. Logo, a parceria é um aspecto necessário para essa nova demanda curricular.

Após todas essas discussões, estudos e algumas considerações, a UFMG sugere uma flexibilização sob dois diferentes tipos:

1- FLEXIBILIZAÇÃO VERTICAL

Compreendida como a possibilidade de organizar o currículo ao longo de semestres e anos com as seguintes divisões:

NÚCLEO ESPECÍFICO – Todo curso deve ter um núcleo específico, que tem como objetivo “contemplar a diversidade do conhecimento ao qual o aluno deve ter acesso como referência para a reflexão” (UFMG, 1997, p.8), estruturado com base em atividades de caráter obrigatório e optativo, podendo ser distribuídas ao longo do curso.

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR – Deve possibilitar uma complementação ao núcleo específico e está subdividida em dois tipos: formação complementar preestabelecida e formação complementar aberta. O primeiro tipo corresponde a possibilidade do estudante vivenciar uma formação complementar em alguma área de conhecimento afim, já pensada pelo currículo. Já o segundo tipo é realizado a partir do interesse do aluno que terá um professor para desenvolver o trabalho de orientação.

FORMAÇÃO LIVRE – Caracteriza pela possibilidade do estudante alargar sua formação em qualquer campo do conhecimento de acordo com seu interesse. Assim, o estudante pode participar de atividades de outros cursos. Deve representar no mínimo 5% do total de atividades do currículo.

O que podemos observar dessa orientação por uma flexibilização vertical é que ainda há a necessidade dos pré-requisitos, uma vez que, embora o núcleo específico, a formação complementar e livre possam estar presentes desde o primeiro semestre do curso até o último, notamos uma estreita relação de interdependência entre as atividades dentro de cada divisão e entre as divisões também, ou seja, o estudante deve participar de atividades das três divisões, de acordo com o oferecimento. O que fazer, por exemplo, se o estudante se interessar por algo que não estar contemplado em nenhuma dessas classificações?

A existência de um núcleo específico, quer dizer obrigatório, evidencia que todo estudante, queira ou não, deve passar por essa formação. Outro caráter que reforça a necessidade de umas atividades em detrimento de outras é a presença de atividades acadêmicas curriculares obrigatórias e optativas. Os critérios utilizados pela definição do que é atividade obrigatória ou optativa com certeza não levam em consideração os interesses do maior interessado: o estudante.

No que se refere a formação complementar, podemos repensar que talvez a existência dessa possibilidade seja apenas um componente que nos diz que o núcleo específico pode não estar contemplando a formação necessária mínima para determinado curso. Assim, ele tem o papel de completar a formação específica, seja por alternativas já planejadas pela própria universidade, quanto por interesses dos alunos sob orientação do professor. Aqui já há um caráter mais autônomo do aluno, mesmo que tímido, pois na formação complementar aberta há a figura do docente para conduzir o aluno em participar de atividades que a universidade acredite ser relevante para sua formação, que conseqüentemente está limitada em o que a instituição oferece.

Na opção livre, acreditamos que a autonomia do aluno se amplia mais um pouco, embora seja limitada pelo oferecimento das atividades disponibilizadas pela instituição e pela mínima possibilidade de 5%. Acreditamos ser relevante aumentar esse percentual, bem como ampliar as possibilidades que o estudante possui de integralizar a opção livre, não só via em sua universidade, mas também em outras universidades e em outras instituições.

2- FLEXIBILIZAÇÃO HORIZONTAL

Entendida como a possibilidade do discente aproveitar as diversas atividades que participa enquanto está na Universidade para integralização curricular. As condições necessárias para que qualquer atividade acadêmica possa ser computada no currículo são que a mesma tenha autorização prévia do Colegiado do Curso e que tenha um processo de avaliação institucional.

As atividades acadêmicas que podem ser consideradas são: disciplinas; seminários; participação em eventos (congresso, seminários, colóquios, simpósios, encontros, festivais, palestras, exposições e cursos de curta duração); discussões

temáticas; atividades acadêmicas à distância; iniciação à pesquisa, docência e extensão; vivência profissional complementar; e estágio curricular.

É importante informar que se alguma atividade acadêmica não foi contemplada nessa lista, há a possibilidade de aproveitamento de novas atividades, caso seja demanda da comunidade universitária.

A orientação por uma flexibilização horizontal, aparentemente, possibilita um maior grau de autonomia por parte do alunado, que participará de atividades que mais lhe convir, mas não há nessa proposta um desenho claro do currículo. Além dessas orientações, a UFMG apresenta alguns exemplos de estruturas curriculares¹¹.

Entendemos que o casamento entre a flexibilização curricular vertical e a horizontal resultará em condições mais adequadas para a possibilidade de um currículo mais flexível. E o mais importante é que não há um modelo pronto de estrutura curricular. Os colegiados e os departamentos carecem discutir para que estruturarem os currículos de acordo com as necessidades do curso e do corpo discente, característica da autonomia universitária.

4.3.A ACC E A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Depois da discussão sobre flexibilização curricular e como o foco principal dessa pesquisa é uma atividade extensionista, a ACC, faz-se necessário analisar os limites e as possibilidades da ACC no que tange a flexibilização curricular. Primeiro discutiremos a possibilidade de a ACC ultrapassar a concepção de disciplina, que ainda hoje tem presença garantida nos currículos de graduação do país. Depois analisaremos se a ACC atende os princípios da flexibilização curricular e como isso ocorre na prática.

A disciplina é ainda hoje a principal atividade acadêmica presente nos currículos, como forma de estruturação dos currículos de graduação brasileiros, embora haja o entendimento de que desta forma há uma forte fragmentação do conhecimento. Talvez por isso tenham surgido outras orientações na tentativa de

¹¹ Ver documento elaborado pela UFMG.

diminuir esse problema: interdisciplinaridade¹² e transdisciplinaridade¹³. Ainda não temos condições suficientes de trabalhar a partir dessas orientações, pois não estão de acordo com nossa formação acadêmica, que normalmente é especializada em determinada linha de um campo de saber, o que se traduz no pensamento de forma linear. Assim, é complexo planejar um trabalho interdisciplinar se nossas estruturas mentais estão acorrentadas pela unidade disciplinar. Esse é o desafio da educação: (des)construir a organização do saber em disciplinas, mesmo porque uma problemática não pertence exclusivamente a um único campo do saber, a uma única disciplina e sim a um emaranhado delas.

Além dessa fragmentação, o modelo atual de currículo de graduação revela certa rigidez com a presença de um núcleo específico, disciplinas obrigatórias, currículo mínimo... Ou seja, há uma formação padrão que é pensada para determinado curso, onde todos os estudantes devem adquirir. É um currículo que na maioria das vezes não tem lugar para os interesses diversos do alunado, pois não extrapola o conhecimento específico. Não estamos negando a necessidade de uma formação comum, mas não apenas se limitar a isso.

Outro agravante é o conceito que a academia ainda tem sobre sala de aula: um espaço físico dentro da Universidade com cadeiras, quadro branco, e outros recursos, com data e hora marcadas para que o processo de aprendizagem aconteça, ou que deva acontecer. Sem mencionar que os únicos atores envolvidos nessa concepção de sala de aula são os alunos devidamente matriculados e o professor responsável pela disciplina. É claro que alguns professores, considerados ousados, tentam diversificar suas metodologias realizando aulas em bibliotecas, em museus, em parques públicos, etc., ou também trabalham em parceria com outro professor e até trazem convidados para enriquecer a discussão numa mesma disciplina, mas tal prática é muito tímida.

Dessa forma, consideramos pertinente a discussão que o FORPROEX (2006) apresenta sobre a dimensão crítica do conceito de sala de aula, propiciada principalmente pela extensão universitária, que

[...] deixa de ser somente o lócus de produção teórico-abstrata para ser considerada como todo espaço, dentro ou fora da universidade,

¹² É a interdependência entre campos de saber, “disciplina”. Isso permite a integração do conhecimento em áreas afins.

¹³ É a possibilidade de se poder transitar de um campo de saber para outro dentro de um sistema lógico organizado.

onde se realiza o processo histórico-social, vivido por diferentes atores. Professores e estudantes, confrontados com a realidade, são sujeitos do ato de aprender e de produzir conhecimentos. Neste sentido, a relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, na medida em que ambos constituem-se em sujeitos do mesmo ato: aprender.

Essa ampliação do conceito de sala de aula é imprescindível para a flexibilização curricular, uma vez que acreditar na possibilidade do estudante vivenciar experiências de aprendizagens importantes fora da Universidade é um dos caminhos de tornar o currículo mais flexível.

Outro aspecto que está bastante relacionado a essa dimensão crítica do conceito de sala de aula é a quebra dos papéis de quem ensina e de quem aprende, pois todos os envolvidos no processo (professores, estudantes e comunidade, no caso do trabalho extensionista) aprendem e ensinam ao mesmo tempo.

Numa tentativa de amenizar a problemática dos currículos de graduação é que acreditamos que a ACC pode ser melhor aproveitada dentro do âmbito da UFBA e também das IFES que almejam a flexibilização curricular. Acreditamos nisso por três motivos básicos.

O primeiro motivo se refere a possibilidade da diminuição da fragmentação do saber, como ocorre nas disciplinas, pois o que caracteriza o trabalho de uma ACC é um tema, uma problemática¹⁴ que é trabalhado sob várias perspectivas com a participação de estudantes de graduação oriundos de no mínimo 3 (três) cursos diferentes, sob a orientação de um professor numa determinada comunidade. Assim, a ACC trabalha de forma transdisciplinar com maior tranquilidade do que ocorre nas disciplinas.

A segunda razão é que a ACC possibilita a concretização da dimensão crítica do conceito de sala de aula, pois as experiências de aprendizagem ocorrem em espaços diversos que transcendem os muros universitários: associações de moradores, igrejas, comunidades indígenas, sindicatos, espaços de lazer, etc. e muitas vezes as mais significativas aprendizagens ocorrem em momentos/situações que temos o hábito de não valorizar, como por exemplo, um bate-papo na mesa de um boteco após os momentos considerados de aprendizagem.

¹⁴ Na discussão do quinto capítulo podemos observar os temas ou problemáticas das ACC's que são perceptíveis no nome de cada uma. Igual às disciplinas, as ACC's possuem também ementas que podem ser consultadas nos materiais de divulgação da oferta de ACC por semestre.

Um outro motivo é a característica da ACC surgir a pedido de uma comunidade, pelo desejo de um grupo de estudantes ou pelo desejo do professor. Essa possibilidade é o que consideramos mais significativo da ACC, pois essa organização (aqui encarada como uma possível estruturação curricular) está aberta as reais necessidades da sociedade e também aos interesses de estudos tanto do alunado quanto do corpo docente que tem a possibilidade de aprofundar temas de seus interesses. Essa característica possibilita também o exercício da autonomia do estudante, pois ele tem espaço e incentivo para identificar e formular proposta de trabalho para enriquecer sua formação.

É por esses e outros motivos¹⁵ que consideramos a ACC um forte candidato a desempenhar as mesmas funções que a disciplina hoje possui, podendo agregar outras demandas que o currículo de graduação hoje necessita.

No que tange a questão primordial se a ACC atende os princípios da flexibilização curricular, acreditamos que de certa forma já fornecemos alguns elementos para tal indagação, mas vamos analisar de forma mais cuidadosa, levando em consideração os princípios abordados pela UFRN, já citados nesse capítulo, mas não discutidos, que são:

- 1) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- 2) visão do ensino centrada na criatividade, que tem como exigências a construção do conhecimento na relação com a realidade profissional; e
- 3) a interdisciplinaridade.

PRIMEIRO PRINCÍPIO

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é uma preocupação tanto do Plano Nacional de Graduação quando discute “a graduação articulada com a pesquisa e a extensão” como princípio e fundamento, quanto do Plano Nacional de Extensão Universitária ao conceber a extensão como um processo que articula o ensino e a pesquisa.

Na verdade, tal atenção se dá pelo fato de que as novas demandas da sociedade contemporânea exigir uma formação que contemple não só a competência científica e técnica, mas, sobretudo uma formação política e postura

¹⁵ Os outros motivos estão apresentados na discussão da ACC e os princípios da flexibilização curricular.

ética. E essa formação ampla não se consegue apenas pelas vias do ensino, nem também pelas vias do ensino e da pesquisa, e nem pelo ensino e extensão. Só se consegue possibilitar essa formação quando as funções essenciais da Universidade estão articuladas. Assim, é notório que o eixo da formação do graduado deva ser a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Isso quer dizer na prática que o indivíduo deve ter no seu percurso curricular atividades que lhe possibilitem vivenciar além do ensino, que é a função sempre presente nos currículos, a pesquisa e a extensão. Mas o cerne da questão não está no reconhecimento dessa importância, pois cremos que isso já foi alcançado, e sim nas reais possibilidades que a Universidade possui para viabilizar tais trajetórias curriculares, pois envolve obtenção de recursos financeiros, de qualificação docente, e de compromisso por parte de toda instituição.

Além desse entraves de ordem administrativa e financeira, há também a fragmentação dessas atividades. Ou seja: as disciplinas são para contemplar o ensino; os programas de IC, os grupos de pesquisa para a competência científica e técnica; e eventos, cursos, projetos e programas para o atendimento da extensão universitária.

É claro que essa fragmentação não é encarada como um problema quando comparada ao número mínimo de estudantes que possuem, no período de graduação, vivências em atividades de pesquisa e de extensão. Antes de rever essa fragmentação é preciso universalizar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Temos a convicção de que possuímos um longo caminho pela frente.

Para subsidiar a universalização dessa demanda, sugerimos a ampliação do oferecimento da ACC no âmbito da UFBA e da adoção pelas IES dessa experiência, pois tal programa possui como objetivo fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais das universidades.

No âmbito da UFBA isso pode se dar por duas formas. A primeira, consideramos a mais fácil de se realizar, é aumentar o número de ACC's vinculada ao processo de avaliação de todo o programa de forma mais sistemática. Para isso a instituição necessita: desmistificar o menor prestígio dado às atividades de extensão; tornar mais democrático o processo de aprovação dos projetos com a criação de um comitê interno e externo, similar ao que acontece no PIBIC; repensar as gratificações docentes em torno das atividades extensionistas; instituir um projeto de avaliação institucional permanente em torno da atividade, onde o resultado do

trabalho de cada ACC seja utilizado como critério para renovação do projeto; e firmar mais parceiras.

A segunda possibilidade é ir aos poucos substituindo as disciplinas por ACC. Para que isso aconteça é necessário primeiro que a ampliação e as melhorias acima citadas aconteçam. As disciplinas podem ser diluídas em cursos, seminários, palestras, colóquios, congressos, etc., articulado ao trabalho desenvolvido nas ACC's. Na verdade, o que sugerimos é que a ACC seja o centro do currículo de graduação articulado com todas as outras atividades que são consideradas significativas para a formação do estudante de graduação.

SEGUNDO PRINCÍPIO

No que se refere a “visão do ensino centrada na criatividade, que tem como exigências a construção do conhecimento na relação com a realidade profissional”, segundo princípio destacado, a ACC possibilita essa exigência. Na prática isso se dá a todo o momento, quando o estudante se vê dentro de uma problemática social, mesmo antes de concluir seu curso de graduação.

A estrutura básica de funcionamento de uma ACC é permeada por reuniões de discussões e planejamento entre os estudantes, professor e monitor, e depois pelas relações de convivência dentro de uma comunidade¹⁶. Assim, o estudante é convidado o tempo todo em usar a criatividade para resolver problemas do cotidiano, além da possibilidade de construção dos conhecimentos a partir de experiências práticas.

Apenas a título de exemplo vamos imaginar uma situação hipotética, mas bem provável de acontecer, do surgimento de uma problemática na ACC-EDC-464-Ensino e Pesquisa na Roda de Capoeira. A problemática se dá quando a ACC se propõe em realizar um trabalho em escolas públicas municipais com o oferecimento de um curso de capoeira para crianças. O período de matrícula é iniciado, com a possibilidade do preenchimento de dez vagas, e ao final do período apenas três crianças se matricularam.

Quando o grupo vai discutir com a escola dos motivos da baixa procura, é informado que a comunidade é predominantemente evangélica e não permite a

¹⁶ Esse processo está mais detalhado no quarto e quinto capítulos.

prática da capoeira, pensando que está estritamente relacionada à religião Candomblé, religião esta condenada por alguns evangélicos.

Nesse contexto, os estudantes são estimulados a repensar o oferecimento do curso de capoeira para crianças. Se é ainda viável o oferecimento nessa comunidade, se é preciso primeiro um trabalho com a comunidade no intuito de informar sobre a capoeira, sobre a cultura afro-brasileira e outras temáticas afins.

Assim, os estudantes diante da realidade concreta (re)formulam estratégias de atuação imediata no trabalho com a comunidade e têm a possibilidade de pôr em práticas suas idéias e avaliarem se obtiveram os resultados desejados, experiências que não podem ser vivenciadas no espaço físico dentro da Universidade, podem ser apenas teorizadas.

Um dado importante que precisa ser analisado é a troca entre Universidade e comunidade que o tempo todo deve acontecer. Antes do oferecimento do curso de capoeira é preciso fazer uma pesquisa com a comunidade para ver se ela tem interesse, ou seja, saber qual é a demanda daquela comunidade.

TERCEIRO PRINCÍPIO

O último princípio analisado é a interdisciplinaridade, que é

do ponto de vista epistemológico, consiste no método de pesquisa e de ensino voltado para a interação em uma disciplina, de duas ou mais disciplinas, num processo que pode ir da simples comunicação de idéias até a integração recíproca de finalidades, objetivos, conceitos, conteúdos, terminologia, metodologia, procedimentos, dados e formas de organiza-los e sistematiza-los no processo de elaboração do conhecimento¹⁷.

A interdisciplinaridade na ACC inicia com o formato de oferecimento de vagas para estudantes de três cursos diversos de graduação, de acordo com a temática da ACC. Dessa forma, há o diálogo entre os cursos de graduação em torno de uma problemática. Assim, cada estudante é de suma importância para o desenvolvimento das atividades, pois além de sua graduação, que não é comum a

¹⁷ Disponível em http://www.forumeducacao.hpg.ig.com.br/textos/textos/didat_7.htm.

maioria dos estudantes, ele também possui, principalmente, uma trajetória de vida peculiar, que é bastante enriquecedora para a proposta da ACC.

Outra contribuição no formato da ACC, que acreditamos que privilegia a interdisciplinaridade, é a participação efetiva dos membros da comunidade, que são ouvidos e estimulados a participarem em todas as atividades desenvolvidas, pois, eles possuem uma experiência de vida rica que auxilia o bom andamento do trabalho.

Em síntese, acreditamos que a ACC é uma atividade que possui características que auxiliam na flexibilidade curricular, demanda hoje indispensável nos currículos de graduação.

5. O PERCURSO DO PROGRAMA UFBA EM CAMPO – ACC (ATIVIDADE CURRICULAR EM COMUNIDADE)

Antes de se tornar um programa permanente, a ACC foi desenvolvida em caráter experimental, além de ter sido fruto de uma atividade extensionista anterior da UFBA – o Programa UFBA em Campo. Mesmo depois de sua institucionalização como atividade curricular permanente, a ACC sofreu um recesso, que aqui foi considerado como marco para compreender a mesma em dois momentos: 1º e 2º fases, pois tal interrupção provocou alguns reajustes necessários para a continuidade e o bom funcionamento da atividade.

Desta forma, abordamos nesse capítulo um pouco da história dessa atividade extensionista desde o Programa UFBA em Campo até a Atividade Curricular em Comunidade (ACC) em seu formato atual.

5.1. PROGRAMA UFBA EM CAMPO

Em 1997, na gestão do reitor Felipe Serpa, deu-se início ao Programa UFBA em Campo, vinculado a Pró-reitoria de extensão da UFBA, cujo intuito era buscar novas formas de interação da Universidade com a sociedade, ou seja, experimentar uma maneira diversificada de interagir com o meio social, sem estar apenas prestando algum serviço a ele de forma assistencialista. Na verdade, as idéias começaram a surgir no final de 1996 e no dia 17 de maio de 1997 houve a primeira solenidade do Programa UFBA em Campo, realizado na reitoria¹⁸. Nesse encontro houve também o depoimento de 15 professores, expondo sobre a universidade que eles gostariam de ver.

O Programa UFBA em Campo é uma atividade extensionista que já começou diferenciada das costumeiras atividades deste caráter que a UFBA vinha desenvolvendo, pois como bem assinala Bela Serpa, coordenadora executiva do

¹⁸ Participaram desse encontro Pedro Demo (sociólogo), Mãe Stella de Oxóssi (sacerdotisa do Candomblé de São Gonçalo do Retiro), Felipe Serpa (ex-reitor da UFBA), Paulo Lima (ex-pró-reitor de extensão), dentre outros professores.

Programa UFBA em Campo II no período, por ele ter sido originado e administrado na PROEXT (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2001, p.17). O mais corriqueiro é os projetos, os programas partem das diversas unidades de ensino e/ou grupos de pesquisa da UFBA e a PROEXT apenas administrar.

Essa experiência foi bem sucedida, é o que se supõe e pode ser ratificado pelos relatos dos atores envolvidos nos relatórios de publicação, por ela ter sido desenvolvida em três versões: Programa UFBA em Campo I, Programa UFBA em Campo II e Programa UFBA em Campo III, além de servir de inspiração para institucionalização de atividade semelhante na UFBA – a ACC.

Como já mencionado, o Programa UFBA em Campo I ocorreu em 1997 com a participação de 200 estudantes e 50 municípios baianos. Em maio do referido ano houve a inscrição para o programa com um braço no interior e um braço na capital. O braço no interior era chamado “Programa UFBA em Campo: pulando a fogueira”. Para cada município foram quatro estudantes de cursos diferentes. Eles permaneceram nos municípios durante 15 dias, de um período que antecedeu e sucedeu o São João, pois a intencionalidade do programa foi que estes vivenciassem a densidade desta festa, onde fizeram uma abordagem preliminar de temáticas ligadas às necessidades do município, sem a presença dos professores, mas teve um trabalho de preparação de três meses que começou no dia 17 de maio. A preparação ocorreu aos sábados, com reuniões e trabalhos em grupos na Faculdade de Arquitetura com a participação de 12 a 15 professores.

Segundo o Professor Paulo Lima (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 1997 – 2002),

Para muitos foi a primeira experiência de projeto acadêmico que estava na mão deles, não era pesquisa, não era extensão, era de tudo, tinha a responsabilidade que depois identificamos como o mais importante de tudo, e também eles se sentiam representantes da universidade, representante do conhecimento... Era uma estratégia de enponderamento que resultou em um trabalho enorme. Tinha uma caravana que foi para um município muito longe e chegavam no município de madrugada, na época de São João, e já ficam trabalhando, entrevistando todo mundo, a cidade também abraçou os estudantes de uma maneira muito carinhosa, foi um negócio muito feliz (informação verbal).

Sobre o fato dos estudantes terem ido sozinhos aos municípios, sem professores, o que caracteriza mais uma ousadia do programa, o próprio Felipe

Serpa, reitor da UFBA no período, relatou tal fato em um dos seus escritos ao afirmar que “[...] Eu avisei a eles [estudantes] que aquela seria a oportunidade de derrubar o reitor, porque bastaria alguma anomalia para que isso ocorresse, porque a mídia e a comunicação não me poupariam” (SERPA, 2004, p.291).

Quem conhece o pensamento de Serpa sabe que para ele, quem faz a Universidade são os estudantes. Talvez tenha sido isso um dos motivos desse formato do programa, além dos projetos terem sido concebidos pelos próprios estudantes, o que possibilita certo grau de autonomia destes no seu desenvolvimento acadêmico.

Outro dado relevante acerca dessa primeira versão do programa é o fato de ter sido realizado sem nenhum financiamento externo. Isso provoca no mínimo duas nuances. A primeira é óbvia, pois a Universidade não possui recursos financeiros em abundância para realizar de forma plena atividades desta natureza. A segunda é que sem regras do financiador a instituição possui autonomia para produzir e socializar o conhecimento por caminhos que considere mais ricos, gratificantes.

A segunda versão do programa, Programa UFBA em Campo II, realizado em 1999, trouxe algumas novas configurações: financiamento externo, bolsas de extensão para estudantes de graduação, envolvimento de professores juntamente com os estudantes...

O objetivo do programa foi nas palavras do Professor Paulo Lima (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 1997 – 2002), “[...] sedimentar as soluções recém-criadas na UFBA, permitindo que ousadias metodológicas e mecanismos tradicionais da academia dialogassem livremente” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2001, p.11). Percebemos assim o reconhecimento de uma prática extensionista não mais puramente embasada nas prestações de serviços aos menos favorecidos (financeiramente, intelectualmente...), mas sim na possibilidade de trocas reais dos que tiveram o privilégio de acessar a Universidade com aqueles que, às vezes, a idealizam como um mito.

Com o financiamento via parceria entre a UFBA e CADCT/SEPLANTEC foi possível oferecer condições mais adequadas dos projetos se desenvolverem, sem mencionar que alguns estudantes foram contemplados com bolsas de extensão, o que de fato aumenta a disponibilidade do estudante se dedicar a esse tipo de experiência.

Graças a essa parceira, cada projeto desenvolvido na capital contava com aproximadamente R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) e R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para os projetos que aconteciam no interior do Estado, para custear despesas com materiais de consumo, transporte, alimentação e hospedagem. É necessário frisar que nesta parceira a contrapartida da UFBA foi de disponibilizar docentes, além da utilização dos espaços físicos da instituição.

O número de participantes envolvidos reduziu para 111, 33 professores e 26 projetos em comunidades do interior e da capital do Estado da Bahia. A limitação de recurso financeiro é uma possível explicação desta redução.

Durante o Programa UFBA em Campo II, ocorreu no período de 13 e 14 de dezembro de 1999 o I Seminário Estudantil de Extensão intitulado “O estudante e a sociedade: formação e compromisso”, realizado pela Pró-Reitoria de Extensão com o apoio do CADCT/SEPLANTEC.

Esse evento teve o objetivo de

agregar diversos grupos de estudantes, de origens acadêmicas diversas, para intercambiar experiências, confrontar metodologias, identificar afinidades temáticas e indicar perspectivas e rumos não só dos trabalhos que estão desenvolvendo mas, sobretudo, para fortalecer o processo de institucionalização da participação estudantil em atividades de extensão universitária (PROEXT/UFBA, s.d, p.3).

Já no Programa UFBA em Campo III, o que temos notícia é que a única diferença deste da segunda versão é o fato das bolsas de extensão para estudantes de graduação originar-se da própria UFBA no mesmo valor da bolsa de IC, permanecendo a parceria com a CADCT/SEPLANTEC.

Mesmo que de forma tímida, o valor das bolsas para os estudantes que participam de atividades de extensão ou de IC serem iguais evidencia uma preocupação da Universidade em não reforçar a concepção que a extensão universitária tem menor prestígio que a pesquisa.

5.2.ACC EM CARÁTER EXPERIMENTAL (2001.1 – 2002.2)

Após muitas reflexões acerca da vivência do Programa UFBA em Campo em suas três versões, a Universidade implantou, experimentalmente, no primeiro

semestre de 2001, uma atividade similar no âmbito curricular das graduações intitulado Programa UFBA em Campo – ACC (Atividade Curricular em Comunidade).

A Atividade Curricular em Comunidade – ACC é uma experiência educativa, cultural e científica, desenvolvida por professores e estudantes da UFBA, em parceria com grupos comunitários, articuladora de ensino/pesquisa e sociedade. Considerada como atividade extensionista, ela possui o objetivo de promover diálogos com a sociedade, para reelaborar e produzir conhecimento sobre a realidade, de forma compartilhada, para descoberta e experimentação de alternativas de resolução e encaminhamento de problemas.

No que tange ao currículo, a ACC é um componente de natureza complementar inserida nos currículos dos cursos de graduação, com 68 horas e quatro créditos, com o intuito da prática de construção da cidadania do estudante. Assim, ela trabalha com:

- ↳ O compromisso de colocar o conhecimento a serviço das parcelas da população que dele são privadas;
- ↳ A experiência de produção compartilhada de conhecimento;
- ↳ A compreensão do conhecimento como ferramenta de transformação;
- ↳ A compreensão do caráter multidisciplinar dos problemas da realidade;
- ↳ A reflexão sobre temas desafiadores tais como: conhecimento e poder, conhecimento e cidadania, conhecimento e transformação da realidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2001).

Para a sociedade, a ACC constitui uma oportunidade de interagir com a Universidade, construindo parcerias, para usufruir da contribuição que o saber acadêmico pode auxiliar na identificação, análise e enfrentamentos dos problemas sociais.

Já para os estudantes, como já mencionado, a ACC é um componente curricular com características comuns às demais disciplinas, pois possui carga horária, creditação e propósito acadêmico.

O Programa UFBA em Campo – ACC também é entendido como uma atividade que privilegia a interdisciplinaridade e a interação entre a Universidade e a comunidade, proporcionando aos estudantes a experimentação dos conhecimentos apreendidos nos muros universitários, podendo assumir caráter de disciplina optativa inserida no currículo dos cursos de graduação da UFBA.

Apesar de atualmente poder assumir caráter de disciplina optativa, houve a intenção por parte da Pró-reitoria de Extensão de tornar a ACC um componente curricular obrigatório a todos os estudantes de graduação da UFBA, como afirma a professora Beth Rangel em entrevista a Michelle Prazeres¹⁹. Tal desejo até o presente momento ainda não se tornou possível.

É importante destacar que: todos os alunos de graduação podem participar, inclusive concluintes, desde que exista oferta de uma ACC para seu curso; não existem pré-requisitos curriculares para participar, porém é imprescindível que exista interesse para o trabalho de campo, que normalmente inclui viagens para municípios do Estado da Bahia; o estudante pode se matricular na mesma ACC por até três vezes, embora tenha sido aprovado anteriormente (o aproveitamento da atividade como disciplina optativa ou outro componente curricular fica a cargo de cada colegiado), ou continuar como voluntário, dependendo da natureza do projeto e aprovação do professor; e há possibilidade do estudante ser monitor remunerado da ACC.

Na ACC o monitor assume o papel de uma liderança discente, articulando o trabalho através das seguintes atribuições:

- ↳ Colaborar no planejamento das atividades a serem desenvolvidas;
- ↳ Colaborar para o desenvolvimento de processos permanentes de avaliação dos trabalhos desenvolvidos;
- ↳ Manter organizados os dados do projeto;
- ↳ Coletar dados de frequência dos estudantes, para cômputo da carga horária total dedicada ao projeto;
- ↳ Redigir, como orientação do professor, relatórios intermediários e propostas de trabalho;
- ↳ Encaminhar à coordenação executiva dados e documentos que forem solicitados ao coordenador do projeto;
- ↳ Organizar os trabalhos de campo com os respectivos relatórios;
- ↳ Colaborar na redação do relatório final do Projeto;
- ↳ Representar o grupo no espaço de realização do trabalho, por delegação do professor e na sua ausência;

¹⁹ <http://www.acc.ufba.br/repercu/matmid/010406.html> [capturado em 12 de novembro de 2003].

- ↳ Participar de apresentações do trabalho em seminários ou outros eventos;
- ↳ Outras atribuições a serem definidas de comum acordo com o professor orientador (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2001, p.6).

Além do recebimento de uma bolsa mensal no valor de aproximadamente R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) durante os quatro meses que se realiza o projeto em cada semestre, o estudante pode aproveitar a carga horária e os créditos de monitoria em seu currículo; publicar trabalhos referentes a sua experiência no projeto; e adquirir experiência de co-gestão de projetos acadêmicos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2001, p.6).

Outro dado interessante na ACC, além da monitoria, é que as propostas de ampliação do número de ACC's partem dos professores. Estes apresentam suas propostas à Pró-Reitoria de Extensão e aguardam aprovação. A Pró-Reitoria de Extensão avalia as propostas de acordo com a concepção da ACC que devem contemplar “promoção do diálogo entre a Universidade e comunidades, percepção do caráter interdisciplinar dos problemas da realidade, experimentação da produção do conhecimento de forma compartilhada, etc.” (LUZ, 2003).

Quanto ao espaço físico, as ACC's podem funcionar em locais disponíveis nas próprias comunidades como escolas, igrejas, postos de saúde, centros sociais urbanos, associações de moradores, clubes, etc. e/ou espaços da Universidade em turnos e horários em que esses espaços estejam ociosos.

No que tange ao formato da ACC, este depende dos cursos, áreas de conhecimento e contexto de realização. Portanto, assume formas e desenhos variados. Porém, apesar da diversidade de formatos, possui os seguintes objetivos comuns:

intensificar o contato da universidade com a sociedade, contribuindo para o cumprimento do seu compromisso social; fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da universidade; contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação e das atividades de pesquisa e de extensão; promover maior aproximação entre os currículos e a vida concreta da sociedade; contribuir para a formação ética do profissional; estimular a problematização como atitude de interação com a realidade; propiciar a descoberta de novos objetos de investigação em contextos externos ao meio acadêmico; ensejar a experimentação de alternativas metodológicas de trabalho comunitário e de ensino; e

favorecer o desenvolvimento de uma atitude tanto questionadora como proativa diante dos desafios e limites impostos pela nossa realidade social (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2003).

A partir de tais objetivos, os estudantes, futuros profissionais, aprendem a lidar com o cotidiano em que estão imersos através da aplicação dos conhecimentos adquiridos na academia ao mesmo tempo em que pesquisa em campo, contribuindo para o desenvolvimento e superação de problemas de uma comunidade. Sem perceber, os estudantes estão, através de uma única atividade, participando das funções universitárias básicas que antes da criação da ACC eram vivenciados separadamente.

É importante destacar que para tornar a atividade funcional, por a ACC acontecer em espaços diferenciados (Salvador ou municípios baianos), além de utilizar materiais específicos, a UFBA, em parceria com a FAPESB, disponibilizava aos projetos recursos financeiros para cobrir suas despesas (deslocamentos, hospedagens, alimentações, materiais de consumo, etc.). Assim, cada ACC recebia cerca de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) quando ocorria na capital e R\$ 3.000,00 (três mil reais) se acontecesse no interior. Vale lembrar que tal parceira também arcou com a bolsa de aproximadamente R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) para o estudante monitor (que não pode ser um dos alunos matriculados na ACC nem receber outra bolsa pela Universidade) durante quatro meses. Tais custos são referentes a cada semestre de realização da atividade. Os oferecimentos destas bolsas funcionam como a contrapartida da Universidade nessa parceria.

Vale mencionar também que anualmente – desde 2001 – acontece o Convescote Acadêmico. Este evento funciona como um momento de socialização entre todas as ACC's através da exposição de painéis e elementos ilustrativos das ações realizadas com a participação dos professores, monitores, estudantes e membros das comunidades envolvidas em cada projeto.

Ocorre também nesse evento a integração entre os projetos, uma dinâmica interativa através da formulação por cada grupo (ACC) de duas questões sobre outros dois projetos, escolhidas livremente. Tais questões são entregues à Coordenação da ACC que é responsável do posterior encaminhamento aos destinatários e avaliação final do processo.

Nesse “piquenique” os estudantes conhecem os projetos, se informam da oferta de vagas para o próximo semestre e após escolha da ACC de seu interesse

preenchem formulário de pré-adesão. Em um evento posterior, os mesmos encontram-se com os professores responsáveis por cada projeto e recebem o resultado da sua pré-adesão.

A participação dos estudantes (que possuem interesse em se integrar aos projetos) no Convescote Acadêmico é de suma importância, pois assim, os abandonos às ACC's são evitados, não desperdiçando desta forma as oportunidades de se vivenciar uma atividade tão rica e indispensável na formação acadêmica, pessoal e profissional dos estudantes universitários, pois em sua grande maioria estes não têm oportunidade de vivenciar práticas que possibilite a prática profissional antes da conclusão do curso, e também o desenvolvimento de questões relevantes para sua formação, como por exemplo, a ética profissional.

Através da ACC o estudante toma conhecimento de novas experiências e de uma parte da população que é excluída. Assim, a Universidade é incluída em comunidades excluídas. As comunidades passam a conhecer o que é e para que “serve” a Universidade, antes desconhecida por grande parte da população, geralmente, as consideradas camadas populares.

Além de incluir a Universidade na comunidade, a ACC permite aos discentes e docentes o trabalho com temas que abarcam as diversas áreas de conhecimento abrangidas pelos cursos de graduação da UFBA. Os temas são trabalhados, preferencialmente, de forma multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. Assim, sua realização necessita da cooperação entre docentes e formação de turmas com estudantes de cursos diversos.

Para cada ACC eram disponibilizadas dez vagas para os estudantes, além de um monitor estudante e do professor orientador. A distribuição das vagas pelos diversos cursos de graduação depende da temática da ACC.

Em consonância com a experiência da UFBA no campo da extensão e as propostas do Plano Nacional de Extensão, a UFBA propõem as seguintes áreas temáticas para as ACC's:

melhoria da saúde e da qualidade de vida da população; atenção à criança, ao adolescente e ao idoso; melhoria da qualidade da educação básica; geração de emprego e renda; preservação e sustentabilidade do meio ambiente; defesa de direitos sociais; combate à violência; combate ao trabalho infantil; formação e cidadania; participação e intervenção em políticas públicas; resgate

e preservação de identidade cultural; e gestão e auto-sustentação (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2003).

Através da liberdade da escolha de temáticas, na definição de programas e na experimentação de procedimentos metodológicos, bem como pela possibilidade de assumir um caráter renovável a cada semestre, ou de comportar a continuidade da experiência por mais de um semestre, a ACC permite o preenchimento de possíveis lacunas no que tange aos temas abordados nos currículos dos cursos de graduação e também atender interesses de estudos e aprofundamento de temas tanto por parte do corpo docente quanto pelo corpo discente.

Além dessas vantagens acima mencionadas, o estudante que cursa ACC, sob a orientação de um professor, pode:

- ↳ Desenvolver atividades pedagógicas de intercâmbio de conhecimentos entre a universidade e a população: ministrar cursos, fazer ou promover conferências, palestras, ciclos de estudos, debates, oficinas, seminários, exposições, concertos, recitais, espetáculos, mostras, feiras, campanhas, formação ou promoção de grupos artísticos, etc;
- ↳ Promover meios de conhecimento de realidades específicas, elaborando, de forma cooperativa, levantamentos, pesquisas de campo, diagnósticos, projetos, e colaborando no encaminhamento de soluções de problemas;
- ↳ Acompanhar, apoiar e assessorar projetos comunitários em desenvolvimento;
- ↳ Vivenciar práticas profissionais de forma cooperativa e multidisciplinar em situações concretas de demandas da população;
- ↳ Desenvolver atividades artísticas ou de resgate da memória cultural em comunidades;
- ↳ Agregar aspectos qualitativos de interesse ou de necessidade da população nas ações promovidas pelo poder público ou por organizações da sociedade civil (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2001, p.2-3).

Já ao professor, orientador de ACC, cabe:

- ↳ Apresentar e discutir a proposta de trabalho com os estudantes e com a comunidade, atentando para a flexibilidade necessária à incorporação de sugestões e demandas pertinentes;
- ↳ Discutir o objeto, os objetivos, a metodologia e os resultados esperados (produtos) do trabalho proposto;
- ↳ Planejar o trabalho de campo com os estudantes, atentando para a disponibilidade de horários e características do trabalho a ser desenvolvido;
- ↳ Garantir um substrato de reflexões paralelas ao desenvolvimento do trabalho, enfatizando os aspectos de iniciação à pesquisa em comunidade;
- ↳ Acompanhar todo o desenvolvimento do trabalho, avaliando cada etapa com os estudantes e com a comunidade;
- ↳ Definir os produtos finais da atividade e a forma de avaliação final;
- ↳ Registrar, na caderneta da ACC, todas as atividades desenvolvidas, a frequência dos alunos e a nota final de avaliação, observando os prazos da SGC de conclusão do semestre (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2002, p.13).

Devido a ACC ser coordenado de forma acadêmica pela Pró-Reitoria de Extensão, via o Núcleo de Gestão Acadêmica da ACC, o professor orientador pode ser solicitado a:

- ↳ Comparecer a reuniões de acompanhamento e avaliação da ACC;
- ↳ Participar em eventos programados de integração e avaliação;
- ↳ Apresentar prestação de contas referente aos recursos de apoio e notificação quanto à frequência do monitor, para pagamento de bolsa;
- ↳ Colaborar com a Pró-Reitoria de Extensão para produção de material sobre a experiência para eventual publicação (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2002, p.14).

Tal forma de gestão iniciou a partir de 2002.2, pois até então era a Pró-Reitoria de Extensão sozinha que coordenava o programa. Nesse período o Núcleo de Gestão Acadêmica (NGA) era composto pelo Pró-Reitor de Extensão, Coordenador de Extensão e Coordenador do Programa, três representantes de monitores e três representantes de professores. O curioso é que não havia nesse

período representação das comunidades, também parte integrante do programa, no NGA.

Na gestão do programa, algumas atribuições são de responsabilidade do NGA. Vejamos:

- ↳ Promover a integração entre os projetos, com vistas a integrar os diversos formatos, seus diferentes objetos e metodologias, acompanhando, avaliando, e refletindo sobre questões conceituais, metodológicas e operacionais recorrentes na ACC;
- ↳ Rever e atualizar as normas que regem a ACC, atentando para que essas sejam flexíveis e democráticas;
- ↳ Promover o aperfeiçoamento do modelo de gestão do programa ACC, propiciando, em curto prazo, a inclusão de representantes da Pró-Reitoria de Graduação;
- ↳ Promover um processo constante de avaliação, com vistas ao aperfeiçoamento da experiência acadêmica da ACC;
- ↳ Empreender articulações no sentido de buscar fontes de financiamento que assegurem a continuidade e a ampliação do programa;
- ↳ Aperfeiçoar o processo de matrícula em ACC, tendo em vista suas características especiais como componente curricular dos cursos de graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2003, p.13).

Seria interessante também que participasse do NGA um representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, uma vez que um dos objetivos do programa é fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da universidade.

Pelas contribuições que a ACC está trazendo tanto para a Universidade (formação do seu alunado e quadro docente) quanto para a comunidade, a plenária do 26.º Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - Regional Nordeste, ocorrida em Natal (RN) recomendou tal atividade para ser implantada em todas as Universidades públicas do Nordeste. Foi acordado ainda nesse fórum que as Universidades devem desenvolver seu próprio modelo de ACC, embora utilize a metodologia original, empregando também o mesmo nome do programa, até novembro de 2002. Algumas Universidades já implantaram essa atividade.

Segundo o Professor Paulo Lima (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 1997 – 2002), a implantação do programa nacionalmente pode estar próxima devido a várias Universidades estarem acompanhando essa experiência da UFBA. A Pró-Reitoria de Extensão foi convidada a apresentar o programa às Universidades Federais do Paraná, Santa Catarina, São Carlos, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rural de Pernambuco e Estadual do Ceará.

Essa fase experimental ocorreu durante dois anos (2001.1 – 2002.2) e ofereceu um total de 169 ACC's (quando somada a oferta semestral), envolvendo a participação de bolsistas, professores, comunidades e estudantes. Vejamos na tabela 1 abaixo o total da oferta de ACC's por semestre.

TABELA 1
TOTAL DA OFERTA DE ACC'S POR SEMESTRE
(2001.1 – 2002.2)

SEMESTRE	2001.	2001.	2002.	2002.	TOTAL
	1	2	1	2	
OFERTA	26	46	51	46	169

FONTE: Material impresso de divulgação interna da UFBA em formato de folder e livreto.

Consideramos significativo o número de ACC's disponibilizadas no primeiro semestre por ser uma atividade nova no âmbito da Universidade. Do primeiro semestre de vivência do programa para o segundo, o número de ACC's aumentou consideravelmente, um acréscimo de 20 ofertas. O crescimento continuou no terceiro semestre com o oferecimento de mais 5 ACC's. O caráter inovador da atividade foi um dos motivos do aumento da oferta. No último semestre do período experimental, o número de ACC caiu, voltando ao número ofertado no segundo semestre de implantação do programa. Na tabela 2 podemos visualizar a oferta de ACC'S por semestre nesse mesmo período.

Notamos que apesar de no período de dois anos (quatro semestres consecutivos) ter sido oferecido um total de 169 ACC's, foram apenas ofertadas 60 ACC's, pois a maioria foi oferecida em mais de um semestre como podemos observar na tabela 2 abaixo. Na tabela 3 abaixo verificamos a quantidade de ACC's e sua frequência no período de dois anos.

TABELA 2
OFERTA DE ACC POR SEMESTRE
(2001.1 – 2002.2)

DENOMINAÇÃO	2001.1	2001.2	2002.1	2002.2	TOTAL
1. ADM-454 – Gestão social, terceiro setor e economia solidária: revisando conceitos e construindo uma prática			X	X	2
2. ADM-456 – Administração de projetos solidários em apoio ao desenvolvimento local – uma atividade de extensão, ensino e pesquisa na comunidade em Salvador			X	X	2
3. AGR-454 – O associativismo como instrumento de combate à seca e à pobreza		X	X		2
4. AGR-459 – Sociologia rural: dialogando com o “Projeto Volta à Terra”		X			1
5. ARQ-456 – Eventos de rua: o lugar da festa e a relação com a cidade		X	X		2
6. ARQ-457 – Práticas de projetos em ações comunitárias	X	X	X	X	4
7. BIO-454 – Dinâmica da conscientização de problemática do lixo: beneficiamento de solos agrícolas		X	X	X	3
8. BIO-456 – Genética e diversidade humana		X	X	X	3
9. BIO-457 – Gestão de recursos ambientais de Cairu/Ba		X	X	X	3
10. COM-454 – Comunicação organizacional para micro empresas			X	X	2
11. COM-455 – TV: Informação e comunidade		X	X	X	3
12. DAN-455 – Adolescentes e pais prevenindo DST-AIDS e drogas	X				1
13. DAN-455 – Com arte e com afeto: cidadania e consciência negra		X	X	X	3
14. DIR-456 – Direito ambiental e fauna		X	X	X	3
15. EBA-455 – Arte Indígena na BAHIA (AIB)		X	X	X	3
16. EDC-454 – Analfabetismo e desenvolvimento humano em municípios baianos			X	X	2
17. EDC-455 – Projeto Paraguassu: convivência Universidade/comunidade	X	X	X	X	4
18. EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária	X	X	X	X	4
19. EDC-457 – Atividades educativas para crianças e jovens do meio urbano	X	X			2
20. EDC-458 – UFBA: cidadania e aprendizagem pelo trabalho	X				1
21. EDC-459- A educação ambiental no ensino fundamental da rede pública estadual na cidade de Salvador		X	X	X	3
22. EDC-460 – Saúde escolar: superando desafios		X			1
23. EDC-461 – A educação ambiental em área de periferia – Bairro Escada		X	X	X	3
24. EDC-462 – Teatro – Educação		X	X	X	3
25. EDC-463 – Memória cultural e iconográfica Kiriri		X	X	X	3
26. EDC-464 – A pesquisa e o ensino de roda de capoeira			X	X	2
27. EDC-465 – Cultura corporal e meio ambiente			X	X	2
28. ENF-455 – Observatório de violência em Salvador	X				1
29. ENF-457 – Cidadania e educação em saúde		X	X	X	3
30. ENG-454 – Mão na massa: apoio técnico para construções populares			X	X	2
31. ENG-457 – Uso e manejo da água na zona rural		X	X	X	3
32. FAR-454 – Busca racional de novos fármacos de origem vegetal	X	X	X	X	4
33. FAR-456 – Educação e saúde: meio ambiente versus microbiologia aplicada	X	X	X	X	4
34. FAR-457 – Educação e Saúde: prevenção de anemias	X	X	X	X	4

35. FAR-458 – Educação e Saúde: prevenção e diagnóstico de doenças parasitárias	X	X	X	X	4
36. FCH-454 – Condição humana, ética e cidadania	X	X	X	X	4
37. FCH-455 – Desenvolvimento comunitário: adolescentes e jovens diante de dificuldades de autosustentação – um estudo de mobilidade e inserção social			X	X	2
38. FCH-457 – Siribão Capinha: entre o manguezal e a montanha		X	X	X	3
39. FCH-458 – Memória e história das comunidades negras de Salvador	X	X	X	X	4
40. FCH-459 – Prática arqueológica em comunidade		X	X		2
41. FCH-461 – Sociedade civil e políticas públicas	X	X	X	X	4
42. FCH-462 – Territórios negros – Experiência etnográfica		X	X	X	3
43. FOF-455 – Modelo de atenção à saúde bucal com ênfase em ações preventivas e promocionais na zona rural de Jaquara/Ba		X			1
44. GEO-455 – Estudo ambiental da bacia do Subaé	X	X	X	X	4
45. ICS-456 – Fonoaudiologia em campo	X	X	X	X	4
46. ICS-458 – Endemia e meio-ambiente no litoral norte - Ba	X	X	X	X	4
47. LET-455 – Oficina de criação literária	X		X	X	3
48. MAT-456 – Integrando a TV – Escola com a Internet através de projetos escolares			X	X	2
49. MED-456 – Saúde em comunidade rural	X	X	X	X	4
50. MED-458 – Drogas: consultório de rua e espaço de convivência		X	X	X	3
51. MED-458 – Educação para a saúde	X				1
52. MED-459 – Educação em saúde na região de Subaúma		X	X	X	3
53. MED-463 – Redução de danos em usuários de drogas injetáveis	X	X	X	X	4
54. MEV-454 – Anatomia: uma visão comparada voltada às escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Salvador/Ba		X	X	X	3
55. MEV-458 – Museu de Anatomia Comparada (MAC)		X	X	X	3
56. MUS-454 – Formação de grupos de música instrumental na comunidade	X	X	X	X	4
57. MUS-455 – Igrejas da Bahia: projeto de estruturação do arquivo musical	X	X			2
58. NUT-454 – Vigilância alimentar e nutricional	X	X	X		3
59. NUT-455 – Atenção alimentar e nutricional em comunidade	X	X	X		3
60. TEA-454 – GRIÔ-KAIODÊ – construindo histórias com alegria	X	X	X	X	4
TOTAL	26	46	51	46	169

FONTE: Material impresso de divulgação interna da UFBA em formato de folder e livreto.

TABELA 3
OFERTA POR SEMESTRE DA ACC
(2001.1 – 2002.2)

SEMESTRE	QUANTIDADE
1	7
2	14
3	22
4	17
TOTAL	60

FONTE: Tabela 2.

Os dados da tabela 3 evidenciam que mais da metade das ACC's oferecidas no período experimental foram ofertadas em três ou quatro semestres. Isso pode revelar que as comunidades e a Universidade encontraram meios harmoniosos de desenvolver um trabalho em benefício de todos. Constatamos ainda na tabela 3 que sete ACC's foram oferecidas apenas em um semestre. As possíveis causas para tal fato são: pouca divulgação da atividade; falta de carga horária do docente em prosseguir com a atividade; não aceitação por parte da comunidade escolhida; poucos interessados por parte do corpo discente.

5.3.ACC COMO PROGRAMA PERMANENTE (2003.1 – atual)

As reflexões continuaram durante todo o processo da vivência do programa, transformando o mesmo num programa permanente da UFBA, de integração entre ensino/pesquisa e sociedade a partir do primeiro semestre de 2003, aprovada pela Câmara de Extensão em 12 de março de 2003 e pela Câmara de Ensino de Graduação em 25 de março de 2003.

Vale ressaltar que a partir da ACC, iniciou na UFBA um processo mais contundente de ressignificação da concepção de extensão universitária com a participação dos estudantes, dos professores e das comunidades.

Em virtude do recesso que ocorreu com o programa, sem oferecimento das atividades no período de 2004.2 e 2005.1, devido a falta de recursos financeiros, além do calendário de aulas de 2004 – paralisado por um longo período em virtude dos movimentos grevistas, explanamos acerca da ACC como programa permanente em duas fases. A primeira fase corresponde ao período de 2003.1 a 2004.1, antes do recesso e a segunda fase depois, que reiniciou os oferecimentos de ACC's a partir de 2005.2.

5.3.1. 1º FASE (2003.1 – 2004.1)

Da mudança de caráter experimental para programa permanente de extensão da UFBA a ACC manteve basicamente as mesmas características. As únicas alterações que ocorreram foram na composição do NGA e a distribuição de vagas por curso.

A partir de 2003.2 a constituição do NGA foi alterada para: Coordenador de Extensão, Coordenador do Programa, dois representantes de monitores, dois representantes de professores e dois representantes das comunidades parceiras. As indicações dos representantes de professores, monitores e comunidades são realizadas em reuniões plenárias.

Nessa nova composição sai a figura do Pró-Reitor de Extensão, entram os representantes das comunidades e é reduzido o número de representações de três para dois. Pensamos que com essa composição há maior possibilidade de gerir o programa confluindo os interesses e necessidades de todos os membros envolvidos.

Já a distribuição de vagas por curso que antes já vinha determinada pelo órgão gestor da ACC, de acordo com a temática da ACC, poderá ser alterada pelo professor orientador. A decisão foi deliberada numa reunião que ocorreu em 22 de outubro de 2003 com os Coordenadores dos Colegiados dos Cursos de Graduação da UFBA e pelos Pró-Reitores de Graduação e Extensão.

Vale ressaltar que cada turma de ACC deve ser constituída de, pelo menos, estudantes de três cursos diferentes. Tal medida garante a característica da ACC de trabalhar com conteúdos que abrangem as diversas áreas do conhecimento de forma multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

Vejamos na tabela 4 abaixo o total da oferta de ACC's por semestre no período de 2003.1 a 2004.1.

TABELA 4
TOTAL DA OFERTA DE ACC'S POR SEMESTRE
(2003.1 – 2004.1)

SEMESTRE	2003.1	2003.2	2004.1	TOTAL
OFERTA	46	38	33	117

FONTE: Material impresso de divulgação interna da UFBA em formato de livreto.

Do último semestre como atividade experimental (2002.2) para o primeiro semestre como atividade permanente (2003.1), o número de ACC's permaneceu. Porém nos dois semestres consecutivos houve uma redução de 13 ofertas. De

2003.1 para 2003.2 foi de 8 e de 2003.2 para 2004.1 foi de 5. Tal diminuição ocorreu por falta de recursos financeiros.

Podemos observar também que se comparamos a oferta entre o período experimental e a primeira fase como atividade permanente, embora a quantidade de semestres serem diferentes entre os períodos, quatro no primeiro e três no segundo, foi no período experimental que a ACC teve o seu maior pico de oferta de ACC no semestre 2002.1 com 51 ACC's. A moda que se apresenta nesses períodos foi 46, aparecendo em três semestres num total de sete semestres.

Na tabela 5 abaixo podemos verificar a oferta de ACC'S por semestre nessa primeira fase como programa permanente.

TABELA 5
OFERTA DE ACC POR SEMESTRE
(2003.1 – 2004.1)

DENOMINAÇÃO	2003.1	2003.2	2004.1	TOTAL
1. ADM-454 – Gestão social, terceiro setor e economia solidária: revisando conceitos e construindo uma prática	X			1
2. ADM-456 – Administração de projetos solidários em apoio ao desenvolvimento local – uma atividade de extensão, ensino e pesquisa na comunidade em Salvador	X	X	X	3
3. ARQ-456 – Eventos de rua: o lugar da festa e a relação com a cidade	X			1
4. ARQ-457 – Práticas de projetos em ações comunitárias – aprender a fazer fazendo	X	X	X	3
5. ARQ-458 – Oficina de leitura ambiental para projetos de ACC	X			1
6. BIO-454 – Dinâmica da conscientização de problemática do lixo: beneficiamento de solos agrícolas	X	X		2
7. BIO-456 – Genética e diversidade humana	X	X	X	3
8. BIO-457 – Gestão de recursos ambientais de Cairu – Baixo Sul/Ba	X	X	X	3
9. COM-454 – Comunicação organizacional para micro empresas	X	X	X	3
10. COM-455 – TV: Informação e comunidade	X	X	X	3
11. DAN-455 – Com arte e com afeto: cidadania e consciência negra	X			1
12. DIR-456 – Direito ambiental e fauna	X			1
13. EBA-455 – Arte Indígena na BAHIA (AIB)	X	X	X	3
14. ECO-454 – Empreendedorismo em comunidade	X	X	X	3
15. EDC-454 – Analfabetismo e desenvolvimento humano	X	X	X	3
16. EDC-455 – Projeto Paraguassu: convivência Universidade/comunidade	X	X	X	3
17. EDC-456 – Atividade curricular interdisciplinar em áreas de reforma agrária	X	X	X	3
18. EDC-462 – Teatro – Educação	X	X	X	3
19. EDC-463 – Memória cultural e iconográfica Kiriri	X	X	X	3
20. EDC-464 – A pesquisa e o ensino de roda de capoeira	X	X	X	3
21. EDC-465 – Cultura corporal e meio ambiente	X	X	X	3
22. ENF-457 – Cidadania e educação em saúde	X			1
23. ENG-454 – Mão na massa: apoio técnico para construções populares	X	X	X	3
24. ENG-457 – Uso e manejo da água na zona rural	X	X	X	3
25. FAR-454 – Busca racional de novos fármacos de origem vegetal	X	X	X	3

26. FAR-456 – Educação e saúde: meio ambiente versus microbiologia aplicada	X	X	X	3
27. FAR-457 – Educação e Saúde: prevenção de anemias	X	X	X	3
28. FAR-458 – Educação e Saúde: prevenção e diagnóstico de doenças parasitárias	X	X	X	3
29. FCH-457 – Siribão Capinha: entre o manguezal e a montanha	X	X	X	3
30. FCH-461 – Sociedade civil e políticas públicas	X	X		2
31. FCH-463 – Educação Ambiental, Cidadania e Cultura da Paz	X			1
32. GEO-455 – Estudo ambiental da bacia do Subaé / A água e a comunidade	X	X	X	3
33. GEO-458 – O bairro em imagens	X	X	X	3
34. ICS-456 – Fonoaudiologia em campo	X	X	X	3
35. ICS-458 – Endemia e meio-ambiente no litoral norte - Ba	X	X	X	3
36. LET-455 – Oficina de criação literária	X	X		2
37. MAT-456 – Integrando a TV – Escola com a Internet através de projetos escolares	X	X	X	3
38. MED-456 – Saúde em comunidade rural	X			1
39. MED-458 – Drogas: consultório de rua e espaço de convivência	X	X		2
40. MED-459 – Educação em saúde na região de Subaúma	X	X	X	3
41. MED-463 – Redução de danos em usuários de drogas ejetáveis	X	X	X	3
42. MEV-454 – Anatomia: uma visão comparada voltada às escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Salvador/Ba	X	X	X	3
43. MEV-458 – Museu de Anatomia Comparada (MAC)	X	X	X	3
44. MUS-454 – Formação de grupos de música instrumental na comunidade	X	X		2
45. NUT-454 – Vigilância alimentar e nutricional	X	X	X	3
46. TEA-454 – GRIÔ-KAIODÊ – construindo histórias com alegria	X	X	X	3
TOTAL	46	38	33	117

FONTE: Material impresso de divulgação interna da UFBA em formato de livreto.

Embora no período de três semestres ter sido oferecido um total de 117 ACC's, foram apenas ofertadas 46 ACC's, pois, como no período experimental, a maioria foi oferecida em mais de um semestre como podemos observar na tabela 5 acima.

Na tabela 6 abaixo podemos verificar a quantidade de ACC's e sua frequência no período de três semestres, como também observada no período experimental (2001.1 – 2002.2):

TABELA 6
OFERTA POR SEMESTRE DA ACC
(2003.1 – 2004.2)

SEMESTRE	QUANTIDADE
1	8
2	5
3	33
TOTAL	46

FONTE: Tabela 5.

Podemos constatar nos dados da tabela 6 que a maioria das ACC's oferecidas na 1º fase do programa como atividade permanente foram ofertadas nos três semestres de vigência do programa, de forma ininterrupta, o que beneficia os trabalhos desenvolvidos nas comunidades, possuindo um caráter de continuidade, logo os resultados obtidos são mais favoráveis que as demais ACC's que desenvolveram trabalhos apenas em um ou dois semestres.

5.3.2. 2º FASE (2005.2 – atual)

A interrupção da ACC durante dois semestres (2004.2 e 2005.1), por motivos já explanados, possibilitou a sua gestão reformular o programa e realizar algumas alterações importantes para dar continuidade a essa experiência extensionista. As mudanças foram na obtenção de novos financiadores, agregação das ACC's em subprogramas, forma de matrícula e número de estudantes por ACC. Além da FAPESB, que continua apoiando o programa, agora a ACC conta também com a Prefeitura de Nazaré. Houve também apoio da Fundação Gregório de Matos (Prefeitura Municipal de Salvador). A parceria com a Fundação Gregório de Matos pode ter sido auxiliada pelo fato de que atualmente um dos idealizadores do programa esteja na presidência da instituição, sobretudo pelos objetivos em comum da ACC com a fundação.

Outra alteração foi que as ACC's estão organizadas em subprogramas intitulados como: Subprograma As 4 Estações da Cultura; Subprograma Nazaré; e o Subprograma ACC: experimentação metodológica. Porém, essa organização só ficou evidente no semestre 2005.2 com a alocação de ACC's para cada um dos quatro subprogramas.

No que tange a forma de matrícula, era realizado igualmente ao processo de inscrição de disciplinas via os Colegiados dos Cursos de Graduação. A mudança foi que atualmente o estudante para se matricular necessita preencher um formulário específico informando o nome da ACC que quer participar, juntamente com seu código identificador, observando: o nome do professor e o seu departamento e se a ementa é de seu interesse; o local e o horário dos encontros semanais e qual a programação das atividades de campo para não convergir com outras atividades acadêmicas que o estudante já desenvolve ou deseja participar; e

a oferta de vagas para seu curso. Após o preenchimento do formulário o estudante deve comparecer ao encontro com o professor no local, dia e horário estabelecido e aguardar a decisão do professor quanto à composição da turma (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2005).

Sobre o número de estudantes que podem participar de uma ACC, antes era estipulado dez. A partir dessa 2ª fase como programa permanente, continua que para cada módulo da ACC é destinado para dez estudantes, mas é permitido o funcionamento de turmas com no mínimo sete e no máximo 14 estudantes, além de um monitor estudante e do professor orientador. Anteriormente não era clara essa possibilidade, por isso atribuímos essa mudança a partir do período referido.

Vejamos na tabela 7 abaixo o total da oferta de ACC's por semestre no período de 2005.2 a 2006.1:

TABELA 7
TOTAL DA OFERTA DE ACC'S POR SEMESTRE
(2005.2 – 2006.2)

SEMESTRE	2005.2	2006.1	2006.2	TOTAL
OFERTA	34	26	21	81

FONTE: Material impresso de divulgação interna da UFBA.

Consideramos cedo para realizar análises mais apuradas dessa 2ª fase do programa como atividade permanente por ter apenas três semestres de realização, mas podemos fazer algumas inferências. Do último semestre da 1ª fase para o primeiro semestre da 2ª fase o programa aumentou apenas uma oferta de vaga. Se um dos motivos da interrupção do programa por dois semestres consecutivos foi justamente a carência de recursos financeiros e agora com três financiadores, o aumento de vagas foi insignificante. Outro dado é o número de vagas no semestre 2006.1 de apenas 26 e o de 21 para 2006.2. A oferta está diminuindo a cada semestre.

Se não houve um aumento considerável de ofertas de vagas de ACC após a participação de novos financiadores há algumas suposições que ajudam a explicar tal problemática. Uma delas é a participação tímida de cada um das

instituições parceiras. Outra é que cada ACC está despendendo mais recursos do que os períodos anteriores. Ou ainda o fato de que o apoio financeiro é inferior ao material.

Na tabela 8 abaixo podemos verificar a oferta de ACC'S por semestre nessa segunda fase como programa permanente.

TABELA 8
OFERTA DE ACC POR SEMESTRE
(2005.2 – 2006.2)

DENOMINAÇÃO	2005.2	2006.1	2006.2	TOTAL
1. ARQ-457 – Práticas de projetos em ações comunitárias – aprender a fazer fazendo	X	X	X	3
2. BIO-456 – Genética e diversidade humana	X	X	X	3
3. BIO-457 – Gestão de recursos ambientais de Cairu – Baixo Sul/Ba	X			1
4. DAN-454 – Eficiência de um programa de dança para prevenção de quedas entre idosos	X	X	X	3
5. DAN-457 – Dança em quatro estações: a poética do cotidiano	X	X		2
6. EBA-455 – Arte Indígena na BAHIA (AIB)	X			1
7. EDC-456 – Atividade curricular interdisciplinar em áreas de reforma agrária	X	X	X	3
8. EDC-462 – Teatro – Educação (No Ensino Fundamental Meio Rural)	X	X	X	3
9. EDC-464 – A pesquisa e o ensino de roda de capoeira	X	X	X	3
10. EDC-465 – Cultura corporal, meio ambiente e movimento	X	X	X	3
11. EDC-467 – Vida comum e Pedagogia dos Não-Lugares	X			1
12. EDC-468 – Teatro e Educação	X	X		2
13. ENF-456 – Cidadania em Saúde	X	X	X	3
14. ENG-457 – Uso e manejo da água na zona rural	X	X	X	3
15. FAR-454 – Busca racional de novos fármacos de origem vegetal	X	X	X	3
16. FAR-456 – Educação e saúde: meio ambiente X microbiologia aplicada	X	X		2
17. FAR-457 – Prevenção de anemias	X	X	X	3
18. FAR-458 – Educação e Saúde: prevenção e diagnóstico de doenças parasitárias	X			1
19. FAR-459 – Educação Popular e Atenção a Saúde	X	X		2
20. FAR-460 – PROSA na escola	X			1
21. FAR-461- Melhoria da Qualidade de Alimentos – Aprimoramento da Qualidade de Alimentos Regionais	X	X	X	3
22. GEO-455 – Estudo ambiental da bacia do Subaé – Diagnóstico sócio-ambiental	X	X	X	3
23. GEO-458 – O bairro em imagens vai à Escola	X	X		2
24. GEO-459 – A produção do espaço urbano em Salvador: fragmentações e exclusões e conflitos	X	X	X	3
25. ICI-456 – Informação e Comunidade	X			1
26. ICS-456 – Lê-Tratamento: possíveis leituras no cenário e das políticas contemporâneas	X	X	X	3
27. ICS-458 – Endemia e meio-ambiente no litoral norte - Ba	X	X	X	3
28. ICS-459 – Vivaqui Vicacolá	X	X	X	3
29. MED-454 – Redução de danos em usuários de drogas injetáveis	X	X	X	3
30. MED-459 – Educação em saúde na região de Subaúma	X	X	X	3
31. MEV-454 – Anatomia: uma visão comparada voltada às escolas de ensino fundamental e médio	X	X	X	3
32. MEV-458 – Museu de Anatomia Comparada (MAC)	X	X	X	3

33. NUT-454 – Vigilância alimentar e nutricional – Ilha de Maré, Salvador-BA	X			1
34. NUT-456 – Vigilância alimentar e nutricional	X			1
TOTAL	34	26	21	81

FONTE: Material impresso de divulgação interna da UFBA.

Como há apenas três semestres de oferecimento de ACC, podemos verificar que 21 ACC's realizaram atividades em três semestres consecutivos, 5 em dois semestres e 8 foram disponibilizadas apenas uma vez.

Está claro que um dos grandes benefícios das novas parcerias foi a volta do programa para os estudantes, professores e comunidades, já que até o momento não foi possível aumentar a oferta de ACC's.

Após esse percurso do programa, organizado em fases, aqui adotado apenas para facilitar a compreensão acerca das particularidades de cada estágio do programa, é relevante agora verificar a presença dessa atividade no âmbito de toda a UFBA. Na tabela 9 abaixo podemos notar a evolução do número de ACC's durante os 10 semestres de oferecimento.

TABELA 9
NÚMERO TOTAL DE ACC POR SEMESTRE
(2001.1 – 2006.2)

<i>SEMESTRE</i>	<i>QUANTIDADE</i>
2001.1	26
2001.2	46
2002.1	51
2002.2	46
2003.1	46
2003.2	38
2004.1	33
2005.2	34
2006.1	26
2006.2	21
TOTAL	367

FONTE: Material impresso de divulgação interna da UFBA.

Já na tabela 10 abaixo, demonstramos a distribuição de ACC anual de acordo com o oferecimento por unidade de ensino. Das 29 unidades de ensino existente na UFBA, 25 ofereceram no mínimo ACC por um semestre. Nove ofereceram nos seis anos de existência do programa.

No que se refere ao maior número de ACC's oferecidos, a Faculdade de Educação está em primeiro lugar com um número de 66 oferecimentos. O segundo

lugar está com a Faculdade de Farmácia com 43 e o terceiro lugar coube a Faculdade de Medicina com 30.

Um das possíveis hipóteses que expressam esse resultado talvez seja a educação e a saúde baiana necessitar de uma atenção mais especial por parte das autoridades competentes, uma vez que o desenvolvimento do trabalho entre a universidade e a comunidade depende em parte da necessidade específica de determinadas comunidades, que apelam por qualquer iniciativa que venha a minimizar seus problemas mais urgentes.

TABELA 10
TOTAL DE OFERTA DE ACC POR UNIDADE DE ENSINO
(2001 – 2006)

UNIDADES DE ENSINO	ANOS						TOTAL
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
ADM	0	4	3	1	0	0	8
AGR	2	1	0	0	0	0	3
ARQ	3	3	4	1	1	2	14
BIO	3	6	6	2	2	2	21
COM	1	4	4	2	0	0	11
DAN	2	2	1	0	2	3	10
DIR	1	2	1	0	0	0	4
EBA	1	2	2	1	1	0	7
ECO	0	0	2	1	0	0	3
EDC	12	18	14	7	6	9	66
ENF	2	2	1	0	1	2	8
ENG	1	4	4	2	1	2	14
FAR	8	8	8	4	7	8	43
FCH	9	13	5	1	0	0	28
FOF	1	0	0	0	0	0	1
GEO	2	2	4	2	3	5	18
ICI	0	0	0	0	1	0	1
ISC	4	4	4	2	3	6	23
LET	1	2	2	0	0	0	5
MAT	0	2	2	1	0	0	5
MED	7	8	7	2	2	4	30
MEV	2	4	4	2	2	4	18
MUS	4	2	2	0	0	0	8
NUT	4	2	2	1	2	0	11
TEA	2	2	2	1	0	0	7
TOTAL	72	97	84	33	34	47	367

FONTE: Material impresso de divulgação interna da UFBA em formato de livreto.

Em suma, o objetivo desse capítulo foi sistematizar o percurso do Programa UFBA em Campo – ACC no âmbito da Universidade Federal da Bahia, já que o enfoque dessa pesquisa é verificar qual a contribuição dessa atividade para a formação acadêmica, profissional e pessoal para os estudantes de graduação dessa instituição.

6. METODOLOGIA

As estratégias da pesquisa utilizadas para desenvolver esse estudo foram a metodologia do Survey e a pesquisa documental.

Como o problema central dessa investigação é qual a contribuição do Programa UFBA em Campo – ACC para a formação do estudante de graduação da UFBA, o primeiro passo que adotamos na elaboração da pesquisa foi o levantamento documental²⁰ sobre os antecedentes e o processo de criação da ACC, bem como todo o percurso da ACC desde o programa anterior a esse (Programa UFBA em Campo), perpassando pelo caráter experimental da atividade (2001.1 – 2002.2) até como programa permanente na atual conjuntura da universidade.

Tal levantamento resultou num capítulo acerca do percurso da ACC na Universidade desde a sua origem até ao atual estágio de desenvolvimento, intitulado “O Percurso do Programa UFBA em Campo – ACC (Atividade Curricular em Comunidade)”. Vale ressaltar que a entrevista realizada com o Professor Paulo Lima (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 1997 – 2002), auxiliou também para organizar um pouco da história da ACC na UFBA, pelo fato de que durante a sua atuação como Pró-reitor de Extensão, a ACC ter sido criada. Esse levantamento também ajudou em outra questão de pesquisa que é compreender como é a participação dos estudantes nas ações de extensão, no caso desse trabalho, da ACC, mas essa descrição está presente no capítulo referente aos resultados da pesquisa.

Continuamos com a pesquisa documental juntamente com a pesquisa bibliográfica com o intuito de responder outra questão da pesquisa que é entender qual a concepção de extensão e de intervenção social da UFBA. Uma entrevista com o Professor Álamo Pimentel (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 2005 - 2006), realizada no final da pesquisa, também auxiliou na elucidação da questão. Assim,

²⁰ Na verdade a pesquisa documental foi iniciada em 2003, antes do ingresso no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, na elaboração do anteprojeto, requisito exigido em uma das etapas do processo seletivo.

elaboramos um capítulo denominado “A extensão universitária na Universidade Federal da Bahia”.

Depois dessas primeiras análises documentais e revisão de literatura partimos para a realização de entrevistas com pró-reitores, ex-pró-reitores, ex-coordenadora do programa e aplicação de questionários com os estudantes egressos.

Nas entrevistas colhemos impressões acerca da temática da Professora Bela Serpa (Coordenadora do Programa ACC²¹/1999 – 2005), do Professor Álamo Pimentel (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 2005 - 2006), do Professor Maerbal Bittencourt Marinho (Pró-reitor de Graduação da UFBA/ 2002 – atual) e do Professor Paulo Lima (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 1997 – 2002)²². Houve a intenção de entrevistar também o Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, com o intuito de verificar questões de articulação das três pró-reitorias da UFBA mais ligadas com o currículo do curso de graduação (Pró-Reitoria de Ensino e Graduação, Pró-reitoria de Extensão Universitária e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação), mas não conseguimos realiza-la devido a agenda lotada do atual pró-reitor de pesquisa e pós-graduação. As entrevistas foram realizadas entre os meses de julho e novembro de 2006, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados.

A tabela a seguir, já exposta no quinto capítulo, ajuda a compreender o processo de definição da amostra, no que tange aos egressos da ACC.

NÚMERO TOTAL DE ACC POR SEMESTRE (2001.1 – 2006.2)

<i>SEMESTRE</i>	<i>QUANTIDADE</i>
2001.1	26
2001.2	46
2002.1	51
2002.2	46
2003.1	46
2003.2	38
2004.1	33
2005.2	34
2006.1	26

²¹ Optamos por realizar a entrevista com a ex-coordenadora do Programa UFBA em Campo – ACC devido ao fato de no período da realização da pesquisa, a atual coordenadora possuía poucos dias na função, o que inviabilizaria a coleta de declarações de forma mais completa acerca da ACC. É relevante informar que a professora foi Coordenadora Executiva do Programa UFBA em Campo II em 1999 e permaneceu na coordenação do Programa UFBA em Campo – ACC até o segundo semestre de 2005.

²² A realização de entrevista com um ex-pró-reitor de extensão se deu por o mesmo ser o pró-reitor quando foi criado no âmbito da UFBA o Programa UFBA em Campo, e conseqüentemente o Programa UFBA em Campo – ACC, além de ele ser também considerado um dos idealizadores do programa.

2006.2	21
TOTAL	367

FONTE: Material impresso de divulgação interna da UFBA.

Inicialmente sorteamos 20%²³ da população total de estudantes que participaram de ACC, o que deu um total de 70 ACC's, pois o número de ACC até o ano de 2006 oferecido foi de 367, conforme tabela acima.

A entrega ou o envio dos questionários para os egressos da ACC ocorreu durante os meses de agosto e dezembro de 2006. O primeiro passo foi visitar novamente²⁴ a Pró-reitoria de Extensão para coletar informações dos estudantes que participaram de ACC desde 2001, a partir da amostra. Na primeira visita a PROEXT para coleta das informações dos egressos da ACC, colhemos informações de 41 participantes. Enviamos e-mail para os estudantes, telefonamos e o retorno num período de dois meses (agosto e setembro) foi apenas de 2 questionários.

Diante da problemática, e já sabendo da dificuldade de localizar egressos, resolvemos não mais colher as informações na PROEXT, mesmo porque a organização documental lá existente não contribuiu para a localização das informações dos estudantes que participaram de ACC, e outras vezes que fomos lá para continuar a coleta, duas ou três vezes, não havia nenhum funcionário no local para disponibilizar o material para pesquisa. Assim, resolvemos optar por outras estratégias e também rever a amostra, já que o número inicial de 70 ACC's quando multiplicado por 11 (1 monitor e 10 estudantes) resultaria num número difícil de atingir, mais de 700 egressos, e também por o foco da pesquisa ser o egresso de ACC.

Desta forma reduzimos a amostra para 70 estudantes, 10% dos 700 egressos sorteados inicialmente. Além disso, mudamos a estratégia de coleta deixando questionários em Diretórios Acadêmicos (Matemática, Biologia, Medicina Veterinária, Pedagogia, Administração, Educação Física, Ciências Naturais, Medicina e ICS²⁵) e unidades de ensino. Só nesse processo distribuímos 145 questionários, além dos 41 a partir dos dados coletados na PROEXT.

²³ A amostra foi definida considerando-se o número de ACC's e alunos nela matriculados. Dada a diversidade de ACC's considerou-se que uma amostra mais ampla permitiria colher um número mais variado de atividades.

²⁴ Visitamos várias vezes a Pró-reitoria de Extensão da UFBA durante o levantamento dos dados e documentos.

²⁵ No ICI foi deixado 20 (vinte) questionários, pois houve um curso na época envolvendo estudantes dos cursos de Ciências da Informação, Arqueologia e Museologia.

Paralelo a esse processo, solicitamos a colaboração de alguns professores via correio eletrônico para nos fornecer os contatos dos egressos de ACC. Os contatos fornecidos totalizaram aproximadamente 32 egressos. Também fomos entregando os questionários a quem conhecíamos.

Na antepenúltima semana de novembro só havia 27 questionários preenchidos. Diante do prazo da entrega da dissertação, resolvemos criar outras estratégias para localizar os egressos. Assim, no dia 19 de novembro entramos no orkut e enviamos mensagens para as comunidades existentes de estudantes da UFBA, 21 comunidades. Desse dia até o fim de novembro, 14 egressos responderam o questionário.

Outra estratégia utilizada foi distribuir questionários com os participantes de ACC durante o encontro realizado nos dias 23 (palestra de abertura do evento no turno noturno) e 24 de novembro (turno vespertino e noturno), “Oficina repensar a ACC”, pela PROEXT. Conseguimos mais 16 questionários. Assim, tínhamos apenas 58 questionários.

Em seguida recebemos 1 questionário via e-mail, provavelmente fruto da colaboração de algum professor com o fornecimento dos contatos dos ex-participantes de ACC. Como ainda não tínhamos o total mínimo esperado, resolvemos distribuir os questionários com os participantes de uma ACC que estava concluindo suas atividades, embora o critério utilizado desde o início da pesquisa foi o de aplicar o questionário apenas com os estudantes que participaram de ACC's oferecidas de 2001.1 até 2006.1. Desta forma, obtivemos mais 11 questionários. No mesmo período, uma professora que participa de ACC desde 2001 nos entregou 10 questionários, referentes aos estudantes que participam hoje de ACC ou do grupo de pesquisa de responsabilidade da mesma professora.

Enquanto estávamos organizando as informações obtidas dos questionários dos egressos da ACC, recebemos mais 2 via correio eletrônico e 8 via o D.A. do Curso de Ciências Naturais.

Depois de 5 meses de aplicação dos questionários, conseguimos superar a expectativa mínima dos 70 questionários com um total de 90 questionários dos mais de 218 questionários distribuídos pessoalmente ou por e-mail. Isso significa que o percentual de retorno foi mais de 41%.

Durante todo o processo do desenvolvimento da pesquisa a revisão de literatura esteve presente e em uma das orientações a necessidade de refletir a

ACC no currículo de graduação da UFBA se tornou inevitável, e assim elaboramos outro capítulo chamado “O Papel da Extensão Universitária na Universidade Federal da Bahia”. E durante a elaboração dessa discussão ficou evidente a urgência de um enfoque na relação entre a ACC e a flexibilização curricular. Desta forma, nasce mais um capítulo, que tenta analisar qual o papel da ACC na flexibilidade do currículo, demanda atual dos currículos de graduação (O Papel da ACC na UFBA e nas IES).

As demais questões de pesquisa do trabalho foram discutidas no capítulo dos resultados da pesquisa, embora que em outros capítulos há contribuições das entrevistas realizadas durante a pesquisa.

No que tange ao tratamento dos dados, utilizamos as técnicas estatísticas de elaboração de tabelas para melhor analisar os dados quantitativos.

7. A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NO PROGRAMA UFBA EM CAMPO – ACC E A CONTRIBUIÇÃO NA SUA FORMAÇÃO

Antes de abordar como se dá a participação dos estudantes na ACC e a contribuição na sua formação, é necessário apresentar alguns resultados no que tange as questões da pesquisa referente a características da atividade ACC que influem diretamente na contribuição na formação do estudante de graduação. As perguntas são: **1)** As atividades de extensão (ACC) desenvolvidas estão integradas com as de ensino e pesquisa? São coerentes com a missão da IES (UFBA)? Quais são as formas de integração? **2)** Há preocupação da IES (UFBA) em desenvolver atividades de extensão (ACC) que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, da saúde e outros? Como se manifesta? **3)** Quais as políticas existentes na instituição para o desenvolvimento das atividades de extensão (ACC)? Existem incentivos institucionais ou de outras fontes? Quais são eles? **4)** Há sistemáticas de avaliação das atividades de extensão (ACC) desenvolvidas pela IES (UFBA)?

7.1. INTEGRAÇÃO DA ACC COM AS ATIVIDADES DE ENSINO E DE PESQUISA

Um dos objetivos da ACC é fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade. A articulação da ACC com o ensino e a pesquisa ocorre inicialmente pelo simples fato dela não se caracterizar exclusivamente como uma atividade extensionista. A ACC é em linhas gerais um componente curricular que possui o ensino, a pesquisa e a extensão como elementos básicos de seu trabalho.

Na verdade, consideramos até complicado afirmar que a ACC se integra ao ensino e a pesquisa, pois essa declaração pressupõe que a essência da ACC é algo completamente diferente do ensino e da pesquisa. O fato é que não há

articulação, pois a integração das funções essenciais da Universidade é o próprio formato da ACC.

Para que esse entendimento se torne mais claro, é importante expor que o estudante da ACC vivencia o tempo todo o ensino, a pesquisa e a extensão de forma indissociável, ou seja, é até difícil saber quando ele está em uma dessas funções, mas tentaremos expor simples exemplos que possibilitem constatar essas experiências.

O ensino está presente em toda e qualquer atividade curricular da Universidade. Na ACC isso não é diferente e há um elemento diferenciador que é além da relação entre estudantes e professores, a relação com a comunidade, o que amplia, enriquece as discussões, o diálogo, a troca de saberes, a troca de experiências. A convivência na ACC difere consideravelmente das experiências das disciplinas, pois as relações de quem é estudante e quem é professor ficam bem delineadas. Em algumas disciplinas há forte presença da hierarquização.

A pesquisa também é fácil de ser percebida, pois a relação com o ensino é indispensável. Na ACC ela subsidia o encaminhamento e soluções de problemas, com os meios de conhecer as realidades das comunidades, realização de diagnósticos, levantamento de dados, pesquisas de campo, elaboração de projetos, etc., tudo isso de forma coletiva.

No que se refere a extensão, essa se traduz em um maior contato da Universidade com a comunidade, já que na maioria das vezes as outras funções não conseguem ainda cumprir de forma satisfatória o compromisso social da instituição universitária. Esse compromisso social se dá via produção de conhecimento em prol da melhoria das condições de vida da população.

Quanto a articulação entre a ACC com o ensino e a pesquisa, os entrevistados afirmaram que há articulação e exemplificaram como isso acontece, como podemos ver a seguir:

A ACC é um Programa em que estudantes, professores e grupos comunitários trabalham de forma multi, inter e transdisciplinar, articulando ensino, pesquisa e extensão, construindo, de forma coesa, a indissociabilidade dessas três funções. Como ensino/pesquisa, a ACC (componente curricular optativo) visa à construção da cidadania do aluno, utilizando a troca de saberes com as comunidades e daí a produção coletiva de conhecimento considerando que o conhecimento pode ser um instrumento de transformação tanto para a formação da cidadania do alunado

quanto para a conscientização da comunidade parceira... Ainda, falando como coordenadora do programa, acho que a Atividade Curricular em Comunidade – ACC/UFBA EM CAMPO, deve ser vista como uma corrente cujos elos: experiências educacionais, culturais e científicas, trabalhados por professores e estudantes da UFBA e comunidades-parceiras, colocam o ensino e a pesquisa na UFBA voltados para o desenvolvimento da sociedade em que está imersa o que leva à indissociabilidade entre as três funções da UFBA. Cabe ressaltar que cada turma de ACC (módulo de 10 alunos) é constituída de, pelo menos, três cursos diferentes (PROFESSORA BELA SERPA /COORDENADORA DO PROGRAMA ACC/1999 - 2005).

Consideramos que em tal depoimento fica claro que um dos papéis da ACC é contribuir para a indissociabilidade das funções essenciais da Universidade. Ressaltamos ainda que o foco dessa indissociabilidade está voltado para o compromisso social da instituição universitária, o que acreditamos ser inovador na experiência ACC no âmbito da UFBA. Outros elementos que consideramos necessário discutir é como a ACC se operacionaliza para o estudante: construção da cidadania; trocas de saberes com a comunidade; e produção coletiva de conhecimento. Essas experiências contribuem de forma bastante significativa para a autonomia do graduando.

Sobre a mesma questão, Professor Álamo Pimentel (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 2005 - 2006) abordou que a articulação ocorre devido ao formato acadêmico da atividade, pois é interdisciplinar, com ensino e pesquisa. Contudo, devido a sua vivência próxima da atividade, e também participando como professor de ACC, ele acredita que em geral há maior predominância de ensino do que pesquisa nas ACC's. Talvez isso ocorra devido ao não total entendimento do que é uma ACC por grande parte dos seus participantes, pois ainda concebe a atividade nos moldes disciplinares, o que consideramos um grande equívoco, pois a ACC nada tem de disciplinar, apenas as questões formais de matrícula e de aproveitamento nos currículos.

Já para o Professor Maerbal Bittencourt Marinho (Pró-reitor de Graduação da UFBA/ 2002 – atual),

Está integrada, não tanto como nós gostaríamos, porque a ACC além do fato da interação com a comunidade pode ter uma função importante que é a flexibilização curricular, de amplitude de horizontes para os estudantes. Então isso incluiria um envolvimento mais profundo, mais amplo com o ensino. O que eu entendo é que

em parte está, mas não é o melhor possível. Isso porque certamente são os mesmos professores que ensinam à disciplina, que faz ACC e que faz pesquisa, e isso permeia, mas seria interessante que houvesse um número maior de oportunidade de ACC, um maior número de estudantes envolvidos para que fosse mais presente mesmo na formação das pessoas.

Essa opinião nos fornece elementos mais claros da relação da ACC com o currículo, da sua importância para a flexibilização curricular. Assim, mesmo não sendo o enfoque da questão, há a constatação da necessidade de melhoria e ampliação da atividade para que mais estudantes possam trilhar seu próprio caminho de formação, com o aproveitamento das mais diversas experiências de aprendizagem que o graduando possui, seja ela fora ou dentro da Universidade.

Quanto a opinião do Professor Paulo Lima (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 1997 – 2002) quanto a essa questão da articulação, não há uma resposta focada na discussão, pois o enfoque da entrevista com ele foi o da criação da ACC, mas no decorrer da conversa podemos destacar alguns elementos que nos permite afirmar que há articulação, pois ensino, pesquisa e extensão é uma coisa só, é produção de conhecimento.

Em síntese, podemos afirmar que há articulação entre a ACC com o ensino e a pesquisa, pois a presença das funções essenciais universitárias é característica básica da ACC, porém podemos considerar que a ACC auxiliou uma maior articulação entre PROEXT e PROGRAD no âmbito da UFBA, devido ao programa ter surgido das experiências extensionistas da PROEXT e do papel que a ACC assume hoje nos currículos de graduação da Universidade. Dessa forma, ambas as pró-reitorias trabalham juntas nas questões relacionadas à ACC.

7.2. A ACC E O ATENDIMENTO À COMUNIDADE REGIONAL

Os conteúdos ou os temas que a ACC trabalha estão de acordo com as orientações acerca das áreas temáticas da extensão universitária do Plano Nacional de Extensão. Assim, as áreas temáticas são:

1. Comunicação;
2. Cultura;
3. Direitos Humanos;
4. Educação;

5. Meio ambiente;
6. Saúde;
7. Tecnologia;
8. Trabalho.

Além de a ACC ter essa orientação para trabalhar com temas que atendam a comunidade regional, segundo o Professor Álamo Pimentel (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 2005 - 2006), a UFBA, enquanto instituição também possui essa preocupação e para isso a Universidade possui programas institucionais como: Conexões de Saberes; Muda; Programa de Combate a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes em parceria com o MEC (abrangência nacional); ISP; núcleo institucional de extensão do semi-árido; e o UNITRABALHO.

7.3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA ACC

Ainda fruto das entrevistas realizadas, segundo o Professor Álamo Pimentel (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 2005 - 2006), a própria ACC é um programa definidor de uma política na UFBA – a flexibilização curricular como princípio institucional. Há também a política de parceria com financiamento logístico e financeiro, e a política de avaliação que já foi discutida, mas ainda não implementada. Dentre as discussões acerca da política de avaliação estão a mudança do oferecimento anual em vez de semestral, criação de uma comissão de avaliação e ampla divulgação do oferecimento de ACC's via edital.

Acreditamos que a realização da oficina “Repensar a ACC”, realizada em novembro de 2006, é uma das ações da política de avaliação pensada pela PROEXT. Consideramos pertinente a iniciativa, porém a prática avaliativa necessita de uma maior amplitude, sistematização e periodicidade.

Quanto aos incentivos institucionais, a política de parcerias se dá via o apoio da Prefeitura Municipal do município de Nazaré, FAPESB e a FAPEX. Houve também apoio da Fundação Gregório de Matos.

Segundo o Professor Paulo Lima (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 1997 – 2002), atualmente o presidente da ex-instituição parceira da ACC, a parceria com a Fundação Gregório de Matos funcionou um semestre como experimental, mas deixou muito a desejar. Teve alguns pontos positivos, mas era uma situação bastante diferente, pois era ACC sem comunidade, era ACC nas estações de

transbordo. Houve problemas operacionais, os recursos financeiros demoraram de ser liberados. Além do mais, alguns formatos funcionaram muito bem, já outros nem tanto.

Para a Professora Bela Serpa (Coordenadora do Programa ACC/1999 – 2005), as atividades que foram financiadas pela Fundação Gregório de Matos aconteceram com dificuldades porque a liberação da verba foi feita tardiamente e muitos professores desistiram. Outros desenvolveram suas ACC's com recursos próprios, na expectativa de serem ressarcidos.

O Professor Álamo Pimentel (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 2005 - 2006) afirmou ainda que há possibilidades de ingressar na política de parceria a Caixa Econômica Federal e a FABESB intensificar seu apoio ao programa.

Esperamos que essa possibilidade de fato se concretize, pois uma das maiores dificuldades hoje da ACC, também já apontada pelo Professor Maerbal Bittencourt Marinho (Pró-reitor de Graduação da UFBA/ 2002 – atual), é a existência de poucos recursos para ampliar a oferta de ACC's.

Uma das falas da Professora Bela Serpa (Coordenadora do Programa ACC/1999 – 2005) expressa bem essa problemática:

Quanto ao aspecto de incentivo financeiro, às vezes a Pró-Reitoria, quando dispunha, aplicava algum recurso usando o Fundo de Extensão; no entanto, desde o UFBA EM CAMPO I, a FAPESB (antes CADCT) arcava com o quase total das despesas do Programa. Contudo, com a mudança de direção na FAPESB, os recursos foram minguando e em 2005, chegaram a R\$50.000,00 para um Programa com a amplitude da ACC.

Acreditamos que os resultados dessa pesquisa poderão sensibilizar a Universidade para intensificar o trabalho na busca e/ou aumento das parcerias já existentes, além de servir como justificativa para que instituições apóiem essa experiência de formação estudantil via a flexibilização curricular aliada ao compromisso social da Universidade.

7.4. A ACC E A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Não houve consenso entre os três entrevistados quanto ao ponto. Além da impressão particular quanto à avaliação institucional, há também a experiência

que cada um possuiu no programa, que se deu em períodos diferentes, o que explica em parte as divergências nos relatos. As diferenças de opiniões entre a presença da avaliação institucional na ACC se deram entre o Professor Paulo Lima (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 1997 – 2002) juntamente com a Professora Bela Serpa (Coordenadora do Programa ACC/1999 – 2005) com o Professor Álamo Pimentel (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 2005 - 2006). Ou seja, as opiniões do ex-pró-reitor de extensão e da ex-coordenadora do programa são convergentes e a do Pró-reitor de Extensão é oposta.

Abordaremos primeiro a percepção do Professor Paulo Lima (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 1997 – 2002), por ele ter deixado a PROEXT três semestres após a criação da ACC. Assim, sua impressão corresponde a prática de avaliação ocorrida nesse período inicial da atividade. Quando indagado sobre a existência de algum processo avaliativo da ACC, ele nos respondeu que

Tem vários níveis de avaliação. Foi implantado em 2001 e eu saí em 2002, em julho, na verdade eu peguei três semestres de ACC, sendo que o último com eleição de reitor e tudo, então em um momento que não dá muito para... Em final de gestão não tinha muito sentido fazer coisas mais... Na verdade a gente não teve espaço para fazer uma coisa assim mais, o mais sistemático possível, mas havia avaliação em cada relatório, havia avaliação através dos convescotes acadêmicos, os alunos tinham que apresentar o que fizeram, defender, falar e responder perguntas um dos outros... Então colocavam grupos, uma das metodologias utilizadas foi essa de colocar listas de perguntas. Tudo mundo chegava, fazia uma pergunta e colocava ali. E aí o outro tirava... Eles viam os painéis e faziam perguntas direcionadas para cada painel. Depois na sessão de perguntas eles tiravam pergunta para o painel de tal: “por que vocês não pensaram nisso, nisso, nisso e naquilo?”. E aí a pessoa tinha que responder. Então ficava muito claro quem estava mais preparado, menos preparado, os professores que estavam mais presentes, que estavam menos presente... Isso tinha uma clareza muito grande. Agora, outros instrumentos de avaliação foram os próprios livros, depoimentos e vídeos. Que eu lembre, nesses três primeiros semestres não chegou a ter uma avaliação sistemática, por exemplo, da comunidade.

Consideramos que nesse período a avaliação da aprendizagem e a avaliação do programa estão bastante imbricadas, não havendo muita separação, pois os meios utilizados como o relatório e o Convescote Acadêmico apontam mais para o desempenho do estudante e do professor do que para melhoria do programa. Provavelmente os produtos (livros, depoimentos e vídeos) tenham uma maior

contribuição quando a avaliação do programa, que é a maior preocupação nessa parte da pesquisa.

A segunda concepção que destacamos é a da Professora Bela Serpa (Coordenadora do Programa ACC/1999 – 2005), que permaneceu envolvida com a atividade até o segundo semestre de 2005.

A avaliação do processo de desenvolvimento de uma ACC pressupõe a articulação entre os projetos e entre esses e a PROEXT e isso se dava através de reuniões periódicas com professores, monitores e representantes de comunidades, de visitas aos trabalhos nas comunidades e, também de eventos com todos participantes das ACCs; como exemplo desses eventos temos: Seminários, Exposições, Convescotes, etc. Esse acompanhamento, pela própria natureza do Programa, implicava em uma avaliação diferenciada com características de avaliação processual de cada projeto e do Programa como um todo, visando a apontar acertos e detectar imprecisões e falhas que possam ser corrigidas no percurso; avaliação compartilhada, envolvendo todos os partícipes: professores, estudantes e comunidades parceiras; avaliação heurística com vistas a uma análise das implicações e conseqüências da experiência, seus desdobramentos e encaminhamento de possíveis soluções.

Após a fase experimental da ACC (2001.1 – 2002.2), que corresponde ao período que o Professor Paulo Lima (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 1997 – 2002) vivenciou, algumas mudanças foram realizadas e quanto à avaliação do programa, essa se torna mais clara e consistente, com acompanhamento que visava identificar pontos para serem melhorados via reuniões, visitas as atividades, seminários, exposições, convescotes, etc., como citado no depoimento acima.

Outro ponto que merece destaque é a criação do NGA²⁶, que intensificou o processo avaliativo, como podemos verificar ainda no depoimento Professora Bela Serpa (Coordenadora do Programa ACC/1999 – 2005), conforme segue:

Essa avaliação era feita pela equipe da PROEXT e, em 2003.1, com a criação do Núcleo de Gestão Acadêmica a avaliação esteve por conta do Núcleo de Gestão Acadêmica (NGA) recém criado. Gostaríamos, nessa altura da entrevista, chamar a atenção que nem todas ACC's ocorreram com uma avaliação positiva e, nesses casos, diagnosticadas as falhas, o professor era chamado para uma entrevista e como resultado ou esse professor efetuava as mudanças solicitadas ou, sem pressões da PROEXT e por conta própria, deixava de oferecer a disciplina no semestre seguinte.

²⁶ A composição do NGA está descrita no quinto capítulo desse trabalho.

Entendemos que o papel do NGA é de suma importância no processo avaliativo do programa, mas consideramos que aquelas ACC's que segundo a avaliação do núcleo não estivesse de acordo com o formato desejado, deveria ter recebido uma maior atenção para se reestruturar e não deixar de oferecer a ACC.

Outro ponto que pensamos ser relevante comentar é a presença da palavra disciplina em sinônimo de ACC no depoimento acima. Acreditamos que isso ocorreu apenas devido a burocracia envolvida na ACC de matrícula, de atribuição de notas, de registro no histórico escolar do aluno, como ocorre com as disciplinas, pois pela entrevista concedida é notório que a entrevistada não compreende, como muitos professores, a ACC como uma simples disciplina.

Por último deixamos o depoimento do Professor Álamo Pimentel (Pró-reitor de Extensão da UFBA / 2005 - 2006) que ficou no cargo até o primeiro semestre de 2006. Para ele não há sistemáticas de avaliação da ACC, mas há propostas que já foram discutidas, só faltando ser implementadas.

Como integrante dessa proposta ocorreu, como já mencionado, a oficina "Repensar a ACC". Essa atividade foi planejada pela primeira vez pela PROEXT para se realizar em agosto de 2004, período em que o professor Manoel José era o Pró-reitor de Extensão. Nessa época a atividade foi denominada de seminário, cujo intuito era discutir e informar sobre as novidades do programa, principalmente de avaliar a ACC, mas devido a greve (2004) o mesmo foi adiado. O nome inicial do evento foi intitulado de "I Seminário de Avaliação da ACC/UFBA em Campo", planejado para ocorrer no período de 5 a 7 de agosto de 2004 na Faculdade de Arquitetura da UFBA. A programação e o ementário do evento previam a discussão de temáticas que são abordadas nessa pesquisa, como a ACC e a flexibilização curricular, a metodologia da ACC, a gestão do programa, dentre outros pontos (ANEXOS A, B, C, D e E).

Um novo planejamento foi feito, final de maio de 2005, porém a conjuntura interna da UFBA na época não foi propícia para que o seminário acontecesse. Assim, somente em novembro de 2006, com outra equipe na PROEXT, o seminário foi substituído por oficina e aconteceu com a seguinte programação:

DIA	LOCAL	HORA	ATIVIDADE
23/11/06	Escola de Administração	19h às 20h30min	Painel "A UFBA discute problemas que afetam a população da Bahia e de Salvador"
24/11/06	Escola de Administração	13h às 17h30min	Trabalho de grupo: "A UFBA discute problemas que afetam a população da Bahia e de Salvador"
24/11/06	Escola de Administração	17h30min às 19h	Continuação dos trabalhos em grupos (Análise e propostas para reestruturação da ACC)
24/11/06	Escola de Administração	19h30min às 21h	Plenária final (Apresentação dos grupos)

O painel foi composto por 03 (três) convidados, cada um ficando responsável em abordar os seguintes temas:

1. Desenvolvimento social (desigualdade social e partilha do conhecimento) – Professor Gey Espinheira;
2. Violência – Professor Gey Espinheira;
3. Cultura – professora Ângela Andrade;
4. Ambiente – Professor Asher Kiperstok.

Já o trabalho em grupo foi desenvolvido com os convidados da oficina²⁷, em pequenos grupos, organizados por problemas e eixos temáticos. Os eixos foram: Educação; Desenvolvimento Social; Cultura e Artes; Violência; e Ambiente. Os grupos discutiram e apontaram propostas de intervenção através da ACC, a partir de um dos eixos temáticos e contou com o apoio dos consultores convidados.

A divulgação da oficina ocorreu inicialmente pelos convites direcionados ao público convidados e na página da PROEXT. A divulgação na página da UFBA, no UFBA em pauta, só ocorreu após o encerramento das inscrições, dia 20/11/06, o que consideramos de pouco alcance para a comunidade universitária.

Consideramos que o evento ocorreu de forma satisfatória, com a necessidade do prosseguimento de mais ações que visem a melhoria do programa, pois o tempo foi insuficiente para se realizar uma avaliação de forma consistente da atividade. Os resultados dos grupos, apresentados em plenário, foram ricos e de grande importância para repensar da ACC. Os resultados das contribuições serão

²⁷ Foram convidados a participar da oficina:

- a) Consultores internos e externos à UFBA (professores da UFBA ou de outras universidades e lideranças comunitárias);
- b) Professores, monitores e representantes dos estudantes das atuais ACC's;
- c) Professores da UFBA que têm interesses em discutir os rumos da ACC e participar de novos projetos de ACC;
- d) Representantes dos Diretórios Acadêmicos interessados na discussão do componente curricular ACC.

organizados em um grande relatório pela PROEXT e disponibilizado para todos os interessados.

Percebemos que a programação inicial do evento foi totalmente diferente do que aconteceu, mas ambos os eventos tinham como pano de fundo a avaliação do programa, o que de certa forma, as duas metodologias são válidas. É visível também que o enfoque do seminário seria o currículo e da oficina foi os problemas sociais.

7.5. A PARTICIPAÇÃO DO ESTUDANTE NA ACC

Para o estudante de graduação participar de uma ACC ele deve se matricular igualmente ao processo de uma disciplina. Isso enquanto estudante²⁸, pois além de estudante ele pode ser monitor²⁹ ou colaborador, voluntário. Além dessas experiências o estudante tem a possibilidade de participar da gestão do programa via o NGA na representação estudantil.

Nessa representação, a autonomia do estudante é bastante propiciada, pois ele tem voto igualmente as outras representações, sem falar que além de emitir suas impressões acerca do programa, ele tem o papel de representar todo o grupo de estudantes, encaminhando suas sugestões, reivindicações ou reclamações.

Como se dá a participação do estudante na ACC não será aqui detalhada, pois consideramos que isso já foi realizado no quinto capítulo do trabalho que trata do percurso do Programa UFBA em Campo – ACC no âmbito da UFBA.

7.6. A CONTRIBUIÇÃO DA ACC NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE

Como já explicitado na metodologia, aplicamos questionário (APÊNDICE E) para analisar a contribuição da ACC na formação do estudante. O total de questionários obtidos foi 90.

A amostra da população tem um perfil bastante variado. Quanto ao sexo, 30 são do sexo masculino e 60 do sexo feminino. No que se refere a idade, 15 têm até 20 anos, 67 possuem entre 21 e 30 anos, 4 possuem entre 31 e 40 anos e 3 mas de 41 anos. Uma entrevistada não informou a idade.

²⁸ No quinto capítulo está descrito como é a participação do estudante na ACC.

²⁹ No quinto capítulo está descrito como é a participação do monitor na ACC.

No que diz respeito ao curso de graduação, 25 cursos compõem a amostra, além de dois estudantes de doutorado (um do sexo masculino e outra do sexo feminino). O interessante também é a participação de uma estudante graduada em Educação Física pela UFPR. Os cursos de graduação foram os seguintes:

TABELA 11
CURSO DE GRADUAÇÃO DA AMOSTRA DE EGRESSOS DE ACC

CURSO	QUANTIDADE
Administração	5
Agronomia	1
Ciências Econômicas	2
Ciências Naturais	8
Ciências Sociais	1
Dança	1
Desenho e Plástica	1
Desenho Industrial	1
Direito	1
Educação Física	4
Enfermagem	8
Engenharia Civil	1
Engenharia Sanitária	2
Farmácia	7
Fonoaudiologia	4
Geografia	3
História	1
Letras	1
Medicina Veterinária	5
Museologia	1
Nutrição	4
Oceanografia	1
Pedagogia	15
Psicologia	1
Teatro	8
TOTAL	87

FONTE: Pesquisa de campo.

A presença de estudantes de pós-graduação e uma pessoa já graduada oriunda de outra Universidade evidencia que a ACC é uma atividade, embora pensada pela UFBA para estudantes de graduação da mesma instituição, aberta a qualquer indivíduo interessado no tipo de trabalho que é desenvolvido. Acreditamos que falta maior divulgação sobre essa flexibilidade, pois isso tem ficado apenas sob a responsabilidade do professor que coordena as atividades na ACC. Há que se

pensar também como essa participação pode ser comprovada para fins curriculares ou profissionais.

Traçado um perfil inicial dos estudantes/egressos de ACC que participaram da pesquisa, vamos discutir as respostas dos mesmos dados nos questionários.

Além dos dados já apresentados como sexo, idade e curso de graduação, o questionário coletou mais seis informações: como eles conheceram a ACC; quais ACC's cursaram; quais os motivos que lhes levaram a cursar ACC; quais atividades acadêmicas ou profissionais que eles já desenvolveram ou desenvolvem; quais situações, de uma lista³⁰ elaboradas por nós, eles acreditam que foram favorecidas pela participação na ACC; e alguma crítica ou sugestão acerca do programa.

COMO OS EGRESSOS CONHECERAM A ACC

A pergunta referente a essa informação foi colocada para o respondente com oito opções de respostas e caso as alternativas não fossem suficiente, disponibilizamos a possibilidade dele livremente responder com a informação que desejar em Outros. A tabela a seguir apresentar as respostas obtidas:

TABELA 12
COMO OS EGRESSOS CONHECERAM A ACC

MEIOS	QUANTIDADE
BANSOL ³¹	1
Calourada	1
Calourada + colega de curso/turma + mural da faculdade	1
Calourada + material impresso	1
Colega de curso/turma	26
Colega de curso/turma + indicação de professor	2
Colega de curso/turma + material impresso + mural da faculdade	4
Colega de curso/turma + mural da faculdade	3
Colega de curso/turma + mural da faculdade + movimento estudantil	1
Convescote	1
Coordenador do curso	2
Coordenador do curso + material impresso	1
Coordenador do curso + mural da faculdade	1
Evento de lançamento da ACC	1
Fórum acadêmico de saúde	1

³⁰ Essa lista foi elaborada baseada em alguns objetivos da ACC com o intuito de verificar qual a possível contribuição da ACC para a formação do estudante.

³¹ Associação de Fomento à Economia Solidária.

Indicação de professor	11
Indicação de professor + mural da faculdade	3
Linha de pesquisa	1
Material impresso	5
Material impresso + mural da faculdade	2
Mural da faculdade	16
Parente	2
Pesquisa	1
Professora e CONSEPE	1
NÃO RESPONDEU	1
TOTAL	90

FONTE: Pesquisa de campo.

Podemos observar que a forma mais comum de divulgação da ACC foi através de colega de curso/turma, mural da faculdade e indicação de professor. Mesmo com essas informações, alguns estudantes responderam que a ACC ainda precisa de mais divulgação, como podemos constatar nos depoimentos abaixo, retirados dos questionários:

A ACC é uma atividade bastante enriquecedora na vida acadêmica do estudante e deveria ter mais divulgação e participação da Universidade dentro dela **(Feminino, 23 anos, Licenciatura em Artes Cênicas, TEA-454-GRIO-KAIODE- construindo histórias com alegria, EDC-462-Teatro-Educação e ICS-456-Lê-Tramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas).**

A divulgação deveria ser mais ampla e o financiamento deveria ser compromisso do reitor **(Feminino, 20 anos, Pedagogia, EDC-456-Atividade curricular interdisciplinar em áreas de reforma agrária).**

É necessária maior divulgação por parte da própria UFBA dentro da comunidade acadêmica e mais ainda para a comunidade em geral **(Feminino, 26 anos, Medicina Veterinária, MEV-454-Anatomia: uma visão comparada voltada às escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Salvador/Ba).**

É necessária uma maior divulgação entre os graduandos (abordando características e o perfil dos alunos das ACC), seria muito interessante se existisse uma maior interação entre as ACC, seus monitores e professores (podendo retomar o núcleo gestor da ACC) **(Feminino, 24 anos, Engenharia Sanitária, FAR-458-Educação e Saúde: prevenção e diagnóstico de doenças parasitárias e ENG-454-Mão na massa: apoio técnico para construções populares).**

Por ser a ACC um instrumento de concretização dos conhecimentos abstratos, sugiro uma maior divulgação sobre a ACC e seus objetivos para que ocorra uma maior participação e envolvimento dos alunos. Além da extensão, não somente por parte dos orientadores, mas também por parte dos alunos, da luta em manter a

ACC que sofre com a falta de recursos (**Feminino, 23 anos, Direito, ACC não identificada**).

[...] Quanto à sugestão, acredito que os projetos devem ser mais divulgados. Isso em todas as unidades. Lembro-me que é necessária uma cota mínima de alunos de outras unidades e no primeiro ACC tivemos problemas com isso... Se houvesse maior divulgação nessa atividade haveria maior procura e menor estranhamento... Tenho colegas que desconhecem o que é ACC... Conheço por ser 'rata' de mural... Uma outra motivação que aumentaria o público do ACC e diversificaria mais o perfil dos integrantes é a questão do auxílio. Acredito que deveria haver um apoio financeiro mensal aos integrantes. Para nos deslocarmos para as atividades (**Feminino, 22 anos, Licenciatura em Dança, DAN-457-Dança em quatro estações: a poética do cotidiano e DAN-454-Eficiência de um programa de dança para prevenção de quedas entre idosos**).

Consideramos que o fato da maior incidência ser o conhecimento via colega de curso/turma, é no mínimo um indicador que a Universidade precisa investir mais na divulgação do programa, pois durante a pesquisa encontramos estudantes de graduação da UFBA que nem imaginam o que é uma ACC. Assim, acreditamos que a demanda seria maior se houvesse conhecimento por parte de todos estudantes, sendo até uma forma de "forçar" o aumento de oferecimento de ACC's.

AS ACC's QUE OS ESTUDANTES PARTICIPARAM

Inicialmente sorteamos 70 ACC's para que seus egressos respondessem o questionário. Porém, não obtivemos sucesso na localização dos dados dos mesmos, e desta forma resolvemos utilizar outras estratégias como pode ser observada na metodologia.

Dos 90 estudantes participantes dessa pesquisa, 60 cursaram apenas uma ACC, 16 freqüentaram duas, 7 participaram de três, 3 de quatro e 3 em mais de cinco. Houve um estudante que não respondeu a essa pergunta. É importante levar em consideração que essa quantidade não significa necessariamente em ACC's diferentes, pois o estudante pode ter participado de uma mesma ACC por mais de um semestre. E como os estudantes são diferentes e a proposta de trabalho também pode se modificar a cada semestre, acreditamos ser mais adequado para os objetivos dessa pesquisa contabilizar dessa forma.

As ACC's que tiveram seus egressos entrevistados foram as seguintes:

1. **ADM-454** – Gestão social, terceiro setor e economia solidária: revisando conceitos e construindo uma prática;
2. **ADM-456** – Administração de projetos solidários em apoio ao desenvolvimento local – uma atividade de extensão, ensino e pesquisa na comunidade em Salvador;
3. **ARQ-457** – Práticas de projetos em ações comunitárias – aprender a fazer fazendo;
4. **DAN-454** – Eficiência de um programa de dança para prevenção de quedas entre idosos;
5. **DAN-455** – Com arte e com afeto: cidadania e consciência negra;
6. **DAN-457** – Dança em Quatro Estações: A Poética do Quotidiano;
7. **EBA-455** – Arte Indígena na BAHIA (AIB);
8. **ECO-454** – Empreendedorismo em comunidade;
9. **EDC-454** – Analfabetismo e desenvolvimento humano em municípios baianos;
10. **EDC-455** – Projeto Paraguassu: convivência Universidade/comunidade;
11. **EDC-456** – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária;
12. **EDC-463** – Memória cultural e iconográfica Kiriri;
13. **EDC-464** – A pesquisa e o ensino de roda de capoeira;
14. **EDC-465** – Cultura corporal e meio ambiente;
15. **EDC-468** – Teatro e Educação;
16. **ENF-456** – Cidadania e Saúde;
17. **ENG-454** – Mão na massa: apoio técnico para construções populares;
18. **ENG-457** – Uso e manejo da água na zona rural;
19. **FAR-454** – Busca racional de novos fármacos de origem vegetal;
20. **FAR-457** – Prevenção de anemias;
21. **FAR-458** – Educação e Saúde: prevenção e diagnóstico de doenças parasitárias;
22. **FAR-459** – Educação Popular e Atenção a Saúde;
23. **FCH-461** – Sociedade civil e políticas públicas;
24. **GEO-458** – O bairro em imagens;
25. **ICS-456** – Lê-tramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas;
26. **ICS-458** – Endemias e meio ambiente no Litoral Norte;

27. **ICS-459** – Vivaqui Vicacolá;
28. **MED-459** – Educação em saúde na região de Subaúma;
29. **MEV-454** – Anatomia: uma visão comparada voltada às escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Salvador/Ba;
30. **MEV-458** – Museu de Anatomia Comparada (MAC);
31. **NUT-454** – Vigilância alimentar e nutricional;
32. **TEA-454** – GRIÔ-KAIODÊ – construindo histórias com alegria.

Além dessas 32 ACC's não conseguimos identificar o nome de quatro, pois os respondentes não informaram de forma que pudéssemos reconhecer qual ACC eles estavam se referindo. Além disso, uma pessoa não respondeu. Tínhamos intenção de apresentar a lista da ACC's vinculado ao ano ou ao semestre de operacionalização, mas como muitos egressos não se lembravam ou não tinham certeza do período real, preferimos não focar essa informação.

As ACC's que mais apareceram foram as da Faculdade de Educação por dois motivos. O primeiro é que em toda a história de oferecimento de ACC, desde 2001, é a FACED que mais tem oferecido ACC's. O segundo motivo é pelo fato da pesquisa ser de uma estudante da FACED, assim a proximidade auxiliou também.

OS MOTIVOS DE PARTICIPAR DE UMA ACC

Como pode ser observado no questionário destinado aos egressos de ACC, contido nesse trabalho, o mesmo contém perguntas abertas e fechadas. A pergunta que se refere aos motivos do estudante ou graduado participar de uma ACC foi totalmente aberta por acreditarmos que seria mais rico deixar o respondente livre para expor suas razões em detalhes.

Após a leitura cuidadosa das respostas obtidas, agrupamos as respostas em quatro grandes motivos principais, devido às incidências nos depoimentos. É certo que em um único depoimento há mais de um motivo, mas organizamos pelo motivo mais visível, citado primeiramente.

Desta forma, os quatro grandes motivos para que os estudantes participassem de uma ACC foram: curiosidade; interesse pelo trabalho em comunidades; interesse em aprofundar tema e/ou adquirir experiência em

determinadas práticas; e preocupação curricular que pode ser estendida para atenção quanto a sua formação acadêmica e profissional.

TABELA 13
OS PRINCIPAIS MOTIVOS DOS ESTUDANTES EM PARTICIPAR DE UMA ACC

PRINCIPAIS MOTIVOS	QUANTIDADE
Curiosidade	4
Interesse pelo trabalho em comunidade	39
Interesse em aprofundar tema	17
Preocupação curricular	20
Outros motivos	9
NÃO RESPONDEU	1
TOTAL	90

FONTE: Pesquisa de campo.

Houve alguns depoimentos que expressaram razões pontuais. Esses serão discutidos separadamente. Mas antes de discutir cada bloco de motivos, é pertinente verificamos os motivos mais e menos encontrados, conforme na tabela 13 acima.

Como podemos notar na tabela acima, o principal motivo que leva o estudante a participar de uma ACC é o interesse pelo trabalho em comunidade, que de certa forma é um meio do alunado enriquecer sua formação com atividades que privilegiem a prática, já que muitas vezes tal vivência é ausente em seu currículo. Há também o interesse por trabalhos voluntários e o conhecimento de outras realidades.

Percebemos que os motivos agrupados nesse bloco não possuem a mesma compreensão do que hoje entendemos por extensão universitária. Assim, selecionamos algumas falas onde podemos verificar as disparidades quanto ao conceito.

Nos depoimentos abaixo há traços do entendimento da prática da extensão universitária como via de mão única, onde a Universidade é a detentora do saber e que vai a comunidade para somente ensinar, ajudar.

A possibilidade de conhecer uma comunidade e aplicar o conhecimento absorvido na academia nela, haja vista a grande necessidade observada naqueles espaços, em todo o estado

(Feminino, 32 anos, Ciências Econômicas, ECO-454-Empreendedorismo em comunidades).

Pelo fato da ACC ser voltada para um trabalho em uma comunidade carente, foi o que me chamou mais atenção, podendo ajudar e fazer parte desse projeto de cunho social, eu não exitei em integrar ao grupo com o propósito de levar um pouco do conhecimento e força de vontade que tenho. “Só em saber que posso ajudar mesmo que insignificamente, levando em consideração a grandiosidade dos problemas, já é um grande passo para me sentir melhor” **(Masculino, 21 anos, Geografia, ACC não identificada).**

Passar um pouco de conhecimento adquirido em sala de aula para pessoas que necessitam; novas experiências extracurriculares; adquirir conhecimento através das discussões em comunidades **(Masculino, 21 anos, Farmácia, ENG-457-Uso e manejo da água na zona rural).**

Ter contato com a comunidade para prestar algum tipo de serviço que possa trazer benefícios à população **(Feminino, Farmácia, ENG-457-Uso e manejo da água na zona rural).**

Porém consideramos que essa concepção irá aos poucos sendo alterada para o entendimento que se tem hoje como um trabalho de troca entre Universidade e sociedade. Normalmente os estudantes que participam de mais de uma ACC ou a mesma por mais de uma vez possui um tempo maior para amadurecer sobre o que é extensão universitária. Todos os quatro depoimentos acima são de estudantes que participaram uma única vez de ACC.

Selecionamos outras falas que demonstram uma concepção diferente sobre o trabalho em comunidade. Vejamos:

Trocar saberes entre a universidade e a comunidade (Masculino, 26 anos, Licenciatura em Teatro, EDC-468-Teatro e Educação).

Os objetivos da ACC: interagir com a sociedade e a partir disso, universidade e comunidade se enriquecerem com a produção de conhecimento e transformação social **(Feminino, 20 anos, Fonoaudiologia, ICS-456-Lê-tramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas).**

Interação com a comunidade, desenvolvimento de atividade com a participação de diferentes áreas do conhecimento, possibilidade de mostrar o caráter de compromisso social da Universidade **(Feminino, 24 anos, Engenharia Sanitária, FAR-458-Educação e Saúde: Prevenção e diagnóstico de doenças parasitárias e ENG-454-Mão na massa: apoio técnico para construções populares).**

Ter contato e trocar conhecimentos com a comunidade (**Feminino, 20 anos, Farmácia, ENG-457-Uso e manejo da água na zona rural**).

A possibilidade da aplicação teórica na prática; a possibilidade de trabalhar como uma equipe interdisciplinar; a possibilidade de ter contato com uma comunidade carente e rural; a possibilidade de conhecer novas pessoas; a possibilidade de troca de conhecimentos; e o preenchimento de carga horária (**Feminino, 19 anos, Psicologia, MED-459-Educação em saúde na região de Subaúma**).

Podemos perceber que nesses motivos de participar de ACC há um olhar mais cuidadoso com a comunidade, no sentido de que esta também é possuidora de conhecimentos, por isso a compreensão de troca, de interação com a Universidade. Das cinco falas acima, quatro participaram apenas uma vez de ACC e uma três vezes. É claro que as experiências acadêmicas e pessoais dos estudantes contribuem para o processo de amadurecimento sobre o conceito de extensão.

Além do entendimento que os estudantes têm acerca de extensão universitária, outra questão que ficou visível nesse primeiro bloco de motivos (interesse pelo trabalho em comunidade) foi a possibilidade de integrar a teoria da Universidade à prática possível no trabalho com as comunidades. Os próximos dez depoimentos expressam essa busca.

O que mais motivou a minha participação em ACC foi o fato de interagir diretamente com a sociedade e a possibilidade de fazer relações entre o conhecimento teórico adquirido nas salas de aula com a realidade analisada, quanto a este motivo em diversos momentos foi possível perceber o quão o nosso discurso acadêmico, por vezes, estava distante do povo, pois embora tivéssemos um discurso muito bem elaborado, muitas vezes às ações se caracterizavam por sua impermeabilidade em relação às mudanças, o que as invalidava e fazia com que efetuássemos um novo plano de ações para nos aproximarmos das comunidades. No entanto, vale salientar que em muito dos trabalhos realizados também alcançamos bons resultados (**Feminino, 24 anos, Pedagogia, EDC-456-Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária e EDC-454-Analfabetismo e desenvolvimento humano em municípios baianos**).

Aproximação com a comunidade, possibilidade de pôr em prática os conhecimentos adquiridos na academia e conhecimento da realidade em que estamos inseridos, além de conhecer novos desafios (**Feminino, 23 anos, Artes Cênicas, TEA-454 – GRIÔ-KAIODÊ – construindo histórias com alegria, EDC-468 – Teatro e Educação e ACC não identificada**).

A oportunidade de poder utilizar de forma efetiva o conhecimento adquirido no âmbito da Universidade (**Masculino, 25 anos, Engenharia Sanitária Ambiental, ENG-457 – Uso e manejo da água na zona rural**).

A vontade de desenvolver alguma atividade de extensão, e ao mesmo tempo poder, a partir do conhecimento adquirido dar algum retorno à população. Como exemplo: busquei desenvolver uma pesquisa sobre a sinalização do transporte coletivo de Salvador, detectando os problemas e apontando possibilidades de melhorias (**Masculino, 26 anos, Desenho Industrial, ICS-459 – Vivaqui Vicacolá**).

Necessidade de entender o contexto de Extensão da Universidade e poder ajudar as comunidades às quais a ACC atendia. Vi na atividade uma forma de colocar em prática alguns conhecimentos e poder entender a lógica e os modos de vida das populações “carentes”. Queria observar as formas de pensamentos das pessoas e, a partir daí, poder interferir de maneira que possa ajudá-los a ter uma consciência crítica e que possa vencer e quebrar as amarras que os prendem ao Sistema Capitalista. Poder ao povo! (**Masculino, 20 anos, Enfermagem, ICS-456 – Lê-tramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas**).

Desenvolver na prática a teoria aprendida na instituição (**Masculino, 23 anos, Enfermagem, ICS-458 – Endemias e meio ambiente no Litoral Norte**).

Aplicar o compromisso social que temos, principalmente, quando estudamos numa Universidade Pública; conhecer de perto a proposta da extensão; aliar à teoria a prática, trocando experiências com a comunidade (**Feminino, 22 anos, Enfermagem, MED-459 – Educação em saúde na região de Subaúma**).

Possibilidade de integração entre teoria e prática (**Feminino, 26 anos, Pedagogia, EDC-454 – Analfabetismo e desenvolvimento humano em municípios baianos**).

O trabalho em comunidade; colocar na prática o que era aprendido no teórico; o trabalho multidisciplinar; pesquisa (**Feminino, 26 anos, Farmácia, FAR-457 – Prevenção de anemias**).

A possibilidade de conhecer, além da facilidade e por meio dela, e interagir com a comunidade, a fim de perceber os problemas e junto com o coletivo da ACC propor medidas para o possível saneamento dos problemas levantados. Além de entender claramente que é na pesquisa e extensão que o conhecimento adquire concreção e validade. Sabendo que o estudo abstrato e “bitolado” dentro das salas da Universidade, com o tempo torna-se vazio e sem sentido. E a ACC é a possibilidade de sair da abstração para a prática, para o enfrentamento das reais condições de vida estabelecidas na sociedade (**Feminino, 23 anos, Direito, EDC-456-Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária**).

Essas falas nos fazem refletir que é necessário um repensar sobre os currículos dos cursos de graduação da UFBA no que tange a essa necessidade do estudante poder sentir a aplicabilidade da sua formação. Acreditamos que teoria e prática devem permear todo o curso em várias atividades curriculares, pois a ACC não supre toda essa demanda, além de não ser o único meio do graduando poder vivenciar plenamente a sua formação.

É pertinente informar que não trabalhamos com todos registros, por considerar um número grande, assim, todos estão nos anexos desse trabalho (ANEXO F).

O segundo bloco de motivos que houve maior incidência foi preocupação curricular, com 20 registros. Consideramos que os motivos agrupados no bloco interesse pelo trabalho em comunidade, com destaque na preocupação em aliar a teoria à prática também pode ser considerado uma preocupação curricular.

Não vamos aqui expor e comentar todos os 20 registros, porém cremos que é pertinente fazer um destaque para registros que evidenciaram a importância da presença do ensino, da pesquisa e da extensão na formação do estudante, que é também uma das defesas desse trabalho dissertativo. Os registros foram os que sequeem:

Possibilitar uma aproximação entre ensino/pesquisa/extensão – onde a concretização das teorias acadêmicas se dar no cotidiano **(Masculino, 41 anos, Pedagogia, EDC-465 – Cultura corporal e meio ambiente, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária e ARQ-457 – Práticas de projetos em ações comunitárias – aprender a fazer fazendo).**

Considero a ACC um projeto de extrema importância para a consolidação do tripé que sustenta a Universidade Ensino-Pesquisa-Extensão, sendo que esta extensão na qual a Universidade enquanto uma instituição social produz conhecimento de relevância social de forma significativa através da ACC **(Feminino, 28 anos, Licenciatura em Educação Física, EDC-465 – Cultura corporal e meio ambiente, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária e ACC não identificada).**

Interesse de conciliar as atividades de ensino-pesquisa-extensão; trabalhar com os movimentos sociais; enriquecer a minha formação política **(Masculino, 25 anos, Licenciatura em Educação Física, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária).**

Outro registro que merece destaque é o que expressa que a ACC é uma experiência indispensável para todo o estudante de graduação da UFBA, o que também concordamos como pode ser observado em todo o trabalho.

Primeiramente a busca por atividades que substituíssem a carga de optativas obrigatórias. Depois do primeiro contato percebi que essa atividade de extensão é de profunda importância para a formação de todo graduando, ou melhor, de todo estudante de graduação, seja ele de qualquer curso (**Masculino, 27 anos, Licenciatura em Teatro, EDC-468 – Teatro e Educação**).

Por isso defendemos que a ACC seja componente curricular obrigatório para os estudantes de graduação e para os estudantes de pós-graduação também. As formas de participação devem ser de acordo com o amadurecimento acadêmico.

O terceiro bloco de motivos, pela ordem de maior ocorrência, foi interesse em aprofundar tema, com 17 registros. Esse motivo está relacionado a interesse pessoal por determinada temática e também vinculado ao futuro mercado de trabalho.

Dentre esses registros um nos chamou atenção pelo fato relatado pelo estudante do professor escolher os alunos para compor a turma de uma determinada ACC. Vejamos:

Me interessei pelo assunto plantas medicinais que estava no título da matéria, mas não sabia que eu podia me inscrever, quando me interessei por outra ACC tinha uma história de o professor escolher os alunos o que me desanimou. No entanto nesse ACC que me inscrevi não houve nenhuma escolha prévia de alunos para cursá-lo. Além disso, outra dificuldade que tive para entrar em ACC antes foi o fato de a matrícula ser depois da matrícula em disciplinas na faculdade (**Feminino, 25 anos, Farmácia, FAR-454 – Busca racional de novos fármacos de origem vegetal**).

Nesse registro podemos identificar dois entraves que podem inibir a participação do estudante na ACC que é seleção dos estudantes de forma não democrática e a matrícula ser segregada das disciplinas. Assim, esse depoimento nos fornece dois grandes problemas para serem melhorados pela gestão do programa.

O quarto bloco de motivos foi agrupado em outros, por não conseguirmos reunir em um grande conjunto, com nove incidências. Os principais motivos foram: questão financeira via monitor; meio para ingressar em um grupo de pesquisa;

horário de oferecimento da ACC; conhecer a extensão da UFBA; vinculação com as atividades do professor orientador de PIBIC; indicação de colega de curso; coleta de dados para tese de doutorado; e como meio de obter orientação político-social.

O último bloco foi construído a partir do motivo curiosidade pela atividade e/ou pelo trabalho extensionista desenvolvido pela UFBA. Os quatro registros foram os que seguem:

Em principio curiosidade e posteriormente a motivação de aprender fora da sala de aula, interagindo com outras realidades e outros saberes **(Feminino, 23 anos, Pedagogia, EDC-455 – Projeto Paraguassu: convivência Universidade/comunidade e EDC-463 – Memória cultural e iconográfica Kiriri).**

Inicialmente curiosidade. Também, ao conversar com outros integrantes da ACC, fiquei fascinada pelo projeto, por sua metodologia e função social que desempenhava **(Feminino, 25 anos, Pedagogia, EDC-455 – Projeto Paraguassu: convivência Universidade/comunidade).**

Curiosidade sobre extensão; vontade de interagir com comunidade, aprender com ela e dividir o meu conhecimento com ela **(Feminino, 19 anos, Fonoaudiologia, ICS-456 – Lê-tramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas).**

Curiosidade pelo projeto **(Feminino, 19 anos, Nutrição, FAR-457 – Prevenção de anemias).**

Os demais registros que não foram expostos nos blocos de motivos podem ser observados na íntegra nos anexos desse trabalho (ANEXO F).

ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Por um dos objetivos da ACC, como já discutido nessa dissertação, ser a articulação das funções essenciais da Universidade, um dos intuitos da pesquisa foi verificar como essa articulação ocorre para os estudantes. Assim, elaboramos nove indicadores para investigar tal objetivo que no questionário se configurou na questão de número sete, além da possibilidade do estudante expor diferentes indicadores na opção Outros.

Os dados obtidos nessa questão estão apresentados na tabela abaixo:

TABELA 14
INDICADORES DE ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

INDICADORES	QUANTIDADE
Apresentação de comunicações em eventos acadêmicos	30
Ingresso em curso de pós-graduação	17
Desenvolvimento de objeto de estudo em curso de pós-graduação a partir da sua participação em ACC's	9
Docência no Ensino Superior	10
Participação em algum trabalho voluntário	66
Participação em evento acadêmico ministrando curso, palestra ou prestando depoimento, etc.	38
Participação em grupos de pesquisas	50
Participação em programas de iniciação científica como bolsista (PIBIC, CNPq, PET, etc.)	26
Publicação de artigo em periódico científico	21

FONTE: Pesquisa de campo.

Na verdade essa questão foi apresentada para o respondente solicitando que eles assinalassem quais das atividades ele já realizou ou realiza. Assim, foi uma questão de múltiplas respostas.

Como podemos observar nos dados da tabela 14, dos 90 egressos de ACC que participaram da pesquisa, dentre os indicadores por nós elaborados, o que eles mais desenvolveram ou desenvolvem é a atividade voluntária. É claro que há outras variáveis que despertam o interesse por esse tipo de prática, porém atribuímos que a experiência com a ACC é um estimulante devido ao contato com as múltiplas realidades nas comunidades, que normalmente necessitam de trabalho em coletividade para amenizar problemas sociais.

A segunda atividade mais praticada pelos egressos é a participação em grupos de pesquisa. A própria dinâmica do trabalho da ACC já pressupõe a iniciação científica quando os estudantes são convidados a realizar diagnósticos, levantar problemas, pensar em soluções, participar de algum plano de trabalho, avaliar as atividades desenvolvidas, elaborar relatórios, tabular dados, coletar dados, etc. O contato com os professores orientadores, que na maioria das vezes são pesquisadores e coordenadores ou participantes de grupos de pesquisas, também estimula que os integrantes do programa se interessem e venham a participar de grupos de pesquisas.

Da participação em grupos de pesquisa pode resultar participação em programas de iniciação científica como bolsista (PIBIC, CNPq, PET, etc.), publicação de artigo em periódico científico, prosseguimento dos estudos em curso

de pós-graduação, desenvolvimento de objeto de estudo em curso de pós-graduação a partir da sua participação em ACC's, etc.

As atividades menos expressivas que os egressos realizaram ou realizam são ingresso em curso de pós-graduação, docência no Ensino Superior e desenvolvimento de objeto de estudo em curso de pós-graduação a partir da sua participação em ACC's devido ao fato de muitos deles ainda não terem concluído a graduação.

CONTRIBUIÇÃO DA ACC NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE

A principal motivação para o desenvolvimento dessa pesquisa foi a possibilidade de analisar a contribuição da ACC na formação do estudante. Igualmente como a questão da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, também elaboramos alguns indicadores para verificar tal questão a partir dos próprios objetivos da ACC e também pela participação da autora dessa pesquisa como estudante no programa por dois semestres em uma ACC e por um semestre como ouvinte em outra ACC.

Dessa forma, elaboramos 12 indicadores que foram apresentados para os respondentes na questão oito do questionário, solicitando que eles assinalassem as situações que eles acreditam que foram favorecidas devido a sua participação na ACC. Os resultados obtidos foram:

TABELA 15
CONTRIBUIÇÃO DA ACC NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE

CONTRIBUIÇÃO	QUANTIDADE
Aumentar o escore do curso de graduação	27
Contribuição para formação ética profissional	77
Descoberta de novos objetos de investigação em contextos externos ao meio acadêmico	56
Desenvolvimento de uma atitude tanto questionadora como proativa diante dos desafios e limites impostos pela nossa realidade social	56
Estímulo a problematização como atitude de interação com a realidade	50
Experimentação de alternativas metodológicas de trabalho comunitário e de ensino	55
Expressar-se melhor em público	63
Interessar-se mais pela minimização ou resolução dos problemas sociais	56
Interesse por atividades de pesquisa	51
Maior aproximação entre os currículos e a vida concreta da sociedade	56

Maior desenvoltura com a elaboração de texto acadêmico	18
Maior interesse em participar de eventos acadêmicos como seminários estudantis, os convêscotes da ACC, os seminários, palestras, colóquios, encontros realizados pela UFBA e/ou outras instituições.	46

FONTE: Pesquisa de campo.

Também disponibilizamos espaço para o egresso expressar outras situações inicialmente não pensadas por nós. As situações citadas foram: trabalho com movimentos sociais (1); vivência em movimento estudantil (1); luta pela superação das condições de classe (1); redescoberta da Universidade como lugar do possível (1); conhecimento do possível campo de trabalho na pós-graduação (1); realização de orientações de trabalhos acadêmicos (2).

Considerando os dados coletados, demonstrado na tabela 15, podemos afirmar que os objetivos da ACC estão sendo alcançados, principalmente os de contribuição para formação ética profissional, descoberta de novos objetos de investigação em contextos externos ao meio acadêmico, desenvolvimento de uma atitude tanto questionadora como proativa diante dos desafios e limites impostos pela nossa realidade social, maior aproximação entre os currículos e a vida concreta da sociedade, estímulo a problematização como atitude de interação com a realidade, experimentação de alternativas metodológicas de trabalho comunitário e de ensino, por estarem presentes na formação da maioria dos egressos entrevistados.

CRÍTICAS E SUGESTÕES ACERCA DA ACC³²

Por se tratar, sobretudo de uma pesquisa que avalia o Programa UFBA em Campo – ACC disponibilizamos no questionário do egresso da ACC espaço para que o mesmo contribuísse para melhoria do programa. Dos 90 egressos, 30 não possuem críticas ou sugestões acerca da ACC e/ou não desejaram expressar.

Tentamos realizar agrupamentos de acordo com as proximidades das críticas e sugestões, mas reconhecemos que alguns elementos estão bastante relacionados, e assim mais uma vez consideramos o que foi citado primeiro, por acreditarmos que esse seja a opinião principal do respondente. Em alguns casos agrupamos elementos que inicialmente poderiam ser apresentados separadamente,

³² Algumas sugestões e/ou críticas já foram discutidas nesse mesmo capítulo, porém consideramos pertinente apresentar-los via agrupamentos.

mas no conjunto nos fornece uma visão mais contextualizada da característica a ser melhorada pelo programa.

CRÍTICA AO ASSISTENCIALISMO

Embora a proposta da ACC não seja assistencialista, em alguns momentos ela interfere na comunidade dessa maneira. No caso, por exemplo, do Projeto Paraguaçu, a comunidade não tomava decisões sem consultar o pessoal do projeto. A proposta de “não interferir” na realidade não se dava **(Feminino, 23 anos, Pedagogia, EDC-455 – Projeto Paraguassu: convivência Universidade/comunidade e EDC-463 – Memória cultural e iconográfica Kiriri).**

A ACC que participei não tenho críticas, porém pelo pouco que conheço de algumas outras fico preocupada com o caráter assistencialista de algumas. Mas mesmo com algumas deficiências o projeto ACC é de importância fundamental para a UFBA fazendo com que a construção acadêmica esta associada com a real necessidade das comunidades **(Feminino, 20 anos, Oceanografia, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária).**

A maioria das ACC's é estruturada em cima de uma forma assistencialista, usando a comunidade apenas como objeto de estudo **(Feminino, 24 anos, Enfermagem, ACC não identificada, ICS-458 – Endemias e meio ambiente no Litoral Norte, MED-459 – Educação em saúde na região de Subaúma e ACC não identificada).**

De acordo com os registros de alguns egressos, podemos perceber que a proposta da ACC, embora não seja assistencialista, em alguns momentos tem sido, mas, segundo os estudiosos, o conceito de extensão universitária está em processo de reformulação. Assim, é possível que em alguns momentos o assistencialismo esteja presente nos programas universitários, em menor proporção, e também as expectativas de retorno da comunidade em curto prazo podem contribuir para a realização de atividades pontuais.

AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS

Seria interessante que o número de vagas nas ACC's pudesse ser aumentado, isso para que um maior número de estudantes possa participar **(Feminino, 24 anos, Pedagogia, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária e EDC-454 – Analfabetismo e desenvolvimento humano em municípios baianos).**

Hoje, são mais que 300 pessoas estão envolvidas nos projetos de ACC's. Apesar de apresentar muito interesse, ainda são muito poucos progressos. É preciso crescer em número e em financiamento, para possibilitar uma real alteração do quando acadêmica da universidade. É preciso pensar a extensão de forma mais crítica, a fim de crescer a consciência crítica das comunidades em questão, trazendo-as para a Universidade e produzir ciência a partir destes projetos **(Masculino, 23 anos, Geografia, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária).**

Existe uma necessidade urgente, que é o aumento das vagas da ACC. Outra necessidade é uma atividade na região da ladeira da montanha - SSA, onde os alunos de medicina poderiam ter um campo de pesquisa, os alunos de pedagogia uma área de experiência e assim por diante **(Feminino, 22 anos, Pedagogia, GEO-458 – O bairro em imagens).**

Essa atividade deveria ter um número maior de vagas para que mais estudantes da graduação pudessem passar por essa experiência. Acredito, também, que poderiam permitir maior participação dos estudantes da pós-graduação para promover maior interação entre estes e os da graduação, favorecendo ainda mais o desenvolvimento comunitário **(Feminino, 30 anos, Pedagogia, EDC-463 – Memória cultural e iconográfica Kiriri).**

Que o projeto ACC atinja todos os cursos de graduação para que os estudantes tenham essa experiência e a partir dela desenvolver senso crítico e vontade de servir a população de uma forma bem sucedida **(Feminino, 21 anos, Farmácia, ENG-457 – Uso e manejo da água na zona rural).**

Devem ser mantidos e ampliados pela relevância para nossa formação **(Feminino, 22 anos, Economia, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária).**

É necessário ampliação e maior investimento público, para que o projeto possa atingir seus objetivos **(Masculino, 25 anos, Licenciatura em Educação Física, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária).**

Aumento do número de vagas e repasse da verba para que realmente possamos realizar as atividades em comunidade **(Feminino, 23 anos, graduada em Educação Física pela UFPR, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária).**

Acredito que a ACC é uma das melhores atividades de Extensão que a UFBA promove. Logo, ela deve expandir este projeto e buscar investir nele **(Feminino, 22 anos, Pedagogia, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária).**

O desejo de ampliação do número de vagas está atrelado ao aumento de financiamento, por isso a fala contextualizada de alguns egressos. Podemos notar também a sugestão de que os estudantes de pós-graduação também participem do programa. A possibilidade já existe, pois os mestrandos e/ou doutorandos podem realizar tirocínio docente na ACC e participar como estudante, mas não há grande divulgação dessa informação. Consideramos que a gestão do programa precisa apenas formalizar a comprovação dessa participação.

PAPEL DO PROFESSOR E DO MONITOR

Penso que fazer ACC é uma experiência fantástica para a formação dos estudantes de graduação, pois, além de outras coisas, o aproxima da pesquisa e de problemáticas sociais importantes, contribuindo, portanto, não apenas para a sua vida acadêmica e profissional, como também para a formação ética do cidadão. No entanto, a carga horária da ACC, em especial, das aulas de campo, é extremamente curta se comparando ao de outras disciplinas, principalmente porque a proposta da ACC vai muito além das atividades de ensino, de pesquisa ou de extensão. A proposta da ACC está voltada para formação dos estudantes de graduação através de práticas pedagógicas em que ensino, pesquisa e extensão são eixos indissociáveis. Outra coisa é que as ACC's deveriam repensar o papel e as obrigações da monitoria, no sentido de que o monitor, além das funções de auxílio ao professor, deveria também ser orientado para a pesquisa, tal como os estudantes de iniciação científica, seguindo procedimentos semelhantes: apresentação de relatórios parcial e final, produtos, elaboração de projeto, exposição de trabalho científico em evento da Universidade, etc. A ACC EDC 465 já realiza essa atividade há algum tempo e noto que isso tem contribuído muito para a formação dos monitores. Mas penso que deveria ser um procedimento comum a todas as ACC's. Por fim, penso que a ACC pode ser um espaço de aproximação entre graduação e pós-graduação (**Feminino, 26 anos, Pedagogia, EDC-465 – Cultura corporal e meio ambiente**).

Nas ACC's que eu fiz senti uma falta tremenda da participação dos professores da ACC com a comunidade. O monitor só apareceu duas vezes na comunidade San Martins em 2004 e nenhuma vez na comunidade Sussuarana em 2006. A nota então ficava uma questão subjetiva em vez de concreta e o discurso fica bonito, porém vazio. Não há uma preparação efetiva das pessoas que não são de teatro, dificultando a interdisciplinaridade. Mas acho que as ACC's são fundamentais para que a Universidade cumpra seu objetivo maior: dialogar com a comunidade de forma efetiva (**Feminino, 27 anos, Licenciatura em Teatro, EDC-468 – Teatro e Educação e ACC não identificada**).

A ACC que eu participei teve alguns problemas, pelo fato de o professor ser substituto, ele estava meio desorientado em relação a

atividade que era feita na comunidade, um outro fator preponderante foi a falta de orientação que sofremos por parte da monitora que na maior parte estava ausente. Entretanto a atividade que desenvolvemos com esforço próprio foi de suma importância no que tange a nossa interação com as crianças, que eram o público alvo da nossa ACC, e nós graduando. Pelo de não atingirmos o real objetivo da ACC que era o *letramento*, houve uma necessidade de redirecionamento da atividade, e para isso estamos nos aliando ao Viva Nordeste que é uma organização parceira do Governo do Estado e bem organizada que trabalha com vários grupos de jovens. Ainda estamos tentando nos engajar em uma área em que possamos desenvolver um novo trabalho (**Masculino, 21 anos, Geografia, ICS-456 – Lê-tramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas**).

Alguns docentes não respeitam o dinheiro público que é investido na realização das atividades da ACC (**Feminino, 22 anos, Nutrição, FCH-461 – Sociedade civil e políticas públicas, NUT-454 – Vigilância alimentar e nutricional e FAR-459 – Educação Popular e Atenção a Saúde**).

O programa possui detalhadamente as atribuições de cada participante, seja ele professor, monitor ou estudante, como pode ser observado no quinto capítulo desse trabalho. Sugerimos que para que esses problemas não ocorram com frequência, o que termina prejudicando o planejamento das atividades de campo é a realização de reuniões preparatórias para novos participantes da ACC, professores e monitores, e um trabalho contínuo de orientação e acompanhamento a ser implementado pela gestão do programa.

FINANCIAMENTO

No período em que cursei esta disciplina, houve problemas devido à burocracia na liberação de verbas para a viagem, o que impediu a efetiva concretização da proposta da disciplina. O projeto não foi implementado, e me senti um pouco frustrada. A interação com as outras ACC's é mínima, não entramos em contato com outros projetos e alunos, por isso, não há estímulo à participação e continuidade dos projetos, inclusive, em nível de pós-graduação (**Feminino, 32 anos, Ciências Econômicas, ECO-454- Empreendedorismo em comunidade**).

[...] Outro elemento fundamental é a necessidade de financiamento público federal para uma atividade como ACC uma vez que, desde o início, como UFBA em Campo, o programa conta com a parceria, praticamente exclusiva, da Secretária Estadual de Ciência e Tecnologia (antes CADCT, hoje como FAPESB). Além disso, o aspecto de financiamento se reflete na infra-estrutura quando a Pró-reitoria de Extensão não dispõe de equipamentos (de informática,

veículos para viagens de campo) para assegurar as atividades que se realizam com muito esforço de docentes e discentes. Há a necessidade do Programa ACC amadurecer discussão sobre avaliação do próprio programa (e dos projetos que o compõe), carga horária (atualmente considerada apenas as 60h de sala de aula). **(Masculino, 25 anos, Nutrição, FCH-461 – Sociedade civil e políticas públicas e MED-459 – Educação em saúde na região de Subaúma).**

A falta de verba esse semestre foi um grande problema para a ACC **(Feminino, 20 anos, Geografia, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária).**

Vejo que a verba cedida para a ACC ou pelo menos a ACC de Arte-Educação é pequena. A universidade poderia elaborar um trabalho mais eficaz com relação às comunidades demasiadamente necessitadas, pois o trabalho é feito na comunidade mais nada é feito com relação aos problemas sociais acerca da comunidade **(Feminino, 23 anos, Licenciatura em Teatro, ACC não identificada).**

É de conhecimento a dificuldade pela qual passa a ACC (falta de vontade política e problemas financeiros). Entretanto, considero de extrema importância a MANUTENÇÃO dos mesmos, inclusive ampliando a verba e aumentando o número de ACC. É notória a procura, o interesse, a disposição e a influencia que a ACC tem na nossa formação humana e profissional. A ACC é uma conquista da Universidade Pública! **(Feminino, 28 anos, Licenciatura em Educação Física, EDC-465 – Cultura corporal e meio ambiente, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária e ACC não identificada).**

O projeto dever ser melhor assistido pela Universidade, pois desempenha um grande papel na formação e capacitação para o trabalho coletivo. É uma forma de fazer isso é limitar menos as burocracias e investir mais em financiamento periódico para o segmento qualitativo das ACC's **(Masculino, 24 anos, Licenciatura em Ciências Naturais, MED-459 – Educação em saúde na região de Subaúma).**

A Universidade deve valorizar mais o projeto ACC, pois os atrasos da verba dificultam o andamento e o desenvolvimento da atividade **(Feminino, 19 anos, Psicologia, MED-459 – Educação em saúde na região de Subaúma).**

Por ser um projeto semestral a verba repassada para a extensão (ACC) deveria ser mais regular, pois para se desenvolver as atividades previstas (viagens, oficinas, etc...) é necessário o recurso **(Feminino, 22 anos, Enfermagem, MED-459 – Educação em saúde na região de Subaúma).**

O problema do financiamento é uma questão que impede a expansão do programa no que se refere ao número de ACC's, no limite de estudantes por cada

projeto, no oferecimento de material adequado para desenvolver as atividades, dentre outras questões. Estamos de acordo com os egressos quanto esperam mais atenção da Universidade com o programa. A instituição precisa buscar mais parceiras já que ela mesma não possui recursos suficientes para financiar o programa.

CARÁTER OBRIGATÓRIO

A atividade de ACC foi fundamental para minha formação acadêmica e lamento que não alcance todos os estudantes. Penso que essa atividade deveria ser obrigatória **(Feminino, 24 anos, Administração, ADM-454 – Gestão social, terceiro setor e economia solidária: revisando conceitos e construindo uma prática e ADM-456 – Administração de projetos solidários em apoio ao desenvolvimento local – uma atividade de extensão, ensino e pesquisa na comunidade em Salvador).**

Acredito que a ACC deva fazer parte do currículo obrigatório de cada curso – havia uma proposta para isso em 2004, quando me formei – e, especialmente para os cursos que interferem diretamente na sociedade civil de baixa renda, como os casos dos cursos de ciências sociais, pedagogia, biologia, engenharia sanitária e ambiental e engenharia civil, entre vários outros, essas ACC's deveriam abranger visitas periódicas a comunidades carentes e a cobrança semestral de uma atividade concreta que melhorasse a vida dos moradores dessa comunidade **(Masculino, 27 anos, Engenharia Civil, ENG-457 – Uso e manejo da água na zona rural e ENG-454 – Mão na massa: apoio técnico para construções populares).**

Deveria ser de caráter obrigatório para os estudantes de graduação **(Feminino, 26 anos, Pedagogia, EDC-454 – Analfabetismo e desenvolvimento humano em municípios baianos).**

A ACC é uma vivência necessária a todos os universitários **(Feminino, 25 anos, Pedagogia, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária).**

Essa discussão da obrigatoriedade já foi discutida em outros capítulos desse trabalho. A fala dos egressos só vem reforçar a importância dessa experiência para a formação de cada estudante universitário.

MAIS DIVULGAÇÃO

A divulgação deveria ser mais ampla e o financiamento deveria ser compromisso do reitor **(Feminino, 20 anos, Pedagogia, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária).**

É uma atividade que não é reconhecida dentro da Universidade, muito pouco ou mal divulgada, além disso, existe uma diversidade de problemáticas quanto ao financiamento da extensão, esse semestre esse foi um dos problemas cruciais para o ACC acontecer **(Feminino, 25 anos, Farmácia, FAR-454 – Busca racional de novos fármacos de origem vegetal).**

[...] Quanto à sugestão, acredito que os projetos devem ser mais divulgados. Isso em todas as unidades. Lembro-me que é necessária uma cota mínima de alunos de outras unidades e no primeiro ACC tivemos problemas com isso... Se houvesse maior divulgação nessa atividade haveria maior procura e menor estranhamento... Tenho colegas que desconhecem o que é ACC... Conheço por ser 'rata' de mural... Uma outra motivação que aumentaria o público do ACC e diversificaria mais o perfil dos integrantes é a questão do auxílio. Acredito que deveria haver um apoio financeiro mensal aos integrantes. Para nos deslocarmos para as atividades **(Feminino, 22 anos, Licenciatura em Dança, DAN-457 – Dança em Quatro Estações: A Poética do Quotidiano e DAN-454 – Eficiência de um programa de dança para prevenção de quedas entre idosos).**

A ACC é uma atividade bastante enriquecedora na vida acadêmica do estudante e deveria ter mais divulgação e participação da Universidade dentro dela **(Feminino, 23 anos, Licenciatura em Artes Cênicas, TEA-454 – GRIÔ-KAIODÊ – construindo histórias com alegria, EDC-468 – Teatro e Educação e ICS-456 – Lêtramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas).**

É necessária uma maior divulgação entre os graduandos (abordando características e o perfil dos alunos das ACC), seria muito interessante se existisse uma maior interação entre as ACC, seus monitores e professores (podendo retomar o núcleo gestor da ACC). **(Feminino, 24 anos, Engenharia Sanitária, FAR-458 – Educação e Saúde: prevenção e diagnóstico de doenças parasitárias e ENG-454 – Mão na massa: apoio técnico para construções populares).**

É necessária maior divulgação por parte da própria UFBA dentro da comunidade acadêmica e mais ainda para a comunidade em geral **(Feminino, 26 anos, Medicina Veterinária, MEV-454 – Anatomia: uma visão comparada voltada às escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Salvador/Ba).**

A divulgação dos trabalhos desenvolvidos por cada ACC deveria ser maior para alunos que estão ingressando na faculdade **(Feminino, 25 anos, Farmácia, FAR-458 – Educação e Saúde: prevenção e diagnóstico de doenças parasitárias).**

Acho que a ACC deveria ser ainda mais divulgado. Deveria se mais valorizado por todas as ACC's independente do professor que a coordena, com financiamento proporcional a todos não beneficiando uns em detrimento de outros. Sugiro que algumas ACC's tenha mais compromisso com a comunidade, não dando apenas foco ao assistencialismo **(Feminino, 26 anos, Enfermagem, DAN-454 – Eficiência de um programa de dança para prevenção de quedas entre idosos).**

Por ser a ACC um instrumento de concretização dos conhecimentos abstratos, sugiro uma maior divulgação sobre a ACC e seus objetivos para que corra uma maior participação e envolvimento dos alunos. Além da extensão, não somente por parte dos orientadores, mas também por parte dos alunos, da luta em manter a ACC que sofre com a falta de recursos **(Feminino, 23 anos, Direito, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária).**

A questão da divulgação está intrinsecamente atrelada ao *status* que a extensão universitária tem hoje quando comparada com a pesquisa. Isso se dá basicamente por muitos ainda ver a extensão como assistencialismo, não vislumbrando que tanto a pesquisa como a extensão tem o mesmo objetivo que é construção do conhecimento.

Quando a comunidade acadêmica perceber que a produção de conhecimento realizada via extensão universitária pode e vem se dando de forma coletiva, característica não muito visível no meio dos que “fazem pesquisa”, talvez a desvalorização da extensão se torne mais latente.

FALTA DE RETORNO PARA A COMUNIDADE

Embora, seja a ACC uma atividade muito importante, para a comunidade acadêmica e para a comunidade externa á comunidade, ela precisa ser revista no sentido de continuidade e de possibilidade de retorno para a comunidade local **(Masculino, 27 anos, Licenciatura em Teatro, EDC-468 – Teatro e Educação).**

Acredito que o trabalho na comunidade com a parceria de uma instituição que detém reconhecimento, notoriedade e respaldo, como no caso da UFBA, deva servir para a ação-reflexão-ação e de uma postura mais crítica diante das muitas problemáticas que somos acometidos, de maneira a buscar soluções e alternativas superadoras do atual quadro. ACC não deveriam servir de ponte para o magistério superior e fonte de dados para implementação e conclusão de trabalhos de pós-graduação de indivíduos particulares querem somente tocar seus projetos de pesquisa, fazendo uso das ACC de acordo com suas próprias vontades. Além disso, os professores/coordenadores das ACC deveriam obrigatoriamente

estar à frente dos trabalhos em todos os períodos da disciplina e não aparecer somente nos momentos dos relatórios finais, apenas para dar a nota (**Masculino, 27 anos, Licenciatura em Educação Física, EDC-464 – A pesquisa e o ensino de roda de capoeira e EDC-465 – Cultura corporal e meio ambiente**).

Essa é também uma crítica presente na pesquisa, às vezes bem mais. Percebemos que essa falta de retorno para a comunidade é algo completamente inadequado a proposta da ACC que idealiza a produção de conhecimento de forma compartilhada, a troca de saberes. Dessa forma, é algo simples de ser ajustado, pois não está nos objetivos do programa, e sim apenas uma falta de amadurecimento da filosofia do projeto por alguns participantes.

MUDANÇA DO CARÁTER SEMESTRAL

Terem mais tempo além de um semestre letivo e propiciar ajuda de custo para os que fizeram parte dela (**Masculino, 26 anos, Licenciatura em Ciências Sociais, EBA-455 – Arte Indígena na BAHIA - AIB**).

A ACC deveria ter maior tempo para que o vínculo e o trabalho seja melhor efetivado (**Feminino, 24 anos, Nutrição, FAR-457 – Prevenção de anemias e MED-459 – Educação em saúde na região de Subáuma**).

Embora pouco mencionado como crítica e/ou sugestão, é uma preocupação visível dos participantes do programa com a questão temporal. Muitas vezes isso é um pouco amenizado quando a ACC permanece com a mesma proposta de trabalho por vários semestres e até com os mesmos estudantes. Mesmo assim, é de suma importância que a gestão do programa repense com mais cuidado a duração da atividade.

METODOLOGIA

As ACC's deveriam ter coordenadores mais preocupados com as "causas" das mesmas. A metodologia utilizada não condiz com a realidade da comunidade e, na maioria das vezes, não chega a uma concretização positiva. Os coordenadores deveriam priorizar mais as atividades, não pegando demandas extras que possam lhe

sobrecarregar. Trabalhar com motivação e não por vangloriação e assistencialismo, sendo como um transformador social. Unidade nas lutas **(Masculino, 20 anos, Enfermagem, ICS-456 – Lê-tramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas)**.

A ACC que cursei pareceu muito “solta”, pois foram feitas diversas atividades onde não chegamos a propor nada a partir da realidade vivenciada. Também ficou muito vaga as questões em relação a observação e elaboração de material **(Masculino, 22 anos, EDC-464 – A pesquisa e o ensino de roda de capoeira)**.

Que a ACC, pela sua estrutura, não atado ao papel que se propõe, ou que pelo menos os estudantes achem que ela se propõe. O modelo semestral, a falta de recursos e incentivos ao trabalho e pouca interação existente entre as diversas ACC's fazem com que a ACC não atinja um trabalho estrutural e que realmente promova uma verdadeira transformação social **(Masculino, 27 anos, Administração, ACC não identificada)**.

Além do acompanhamento do professor em cada ACC (específico), as atividades em campos precisam ser acompanhadas por professores da área de Psicologia e Pedagogia visto que muitas vezes, os estudantes se defrontam com problemas extras ao seu conhecimento **(Feminino, 25 anos, Licenciatura em Teatro, EDC-468 – Teatro e Educação)**.

Reforçar esta iniciativa sem deixar jamais de problematizá-la e expô-la a toda sorte de críticas, pois daí vem a vitalidade e o diferencial das ACC's **(Masculino, 31 anos, História, EDC-455 – Projeto Paraguassu: convivência Universidade/comunidade)**.

Acredito que os estudantes de ACC não era dada a possibilidade de intervir na comunidade como as pessoas do projeto que estavam desde a criação da atividade intervinham. Esse espaço não nos era cedido **(Feminino, 28 anos, Museologia, EDC-455 – Projeto Paraguassu: convivência Universidade/comunidade)**.

As ACC's devem interagir em comunidade, não aqui isoladamente **(Feminino, 19 anos, Fonoaudiologia, ICS-456 – Lê-tramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas)**.

Falta de boa fundamentação teórica. O professor dever estar capacitado para coordenar trabalhos de extensão. Deve haver uma interdisciplinaridade das ACC's. Os estudantes deveriam atender e ouvir mais as carências e as reais necessidades da comunidade do que levar temas e objetivos prontos para a comunidade **(Feminino, 20 anos, ICS-456 – Lê-tramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas)**.

As ACC's não deveriam interagir com a comunidade apenas por um tempo, mas deveria ser disseminador das atitudes por eles elaboradas. E as pessoas que entram nas ACC's deveriam estar preocupadas realmente com o social **(Feminino, 24 anos, Enfermagem, ICS-458 – Endemias e meio ambiente no Litoral Norte)**.

Nesse grupo de opiniões há a presença de outros elementos já apresentados como o papel desempenhado pelo professor coordenador da ACC, duração da atividade, financiamento, etc. Mas foram reunidos sob o subtítulo Metodologia por fornecer sugestões interessante para o programa como maior integração entre as ACC's, escuta mais sensível por parte dos professores e estudantes em relação as verdadeiras demandas da comunidade, maior autonomia para o estudante.

É inegável que apesar do programa possuir princípios e diretrizes orientadoras, cada grupo de participantes da ACC se aproxima ou se distancia mais das orientações gerais. A implantação de um sistema permanente de acompanhamento e avaliação com representação comunitária, discente e docente traria uma grande melhoria para o programa.

Outras dez opiniões não consideramos pertinente agrupar em nenhum dos blocos apresentados por falta de similaridades. As questões presentes foram: falta de avaliação da atividade pelo MEC no antigo provão; elogios para o programa por possibilitar vivências em comunidade; sugestão da necessidade de mais objetivos para o programa; possibilidade de campo de pesquisa para desenvolvimento de teses de doutorado; e falta de material.

Todas as críticas e sugestões apresentadas são de suma importância para que o programa melhore e continue sendo um diferencial para aqueles que deles participam. Para isso o programa necessita de maior divulgação, mais financiamentos, como afirmaram os egressos e principalmente de um trabalho permanente de acompanhamento e avaliação por parte da gestão do programa.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Atividade Curricular em Comunidade – ACC constitui-se em uma das possibilidades da extensão universitária. Sua análise – objeto desta dissertação – exigiu que discutíssemos acerca do papel da extensão universitária no currículo de graduação, e mais especificamente o papel da ACC na UFBA e nas IFES.

No que tange ao papel da extensão universitária no currículo de graduação podemos lembrar que a atual lei de diretrizes e bases da educação brasileira compreende a extensão como meio de fortalecer a articulação da teoria com a prática nos currículos. Para apoiar essa concepção, o Plano Nacional de Educação possui metas referentes à implantação de programas de desenvolvimento da extensão universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior. Além do reconhecimento legal acerca da importância da extensão no currículo de graduação, o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras vem elaborando estudos para subsidiar o desenvolvimento das ações extensionistas no âmbito das IFES, publicando inclusive as experiências bem sucedidas na área.

Da discussão acerca dessa temática, podemos concluir que o principal papel da extensão universitária nos currículos de graduação é a possibilidade que o estudante tem de aprender em contato com grupos comunitários, extrapolando as experiências acadêmicas vivenciadas em sala de aula.

Já no que se refere ao papel da ACC na UFBA e nas IFES, discutimos a questão da flexibilização curricular, demanda indispensável dos currículos universitários, e como a ACC pode ser um meio de subsidiar a flexibilização dos currículos de graduação da UFBA.

Por flexibilização, a partir das leituras realizadas, entendemos que é uma possibilidade do estudante possuir maior autonomia para construir seu processo formativo inicial, a graduação, com atenção especial a partir dos seus próprios interesses, combinada com as demandas do mercado de trabalho, e principalmente assegurada no perfil de homem que a sociedade necessita (cidadão ético e

humanitário). Além desse entendimento, há alguns princípios que servem como base ao conceber um currículo flexível que são a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visão do ensino centrada na criatividade, que tem como exigências a construção do conhecimento na relação com a realidade profissional e a interdisciplinaridade.

Concebemos que a ACC contempla todos esses princípios, por isso consideramos que ela tem grande potencial na flexibilização curricular. Destacamos também que a ACC é um componente curricular que pode ser o elemento principal de um novo modelo de organização curricular, em substituição ao papel que as disciplinas ocupam hoje no currículo de graduação com a vantagem de diminuir a fragmentação do saber, ressignificar o conceito de sala de aula e a proximidade do trabalho com as temáticas referentes às demandas sociais (devido à abertura que a atividade tem de abordar temas não só do interesse da Universidade como também da comunidade).

É importante frisar também que a Universidade Federal de Minas Gerais está um passo à frente na discussão acerca da flexibilização curricular, pois, como já discutido nesse trabalho, a instituição possui documentos orientadores sobre a temática, expondo a concepção de currículo, o entendimento de flexibilização, as possíveis formas de tornar um currículo mais flexível, e também alguns desenhos curriculares. Por isso, para discutir a temática, é imprescindível o estudo da experiência da UFMG.

Outro ponto que merece destaque é que essa pesquisa iniciou com o propósito de avaliar qual a contribuição da ACC na formação do estudante de graduação da UFBA, articulada com as orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES/MEC. E ao final da pesquisa, além de reunir alguns elementos que podem auxiliar a melhoria do programa, iniciamos, mesmo que timidamente, uma discussão valiosa de uma possível reconceptualização curricular no âmbito da Universidade Federal da Bahia a partir da experiência de seis anos do Programa UFBA em Campo – ACC.

Tal embasamento emergiu devido a presente pesquisa objetivar, principalmente, verificar qual a contribuição que a ACC possibilita aos seus participantes, no caso os estudantes de graduação da UFBA, no que se refere a sua formação, dentre outras questões. Inicialmente, ainda na fase de elaboração do anteprojeto, pensamos em investigar a contribuição para discentes, docentes e

comunidades, mas após análise cuidadosa percebemos que era muito abrangente e que um estudo de mestrado não comportaria tal pesquisa. Por isso, recortamos de acordo com o maior interesse de estudo. Assim, outras pesquisas podem ser realizadas para verificar a contribuição da ACC para as comunidades, como também para o corpo docente, ou para a Universidade, no que tange ao atendimento do compromisso social.

A primeira questão que orientou o desenvolvimento dessa pesquisa foi compreender que concepção de extensão e de intervenção social a UFBA possui. Os dados levantados sugerem que, por extensão a UFBA entende que é o elo entre o ensino e a pesquisa com a sociedade, com caráter interdisciplinar, desenvolvida através de atividades e programas. Já no que se refere à concepção de intervenção social, não há um conceito para a instituição, pois a mesma é compreendida como um princípio presente em todas as práticas extensionistas por ela desenvolvidas. A concepção de extensão universitária da UFBA está de acordo com a definição do Plano Nacional de Extensão Universitária. Embora, para a UFBA, a extensão como assistencialismo esteja superada enquanto conceito, algumas das ACC's possuem ainda práticas assistencialistas.

Outro ponto investigado na pesquisa foi verificar se há articulação entre as atividades de ACC e as de ensino e pesquisa e como isso se processa. Os dados levantados apontam que há articulação, porém consideramos que no caso da ACC essa questão se torna redundante, pois o próprio espírito do programa é a articulação das funções essenciais da Universidade. Assim, o que se pode questionar é em que medida os objetivos da ACC são contemplados. Para um dos entrevistados, por exemplo, em geral as ACC's praticam mais ensino que pesquisa. Esse é um dos pontos que a gestão do programa necessita se debruçar, na tentativa de possuir um padrão mínimo de qualidade para o bom funcionamento da atividade, diminuindo discrepâncias, práticas inadequadas, etc.

Uma outra questão de pesquisa foi verificar se existe articulação das temáticas de ACC com os problemas sociais. Como os conteúdos e os temas estão em consonância com as recomendações acerca das áreas temáticas da extensão universitária do Plano Nacional de Extensão, consideramos que há articulação. Um trabalho com outro enfoque pode analisar se cada ACC está de fato trabalhando com as reais demandas da comunidade onde atua. De acordo com os dados levantados, algumas ACC's não possuem essa prioridade, pois normalmente levam

propostas prontas sem levar muito em consideração o que a comunidade realmente necessita. Assim, consideramos que é importante repensar ou criar uma orientação por parte da gestão do programa para que todas as ACC's tomem mais cuidado de apenas esboçar uma proposta, para só depois em contato com a comunidade e juntamente com ela, decidir os rumos do trabalho, convergindo ao máximo os interesses de ambos.

Outro objetivo da pesquisa foi descrever as políticas existentes na UFBA para o desenvolvimento da ACC e verificar se existem incentivos institucionais e ou de outras fontes. Os dados levantados indicam que a própria ACC é considerada como um programa definidor de uma política na UFBA, que é a flexibilização curricular. Por ser considerada uma política, foi necessária discutir a relação entre o programa ACC e a flexibilização curricular, mais especificamente, como a atividade possibilita a flexibilização curricular. Os resultados obtidos sugerem que a ACC auxilia na flexibilização dos currículos de graduação, pois o estudante tem autonomia de escolher qual atividade deseja participar e nela pode desenvolver ações de seu interesse, trabalhando com temas que não foram abordados nas disciplinas do seu curso. Outra característica da ACC que converge com os princípios da flexibilização é a interdisciplinaridade, como já discutido no decorrer do trabalho, possibilitando que o estudante, por exemplo, participe da análise coletiva de problemáticas a partir de várias áreas do conhecimento.

Além da política da flexibilização curricular, há a política de parceria com financiamento logístico e financeiro com a participação de prefeituras e instituições de apoio à pesquisa e a extensão, e a política de avaliação que já foi discutida, mas ainda não implementada. Consideramos que a realização da oficina "Repensar a ACC" foi uma das ações iniciais para a prática avaliativa do programa de forma mais sistemática. Além disso, essa pesquisa fornece elementos iniciais para o programa ser avaliado como todo, após seis anos de existência.

Outra questão analisada foi entender como é a participação dos estudantes nas ACC's. Os dados levantados mostram que o programa é aberto para todo e qualquer estudante de graduação e pós-graduação. Para os graduandos a participação formal se efetiva via a matrícula. Ele também pode participar sem se matricular, podendo ser monitor ou colaborador. A comprovação da sua participação só existe para os estudantes matriculados e para os monitores. Desconhecemos comprovação para outros tipos de participação, inclusive para os

graduados que muitas vezes continuam participando das atividades. Já para os pós-graduandos, o único meio formal é realizando tirocínio docente. O estudante de pós-graduação também pode ser colaborador. Na ACC, o estudante pode ter experiência de produção compartilhada de conhecimento, compreender o conhecimento como ferramenta de transformação e refletir diversos temas numa perspectiva multidisciplinar que se dá via a composição das equipes de trabalho com estudantes de cursos de graduação diferenciados.

A última questão de pesquisa foi verificar qual a contribuição da ACC na formação do estudante. Os dados levantados indicam que há contribuição na formação do estudante de graduação em alguns aspectos. Dois desses aspectos que colaboram diretamente com a formação profissional do estudante é o desenvolvimento de princípios éticos, indispensáveis hoje no mundo do trabalho, e a capacidade de expressar-se melhor em público, condição necessária ao trabalho em equipe, principalmente quando o indivíduo ocupa cargos de chefia e liderança.

Outro ângulo que podemos destacar no que se refere aos possíveis ganhos do estudante em participar da ACC é o desenvolvimento de competências e habilidades importantes para a formação continuada em cursos de pós-graduação, que são configuradas na descoberta de novos objetos de investigação em contextos externos ao meio acadêmico (os estudantes podem se interessar por determinadas questões para estudar em mestrados e doutorados a partir da experiência nas ACC's), interesse por atividades de pesquisa e maior desenvoltura com a elaboração de texto acadêmico.

Os demais aspectos que podem ser desenvolvidos nos egressos do programa, auxiliam na formação de um indivíduo mais preparado para atuar como agente transformador, pois eles são estimulados a problematizar como atitude de interação com a realidade, experimentam alternativas metodológicas de trabalho comunitário e potencializam suas atitudes tanto questionadoras como proativas diante dos desafios e limites impostos pela nossa realidade social. Com a possibilidade do desenvolvimento de todos esses aspectos, o egresso se interessa mais pela minimização ou resolução dos problemas sociais, pois ele tem maior aproximação com a vida concreta da sociedade através de um currículo mais flexível.

Esperamos que os resultados obtidos nessa pesquisa forneçam uma base de dados que possa ser utilizada pela gestão do programa para iniciar de

forma mais sistematizada a implantação de um programa de acompanhamento e avaliação da ACC, com representação da comunidade, dos discentes e dos docentes.

Alguns elementos que podem compor essa base de dados se referem às fragilidades da ACC apontadas nesse trabalho que vão desde os princípios e diretrizes do programa até o processo de matrícula na atividade. Quanto aos princípios e diretrizes que orientam a elaboração dos projetos ACC, poderá existir o cuidado de praticar uma extensão que não seja assistencialista. No que se refere à distribuição dos recursos por parte da UFBA e de outros órgãos, há a necessidade de ampliar o financiamento que resulta no aumento do número de ACC's e no oferecimento de melhores condições de trabalho para as equipes que compõem as atividades. Já em relação a metodologia de ensino-aprendizagem, os dados levantados apontam para a necessidade de repensar o papel do professor, coordenador da ACC, como também do monitor. Esses são alguns dos elementos que podem compor esse banco de dados inicial.

Assim, acreditamos que se esses pontos destacados forem reformulados, em total articulação com essa nova fase que a UFBA está prestes a vivenciar da Universidade Nova, a ACC se tornará um dos fortes aliados para o aumento da qualidade na formação, via a reconceptualização do currículo, pois a proposta da UFBA visa a sua reestruturação da arquitetura acadêmica, tendo como um de seus objetivos a flexibilização curricular via o aumento dos componentes curriculares que se traduzirão em um elenco maior de possibilidades a disposição do graduando, para ele escolher que caminho acadêmico trilhar. Consideramos desta forma, que a ACC pode auxiliar na consecução desse objetivo e também pode satisfatoriamente ser um definidor curricular, ocupando o papel que a disciplina hoje preenche no currículo, superando a fragmentação do conhecimento, a falta de interdisciplinaridade, possibilitando a produção compartilhada do conhecimento.

Além de subsidiar o objetivo da flexibilização, a ACC já realiza a integração entre conteúdos disciplinares (outra característica desejada pela proposta da Universidade Nova) e contribui para as escolhas profissionais, evitando decisões precoces, uma vez que convivendo com as comunidades, em contato constante com os problemas sociais, o estudante poderá se perceber mais sensível a estudar determinado curso, a trabalhar em determinada área. Nessa perspectiva a

ACC pode funcionar como um estágio profissional, onde o estudante terá a possibilidade de vivenciar e amadurecer a escolha por uma profissão.

A guisa de conclusão, gostaríamos de finalizar esse trabalho expondo que a ACC é uma das experiências acadêmicas da UFBA que transita de forma articulada entre as funções essenciais da Universidade (o ensino, a pesquisa e a extensão) de forma prazerosa, instigante e estimulante para os que dela participam, possibilitando, ainda que de forma indireta, a vivência do que é fazer Universidade para aqueles que dela não participam formalmente, a Comunidade.

REFERÊNCIAS

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos? : guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. p.58-68.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BAHIA. Universidade Federal da Bahia. Conselho de Coordenação. Câmara de Extensão. Resolução nº 002/96. **Dispõe sobre as atividades de extensão, revogando as normas vigentes, e dá outras providências**.

BONFIM, L.S.V. **Universidade: o que é isso? – Elementos teóricos para se pensar o modo de fazer da Universidade Estadual da Bahia – UNEB**. Panorama Acadêmico, dezembro de 2001, pp.127-150.

BORDONI, Thereza Cristina. **Uma postura interdisciplinar**. http://www.forumeducao.hpg.ig.com.br/textos/textos/didat_7.htm [capturado em 20 de novembro de 2006].

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante – o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos; Caxias do Sul, RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1996.

BRASIL 2000/2001. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Edição atualizada. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n. 776, de 03 de dezembro de 1997**. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. **Parecer n. 583, de 04 de abril de 2001**. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.

_____. Lei nº 10.173 de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.** Disponível em:

<http://mp.pr.gov.br/institucional/capoio/cidadania/fundacoes/legisla/.../05540_68.ht>

. Acesso em: 25 nov.2003.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. **A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores.**

<http://www.anped.org.br/27/gt11/t1111.pdf> [capturado em 22 de outubro de 2005].

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1998, Paris.

Tendências da Educação Superior para o Século XXI. UNESCO, Conselho de reitores das universidades públicas.

DELORS, Jacques. (org.). **Educação: um tesouro a descobrir – relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.**

2.ed.São Paulo: Cortez. p.139-151.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa.** Campinas, SP: Papyrus, 2001.

_____. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Saber pensar.** São Paulo: Cortez, 2001.

Encontro Nacional do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas, 8., 1994, Vitória, ES. **Anais...** Vitória: Ufes. Pró-reitoria de Extensão, 1994. 1v.

FARIA, Dóris Santos de (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina.** Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes. (org). **A universidade em questão.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-omega, 1975.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária.** Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus (Ba): UESC, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.3).

_____. **Extensão Universitária e a Flexibilização Curricular.** Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. (Coleção Extensão Universitária; v.4).

_____. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão.**

udesc.br/portal/temp/livro_flexibilizacao_curricular.pdf [capturado em 02 de julho de 2006].

_____. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: experiências de flexibilização curricular nas Universidades Públicas Brasileiras.** www.pr5.ufrj.br/renex.doc [capturado em 20 de agosto de 2006].

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção.** Maio de 1999. <http://www.unicamp.br/prg/forgrad> [capturado em 01 de setembro de 2004].

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – ForGRAD. **Concepções e Implementação da Flexibilização Curricular.** http://www.prograd.ufu.br/forgrad2004/pg_internas/docs/docs_2003_2004/documento_conc_e_impl_flex_curricular.doc [capturado em 28 de outubro de 2006].

FRANCO, MARIA Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo.** 2.ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

FRANTZ, Walter; SILVA, Enio Waldir da. **As funções sociais da universidade – o papel da extensão e a questão das comunitárias.** Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GINNOTTI, José Arthur. **Universidade em ritmo de barbárie.** 3.ed. São Paulo: editora brasiliense, 1987.

JEZINE, Edineide Mesquita. **Universidade e saber popular. O sonho possível.** João Pessoa: Autor Associado / Edições CCHLA / UFPB, 2002.

_____. **Abordagens teóricas e concepções de extensão universitária.** In: Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste (XVI.: 2003: Sergipe). Programação e Resumos da XVI Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste [CD-ROM]. Sergipe: Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, 2003.

KOURGANOFF, Wladimir. **As diferenças entre o ensino e a pesquisa.** In: KOURGANOFF, Wladimir. A face oculta da universidade. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990.

LIMA, Paulo Costa. **Novos rumos na interface universidade-sociedade.** Disponível em <http://www.acc.ufba.br/repercu/textos/novrum.html>. [capturado em 12 de nov. de 2003].

LUBISCO, Nídia M. L.; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e tese.** 2.ed.rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2003.

LUZ, Ana Maria de Carvalho. **Flexibilização e Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão.** <http://www.acc.ufba.br/repercu/textos/flexibcu.html>. [capturado em 12 de nov. de 2003].

MAGNARI, Ivetti. **Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro**. <http://www.anped.org.br/25/ivettimagnarit11.rtf> [capturado em 22 de outubro de 2005].~uggj]

MAZZILLI, Sueli. **Ensino, pesquisa e extensão: uma associação contraditória**. 1996. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 1996.

MELO NETO, João Francisco de. **Extensão universitária – diálogos populares**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2002.

_____. **Extensão universitária é trabalho**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2004.

_____. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2004.

MENEGHEL, Stela Maria. **A crise da universidade moderna no Brasil**. <http://www.anped.org.br/25/stelamariameneghel11.rtf> [capturado em 22 de outubro de 2005].

MESQUITA, J.E. **Multiversidade e Extensão Universitária**. In: Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste (XV.: 2001:São Luis). Programação e Resumos da XV Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste [CD-ROM]. São Luis: Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Anteprojeto de lei. Versão preliminar. 06 de dezembro de 2004. **Estabelece normas gerais para a educação superior, regula o Sistema Federal da Educação Superior e dá outras providências**. <http://www.mec.gov.br/reforma> [capturado em 05 de janeiro de 2005].

_____. **SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições**. INEP, 2004.

_____. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. SINAES. Bases para uma nova proposta de avaliação da Educação Superior**. Agosto de 2003.

MINOGUE, Kenneth. **O conceito de Universidade**. Trad. De Jorge Eira Garcia Vieira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Currículo, utopia e pós-modernidade**. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (org.). Currículo: questões atuais. Campinas, Sp: Papirus, 1997.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Plano Editora, 2002.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

PAVIANI, Jayme; POZENATO, José C. **A Universidade em debate**. 3.ed. Caxias do Sul: Editoria da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

PENTEADO, Sílvia Ângela Teixeira. **Identidade e poder na Universidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

PIRES, Regina Celi Machado. **A contribuição da Iniciação Científica na formação do aluno de graduação numa Universidade Estadual**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia: 2001.

PRAZERES, Michelle. **Estudantes atuam em projetos sociais**. <http://www.acc.ufba.br/repercu/matmid/010406.html> [capturado em 12 de novembro de 2003].

PROEXT. Pró-Reitoria de Extensão da UFBA. **Apresenta textos sobre a repercussão da ACC**. Disponível em <<http://www.acc.ufba.br/repercu/matmid/010501.html>>. Acesso em: 12 de nov. de 2003.

_____. **Apresenta textos sobre o que é a ACC**. Disponível em <<http://www.acc.ufba.br/oquee/texto.html>>. Acesso em: 11 de nov. de 2003.

_____. **Relatório do I Seminário de Extensão**:. Salvador, s.d.

_____. **Relatório final da Coordenação Executiva do UFBA em Campo/ACC. 2001.1**. Salvador, 2001.

_____. **Relatório final da Coordenação Executiva do UFBA em Campo/ACC. 2001.2**. Salvador, 2002.

_____. **Relatório final da Coordenação Executiva do UFBA em Campo/ACC. 2002.1**. Salvador, 2002.

_____. **Relatório final da Coordenação Executiva do UFBA em Campo/ACC. 2002.2**. Salvador, 2003.

_____. **Relatório final da Coordenação Executiva do UFBA em Campo/ACC. 2003.1**. Salvador, 2003.

_____. **Relatório final da Coordenação Executiva do UFBA em Campo/ACC. 2003.2**. Salvador, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RIBEIRO, Marlene. **Universidade Brasileira “Pós-Moderna” (democratização x competência)**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Da idéia de universidade à universidade de idéias**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SERPA, Felipe. **Rascunho digital: diálogos com Felipe Serpa**. Salvador: Edufba, 2004. p.189-222;286-292.

SILVA, Anuska Andréia de Sousa. **O PIBIC e a Iniciação Científica na Universidade Federal da Bahia**. 2002. 105 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA, S. C. F. da. **Extensão universitária e trabalho social**. In: Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste (XV.: 2001:São Luis). Programação e Resumos da XV Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste [CD-ROM]. São Luis: Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo**. 2.ed., 7ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Extensão universitária: novo paradigma de universidade?** Maceió: EDUFAL, 1997.

TEIXEIRA, Anísio. S. **A Universidade de ontem e de hoje**. <http://www.prossiga.br/anisioiteixeira/artihos/ontem.html> [capturado em 30 de novembro de 2004a].

_____. **Funções da Universidade**. <http://www.prossiga.br/anisioiteixeira/artihos/ontem.html> [capturado em 30 de novembro de 2004b].

_____. **Uma perspectiva da Educação Superior no Brasil**. <http://www.prossiga.br/anisioiteixeira/artihos/ontem.html> [capturado em 30 de novembro de 2004c].

_____. **Uma perspectiva da Educação Superior no Brasil**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.50, n.11, jul./set. 1968. p.21-82.

TOBIAS, José Antônio. **Universidade: humanismo ou técnica?** São Paulo: Editora Herder, 1969.

Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária? <http://www.anped.org.br/23/textos/1101T.PDF> [capturado em 13 de maio de 2006].

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Do pessimismo da razão para o otimismo da vontade: referências para a construção dos projetos pedagógicos nas IES brasileiras**. Série PROGRAD 4. Salvador-Março de 2001.

_____. **Manual do Estudante 2006**. Salvador, EDUFBA, 2006.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional 2004/2008**. Maio, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Extensão. **Atividade Curricular em Comunidade – UFBA em Campo. Oferta 2001.1**

_____. **Atividade Curricular em Comunidade – UFBA em Campo. Oferta 2001.2**

_____. **Atividade Curricular em Comunidade – UFBA em Campo. Oferta 2002.1**

_____. **Atividade Curricular em Comunidade – UFBA em Campo. Oferta 2002.2**

_____. **Atividade Curricular em Comunidade – UFBA em Campo. Oferta 2003.1**

_____. **Atividade Curricular em Comunidade – UFBA em Campo. Oferta 2003.2**

_____. **Atividade Curricular em Comunidade – UFBA em Campo. Oferta 2004.1**

_____. **Atividade Curricular em Comunidade – UFBA em Campo. Oferta 2005.2**

_____. **Atividade Curricular em Comunidade – UFBA em Campo. Oferta 2006.1**

_____. **Proposta de criação da Atividade Curricular em Comunidade**.

_____. **UFBA em campo II 1999-2001: uma experiência de articulação ensino / pesquisa e sociedade**. Salvador, UFBA, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Flexibilização Curricular. Pré-Proposta da Câmara de Graduação**. Disponível em< <http://www.ufmg.br>>. Acesso em: 28 de out. de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Flexibilização Curricular**. Disponível em> http://www.prograd.ufrn.br/conteudo/documentos/outros/flexibilizacao_curricular.doc>. Acesso em: 28 de out. de 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Currículo e interdisciplinaridade**. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (org.). Currículo: questões atuais. Campinas, Sp: Papyrus, 1997.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é Universidade**. 8.ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

XXVI Fórum Regional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 26., 2002, Natal. **Anais...** Natal-RN: EDUFRN, 2002. 112p.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista do ex-pró-reitor de extensão**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Faculdade de Educação****ROTEIRO DE ENTREVISTA
EX-PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO**

- 1 . Como surgiu a idéia de criar a ACC (participantes, dificuldades...)?
- 2 . A idéia da ACC teve influência de outras atividades desenvolvidas por outras instituições, teve alguma inspiração?
- 3 . Como foi o processo de implantação (dificuldades)?
- 4 . Quais são as instituições financiadoras?
- 5 . Qual o papel da ACC nos currículos de graduação?
- 6 . Como se deu a aceitação do corpo discente e docente?
- 7 . Houve algum processo avaliativo da ACC (que indicadores foram utilizados para avaliar)?
- 8 . As atividades de ACC desenvolvidas estão integradas com as de ensino e pesquisa? São coerentes com a missão da UFBA? Quais são as formas de integração?
- 9 . Qual o maior benefício da ACC para a UFBA?
10. Qual o impacto da ACC na formação dos estudantes de graduação? Como é verificado?
- 11 . Qual sua opinião sobre as atividades extensionistas da UFBA?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista do pró-reitor de extensão**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Faculdade de Educação****ROTEIRO DE ENTREVISTA
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO**

1. Qual a concepção de extensão da UFBA?
2. Qual a concepção de intervenção social da UFBA?
3. As atividades de ACC desenvolvidas estão integradas com as de ensino e pesquisa? São coerentes com a missão da UFBA? Quais são as formas de integração?
4. Há preocupação da UFBA em desenvolver atividades de extensão que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, da saúde e outros? Como se manifesta?
5. Quais as políticas existentes na instituição para o desenvolvimento das atividades de ACC? Existem incentivos institucionais ou de outras fontes? Quais são eles?
6. Há sistemáticas de avaliação das atividades de ACC desenvolvidas pela UFBA?
7. Qual o impacto da ACC na formação dos estudantes de graduação? Como é verificado?
8. O que há na UFBA sobre legislação acerca da ACC?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista do pró-reitor de graduação**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Faculdade de Educação****ROTEIRO DE ENTREVISTA
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO**

1. Já participou de alguma ACC? Como foi a experiência?
2. Como é a participação da sua Faculdade em ACC's?
3. As atividades de ACC desenvolvidas estão integradas com as de ensino e pesquisa? São coerentes com a missão da UFBA? Quais são as formas de integração?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista da ex-coordenadora de extensão**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Faculdade de Educação****ROTEIRO DE ENTREVISTA****EX-COORDENADORA DE EXTENSÃO**

- 1 . Como surgiu a idéia de criar a ACC (participantes, dificuldades...)?
- 2 . A idéia da ACC teve influência de outras atividades desenvolvidas por outras instituições, teve alguma inspiração?
- 3 . Como foi o processo de implantação (dificuldades)?
- 4 . Quais eram as instituições financiadoras?
- 5 . Qual o papel da ACC nos currículos de graduação?
- 6 . Como se deu a aceitação do corpo discente e docente?
- 7 . Houve algum processo avaliativo da ACC (que indicadores foram utilizados para avaliar)?
- 8 . As atividades de ACC desenvolvidas estão integradas com as de ensino e pesquisa? São coerentes com a missão da UFBA? Quais são as formas de integração?
- 9 . Qual o maior benefício da ACC para a UFBA?
10. Qual o impacto da ACC na formação dos estudantes de graduação? Como é verificado?
- 11 . Qual sua opinião sobre as atividades extensionistas da UFBA?

- 7.4.() docência no Ensino Superior
- 7.5.() participação em algum trabalho voluntário
- 7.6.() participação em evento acadêmico ministrando curso, palestra ou prestando depoimento, etc.
- 7.7.() participação em grupos de pesquisas
- 7.8.() participação em programas de iniciação científica como bolsista (PIBIC, CNPq, PET, etc.)
- 7.9.() publicação de artigo em periódico científico
- 7.10.() outros: _____

8. ASSINALE COM X QUAIS DAS SITUAÇÕES ABAIXO FORAM FAVORECIDAS POR SUA

PARTICIPAÇÃO EM ACC:

- 8.1.() aumentar o escore do curso de graduação
- 8.2.() contribuição para formação ética profissional
- 8.3.() descoberta de novos objetos de investigação em contextos externos ao meio acadêmico
- 8.4.() desenvolvimento de uma atitude tanto questionadora como proativa diante dos desafios e limites impostos pela nossa realidade social
- 8.5.() estímulo a problematização como atitude de interação com a realidade
- 8.6.() experimentação de alternativas metodológicas de trabalho comunitário e de ensino
- 8.7.() expressar-se melhor em público
- 8.8.() interessar-se mais pela minimização ou resolução dos problemas sociais
- 8.9.() interesse por atividades de pesquisa
- 8.10.() maior aproximação entre os currículos e a vida concreta da sociedade
- 8.11.() maior desenvoltura com a elaboração de texto acadêmico
- 8.12.() maior interesse em participar de eventos acadêmicos como seminários estudantis, os convêscotes da ACC, os seminários, palestras, colóquios, encontros realizados pela UFBA e/ou outras instituições
- 8.13.() outros: _____

9. ESPAÇO RESERVADO PARA ALGUMA CRÍTICA E/OU SUGESTÃO ACERCA DA ACC.

Muito obrigada!

ANEXO A – Programação do I Seminário de Avaliação do ACC/UFBA em Campo

Apresentação

O programa ACC/UFBA EM CAMPO tem se consolidado como uma importante referência no âmbito das ações de extensão universitária. Ao longo de sua trajetória, além das múltiplas experiências desenvolvidas, há um acúmulo de conhecimento produzido que, vinculado à participação dos atores sociais que constituem o programa, pode contribuir para a construção das bases teórico-metodológicas necessárias à identidade acadêmica deste programa de extensão.

Proporcionar uma reflexão crítica a respeito das ações desenvolvidas até o momento, a partir da tríple tematiza: *flexibilização curricular, gestão e metodologias de extensão* é o eixo fundamental do I Seminário de Avaliação do ACC/UFBA EM CAMPO. Nesta perspectiva, busca-se criar um coletivo de discussões que valorize a participação de professores e alunos que fazem o ACC, que exponha conceitos e ações já construídos pelo programa; que aponte desafios e necessidades no que diz respeito a avanços conceituais e que incida na construção da sua identidade enquanto um programa permanente de extensão.

A participação efetiva dos atores sociais que fazem o ACC neste seminário é condição fundamental para que a Pró-Reitoria de Extensão da UFBA possa avaliar os seus limites e as suas possibilidades. É também um esforço de afirmação do protagonismo institucional destes atores na construção de suas autorias num processo que expande o sentido do ensinar e do aprender, bem como uma tentativa de criação de espaços para a participação de novos atores sociais, aproximando Universidade e Comunidade numa relação de trocas contínuas de saberes.

Este evento busca dar visibilidade às perspectivas curriculares de formação acadêmica que se abrem no ACC redimensionando o sentido da docência e da disciplina universitária.

Universidade Federal da Bahia

Naomar Monteiro de Almeida Filho
Reitor

Francisco José Gomes Mesquita
Vice-Reitor

Dora Leali Rosa
Pró-Reitora de Planejamento e Administração

Marcial Bilencourt Marinho
Pró-Reitor de Graduação

Márgi da Fátima Dias Costa
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Marcelo José F. de Carvalho
Pró-Reitor de Extensão

Ulma Amazonas
Coordenadora de Extensão

Elza Rocha
Assistente do Pró-Reitor de Extensão

Bela S. P. Serpa
Coordenadora da ACC

NÚCLEO DE GESTÃO ACADÊMICA DA ACC

Ulma Amazonas
Coordenadora de Extensão

Bela S. Perrell Serpa
Coordenadora da ACC

Leda Maria Alcântara
Márcia Clara B. F. Meiro
Coordenadoras do Projeto de Extensão

Pedro Andrade Caribé
Ubiratânia Capitan Barbossa
Membros de Projeto da ACC

Ernando Carlos Lopes
Ulisses Ferreira
Representantes da Comunidade Pacífica

SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ACC

Coordenadora:
Bela S. P. Serpa

Elza Rocha
Alano Pimentel
Leda Alcântara

Após:
Juracy Bahia

Ausilio Trindade Mogueira Sacedote
Rodrigo Yuri Damás Ferrandis

Projeto Gênesis:
Alexandro Moraes
José Antônio da Costa
Vera Amorim

Realização



fapesb

Apoio:



ACC
Associação de Comunidade e Comunidade
UFBA EM CAMPO

I Seminário de Avaliação do ACC/UFBA em Campo

5 a 7 de agosto de 2004
Faculdade de Arquitetura da UFBA

PROGRAMAÇÃO**5 de agosto - quinta-feira**

16 horas
Inscrições

18 horas
Abertura

Do UFBA EM CAMPO à atividade Curricular em Comunidade - ACC
Prof. Paulo Costa Lima

O Programa ACC na Reformulação Curricular dos Cursos de Graduação
Prof. Maerbal Bitencourt Marinho

Perspectivas para o Programa ACC
Prof. Manoel José Ferreira de Carvalho

Coordenador Álamio Pimentel

6 de agosto - sexta-feira

9 horas
Sessão 1

ACC e a Flexibilização Curricular

Plenária

Expositores
Prof. Sérgio Farias - FACED
Prof. Roberto Sidnei - FACED
Prof. Roseley Sá - FACED

Debatadores
Ulina Amazonas - PROEXT
Ubiranella Barbosa - FAR 454

Relator
Analice Passos Costa Neto - ENG457

10 h 20 min
Trabalho em Grupo*

11 h
Intervalo

14 h 20 min
Plenária de Sistematização

6 de agosto - sexta-feira

14 horas
Sessão 2

**Metodologias da ACC:
A interação como objeto**

Plenária

Expositores
Prof. Angelo Serpa - IGEO
Prof. Gey Espinheira - FFCH

Debatadores
Prof. João Carlos Sallés - FFCH
Paulo Norberto Santos - EDC 463

Relator
Bruno Luedy Silva - EBA455

15 horas
Trabalho em Grupo*

15 h 40 min
Intervalo

15 h 50 min
Plenária de Sistematização

16 h 30 min
Sessão 3

A Gestão de Programa ACC

Plenária

Expositores
Prof. Elenaldo Celso Teixeira - FFCH
Prof. Roman R. Calres de Brito - IBIO

Debatadores
Prof. Bela Serpa - PROEXT
Washington de Jesus - ECO 454

Relator
Tais M. Oliveira - GEO 455

17 h 30 min
Trabalho em Grupo*

18 h 10 min
Intervalo

18 h 20 min
Plenária de Sistematização

7 de agosto - Sábado

9 horas
Sessão 4

Com a palavra a comunidade

Plenária

Expositores
Sra. Carla Bastos - Vale do Capão
Sr. Fábio Rosa - Reserva Indígena de Água Vermelha Pataxó Há Há, Hãe - Porto Seguro

Sr. João Rodrigues de Matos
Assentamento Nova Aliança - Fazenda Buril II Entre Rios

Sr. Hyllon Baptista dos Santos UAMA - União das Associações dos Moradores de Alagoinhas

Moderadores
Prof. Maria Clara Meiro - ICS 458
Sr. Eramandos Carlos Lopes - NGA.
Representante da Comunidade

Relator
Pedro Caribé - COM 455

11 h 30 min
Plenária Final do Seminário

13 horas
Encerramento e confraternização

* **Relatores para Trabalhos de Grupo**
Marcelo Sousa - GEO 458
Nadja G. dos Santos - FAR 456
Osvenilton Conceição - EDC 462
Raimundo Bonfim - BIO 457

ANEXO B – Ementário do I Seminário de Avaliação do Programa ACC



I Seminário de Avaliação do ACC/UFBA em Campo
5 a 7 de Agosto de 2004
Faculdade de Arquitetura



Ementário do I Seminário de Avaliação do Programa ACC

Introdução

A organização do I Seminário de Avaliação do Programa ACC prevê o desenvolvimento temático das discussões a partir de três eixos fundamentais: *flexibilização curricular, metodologias da ACC e gestão de programas*. A articulação entre estes temas será feita a partir das críticas e proposições produzidas pelas plenárias do seminário. O objetivo central do evento é avaliar a experiência em ACC, proporcionando a construção de indicativos que contribuam para o avanço conceitual e metodológico do Programa, tanto no que diz respeito a suas configurações como uma ação de extensão, quanto no que diz respeito às suas configurações como instância articuladora de projetos de flexibilização curricular em extensão universitária.

Ementa I

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR: esta temática busca destacar as especificidades da atividade curricular em campo num programa de extensão universitária, apontando perspectivas de uma práxis pedagógica que valoriza a transposição de conteúdos disciplinares para o âmbito de atividades extensionistas e que inscreve os seus campos de atuação nos espaços sociais produzidos pela relação Universidade-Comunidade.

Ementa II

METODOLOGIAS DA ACC: trata-se de uma temática que busca apontar proposições para a construção de metodologias da extensão universitária buscando dar ênfase às circunstâncias paradigmáticas produzidas pelo programa ACC na sua trajetória no que diz respeito a: *relação com a comunidade, produção do conhecimento e a diversidade dos horizontes de trabalho da extensão universitária*

Ementa III

GESTÃO DE PROGRAMAS: neste eixo de discussões busca-se indicar a extensão universitária como um paradigma de gestão de ações acadêmicas emergentes das relações sociais entre Universidade e Comunidade. Tomam-se como pressupostos o compartilhamento e a participação de diversos atores sociais na construção das políticas de extensão, bem como a consolidação de práticas de articulação, interlocução e avaliação da ACC.

ANEXO C – Resumo da exposição da professora Maria Roseli Gomes Brito de Sá**I Seminário de Avaliação de ACC/UFBA em Campo****Sessão 1 - ACC e a Flexibilização Curricular**

Expositora: Maria Roseli Gomes Brito de Sá (FACED-UFBA)

Título: ACC: um espaço multirreferencial no currículo?

RESUMO

Discute a Atividade Curricular em Comunidade como um espaço multirreferencial no currículo, que poderá trazer possibilidades de articulação de saberes e de flexibilização curricular. A discussão se realiza a partir de depoimentos de estudantes do Curso de Pedagogia da UFBA, registrados em grupos focais e entrevista realizados em função de pesquisa que resultou em tese de Doutorado intitulada: *Hermenêutica de um Currículo: o Curso de Pedagogia da UFBA*. A ACC, mais que um espaço multiprofissional, possibilitador de processos interdisciplinares, passa a ser vista no estudo como um *espaço multirreferencial de aprendizagem*, pela possibilidade de promover *articulações* entre diferentes saberes, dificilmente alcançadas no desenvolvimento de um currículo eminentemente disciplinar.

ANEXO D – Resumo da exposição do professor Sérgio Farias**1º Seminário de Avaliação de ACC/UFBA em Campo****Sessão 1 – ACC e a *Flexibilização Curricular*****Expositor: Sergio Farias**

A flexibilização curricular na prática da ACC expressa-se na articulação de saberes de áreas diversas de conhecimento, com a interação de alunos de diversos cursos, entre si e com os participantes das comunidades onde atuam.

No que se refere ao currículo como um todo, a ACC funciona como as disciplinas optativas e eletivas e, através delas, o aluno tem possibilidade de aprender fazendo, de exercer aptidões e experimentar campos de ação ainda não explorados no seu percurso profissional.

Mas o maior grau de flexibilização se dá em situações nas quais os docentes redimensionam conteúdos e técnicas programados, em função dos interesses dos participantes e de seus níveis e formas de aprendizagem.

A flexibilização curricular não se expressa somente através da escolha “livre” pelo estudante de suas disciplinas e atividades. Ela alcança dimensão significativa quando há possibilidade de interação prolongada (mais de um semestre) contínua entre docentes, discentes e comunidades para que sejam percebidos seus interesses e seus processos de maturação intelectual, bases para os projetos de ensino aprendizagem contextualizados.

ANEXO E – Roteiro da exposição do professor Elenaldo Celso Teixeira**SESSÃO 3 - A GESTÃO DE PROGRAMA ACC**
Elenaldo Celso Teixeira - FFCH**1. Gestão compartilhada:**

- Significado e dificuldades;
- Possibilidades de acompanhamento dos Projetos;
- As diretrizes gerais.

2. Funções da Gestão:**2.1. Planejamento:**

- Planejamento a partir da demanda da comunidade X Interesses dos professores e alunos;
- Atividades comuns e específicas;
- Informações/experiências intercâmbio.

2.2. Coordenação dos projetos:

- Reuniões com professores;
- Reuniões com alunos.

2.3. Direção:

- Diretrizes e metas;
- Busca de recursos;
- Divulgação professores/alunos/comunidade.

2.4. Controle e avaliação:

- Indicadores;
- Relatórios;
- Avaliação do processo.

2.5. Papel do diversos atores no processo:

- Pró-Reitoria;
- Coordenação;
- Professor enquanto coordenador;
- Monitor;
- Comunidade.

3. Perspectivas e Limites:

- Incerteza dos recursos;
- Prioridade de temas X Iniciativa dos professores;
- ACC como disciplina;
- Período de atividades;
- Valorização do professor, aluno e comunidade;
- Visibilidade para toda a comunidade.

ANEXO F – Motivos dos estudantes participar de uma ACC

CURIOSIDADE

Em princípio curiosidade e posteriormente a motivação de aprender fora da sala de aula, interagindo com outras realidades e outros saberes **(Feminino, 23 anos, Pedagogia, EDC-455 – Projeto Paraguassu: convivência Universidade/comunidade e EDC-463 – Memória cultural e iconográfica Kiriri).**

Inicialmente curiosidade. Também, ao conversar com outros integrantes da ACC, fiquei fascinada pelo projeto, por sua metodologia e função social que **desempenhava (Feminino, 25 anos, Pedagogia, EDC-455 – Projeto Paraguassu: convivência Universidade/comunidade).**

Curiosidade sobre extensão; vontade de interagir com comunidade, aprender com ela e dividir o meu conhecimento com ela **(Feminino, 19 anos, Fonoaudiologia, ICS-456 – Lê-tramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas).**

Curiosidade pelo projeto **(Feminino, 19 anos, Nutrição, FAR-457 – Prevenção de anemias).**

INTERESSE PELO TRABALHO EM COMUNIDADE

A possibilidade de conhecer uma comunidade e aplicar o conhecimento absorvido na academia nela, haja vista a grande necessidade observada naqueles espaços, em todo o estado **(Feminino, 32 anos, Ciências Econômicas, ECO-454 – Empreendedorismo em comunidade).**

O que mais motivou a minha participação em ACC foi o fato de interagir diretamente com a sociedade e a possibilidade de fazer relações entre o conhecimento teórico adquirido nas salas de aula com a realidade analisada, quanto a este motivo em diversos momentos foi possível perceber o quão o nosso discurso acadêmico, por vezes, estava distante do povo, pois embora tivéssemos um discurso muito bem elaborado, muitas vezes as ações se caracterizavam por sua impermeabilidade em relação às mudanças, o que as invalidava e fazia com que efetúássemos um novo plano de ações para nos aproximarmos das comunidades. No entanto, vale salientar que em muito dos trabalhos realizados também alcançamos bons resultados **(Feminino, 24 anos, Pedagogia, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária e EDC-454 – Analfabetismo e desenvolvimento humano em municípios baianos).**

Estabelecer contato com a comunidade e conhecer os problemas da sociedade, já que a Universidade nos nega o estudo destas questões no currículo oficial **(Feminino, 20 anos, Pedagogia, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária)**.

Dialogar com a comunidade de forma efetiva e leva-la a Universidade. Extirpar preconceito que eu tinha em relação a minha comunidade (Sussuarana que é o bairro que eu moro). Ser uma cidadã mais consciente em relação aos problemas sociais sofridos pela população que mora nas periferias e subúrbios de Salvador, entre outros motivos **(Feminino, 27 anos, Licenciatura em Teatro, EDC-468 – Teatro e Educação e ACC não identificada)**.

Iniciativa pessoal para trabalhar e conhecer este projeto um dos poucos da universidade que estabelece uma comunicação direta com a comunidade externa **(Feminino, 25 anos, Licenciatura em Teatro, EDC-468 – Teatro e Educação)**.

O trabalho que se desenvolve junto a comunidade, construindo assim o protagonismo desta quanto sujeito **(Feminino, 24 anos, Enfermagem, ACC não identificada, ICS-458 – Endemias e meio ambiente no Litoral Norte e MED-459 – Educação em saúde na região de Subáuma)**.

Ao ingressar na universidade, a reflexão que fazia era: como a universidade estabelece contato com a comunidade? Ou melhor: como a universidade, instituição produtora de conhecimento, põe esse conhecimento produzido à disposição de grande parcela da população brasileira que excluída dele? A procura por essa resposta me fez ingressar na ACC estimulada pela participação no movimento estudantil **(Masculino, 25 anos, Nutrição, FCH-461 – Sociedade civil e políticas públicas e MED-459 – Educação em saúde na região de Subáuma)**.

Trocar saberes entre a universidade e a comunidade **(Masculino, 26 anos, Licenciatura em Teatro, EDC-468 – Teatro e Educação)**.

A praxiologia nele existente. Pensar novos modelos de trato com o conhecimento. Ser socialmente referenciado e útil realizar um diálogo acadêmico mais próximo com a realidade agrária pensar e efetivar uma prática socio-educacional para além do capital. Interrelacionar universidade e movimentos sociais **(Masculino, 25 anos, Pedagogia, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária)**.

Aproximação com a comunidade, possibilidade de pôr em prática os conhecimentos adquiridos na academia e conhecimento da realidade em que estamos inseridos, além de conhecer novos desafios **(Feminino, 23 anos, Licenciatura em Artes Cênicas, TEA-454 – GRIÔ-KAIODÊ – construindo histórias com alegria, EDC-468 – Teatro e Educação e ICS-456 – Lê-tramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas)**.

Necessidade de uma aproximação com a realidade social, além de anseio de motivação acerca de trabalhos sociais atrelados ao tecnicismo que o curso de Agronomia me propiciou **(Masculino, 25 anos, Engenharia Agrônoma, ACC não identificada)**.

Os objetivos da ACC: interagir com a sociedade e a partir disso, universidade e comunidade se enriquecerem com a produção de conhecimento e transformação social **(Feminino, 20 anos, Fonoaudiologia, ICS-456 – Lê-tramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas)**.

A oportunidade de poder utilizar de forma efetiva o conhecimento adquirido no âmbito da Universidade **(Masculino, 25 anos, Engenharia Sanitária Ambiental, ENG-457 – Uso e manejo da água na zona rural)**.

Desenvolver algum tipo de trabalho junto à comunidade, tentando ajudar de alguma forma na questão social **(Feminino, 20ª nos, Fonoaudiologia, ICS-456 – Lê-tramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas)**.

Poder informar a comunidade sobre os assuntos que são discutidos no curso de veterinária relacionando a anatomia dos animais, espécie, hábitos, etc... **(Feminino, 20 anos, Medicina Veterinária, MEV-458 – Museu de Anatomia Comparada-MAC)**.

A vontade de desenvolver alguma atividade de extensão, e ao mesmo tempo poder, a partir do conhecimento adquirido dar algum retorno à população. Como exemplo: busquei desenvolver uma pesquisa sobre a sinalização do transporte coletivo de Salvador, detectando os problemas e apontando possibilidades de melhorias **(Masculino, 26 anos, Desenho Industrial, ICS-459 – Vivaqui Vicacolá)**.

É uma atividade extracurricular; aumentar e facilitar o contato entre os estudantes de Enfermagem e a comunidade; me permitiu vivenciar a realidade de outras pessoas. Pois muitas destas vivem em condições de grande miséria e outros têm vários problemas de saúde **(Feminino, 22 anos, Enfermagem, ENF-456 – Cidadania e Saúde e DAN-454 – Eficiência de um programa de dança para prevenção de quedas entre idosos)**.

Necessidade de entender o contexto de Extensão da Universidade e poder ajudar as comunidades às quais a ACC atendia. Vi na atividade uma forma de colocar em prática alguns conhecimentos e poder entender a lógica e os modos de vida das populações “carentes”. Queria observar as formas de pensamentos das pessoas e, a partir daí, poder interferir de maneira que possa ajudá-los a ter uma consciência crítica e que possa vencer e quebrar as amarras que os prendem ao Sistema Capitalista. Poder ao povo! **(Masculino, 20 anos, Enfermagem, ICS-456 – Lê-tramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas)**.

Expandir meus conhecimentos e poder atuar na comunidade fazendo com que melhore a condição de vida ou conhecimentos das pessoas sobre determinados assuntos **(Feminino, 24 anos, Enfermagem, ICS-458 – Endemias e meio ambiente no Litoral Norte)**.

Desenvolver na prática a teoria aprendida na instituição **(Masculino, 23 anos, Enfermagem, ICS-458 – Endemias e meio ambiente no Litoral Norte)**.

O papel ao qual se propunha a ACC, o papel de suprir uma deficiência da Universidade Pública, responder aos anseios e interagir com a sociedade **(Masculino, 27 anos, Administração, ACC não identificada)**.

O fato da ACC (prevenção de anemias) ser uma atividade voltada para a minha área, a oportunidade de crescer e aprender com o relacionamento com a comunidade foram os principais fatores que me levaram a cursar a ACC **(Masculino, 20 anos, Farmácia, FAR-457 – Prevenção de anemias)**.

O trabalho em comunidade; colocar na prática o que era aprendido no teórico; o trabalho multidisciplinar; pesquisa **(Feminino, 26 anos, Farmácia, FAR-457 – Prevenção de anemias)**.

Possibilidade de integração entre teoria e prática **(Feminino, 26 anos, Pedagogia, EDC-454 – Analfabetismo e desenvolvimento humano em municípios baianos)**.

Pelo fato da ACC ser voltada para um trabalho em uma comunidade carente, foi o que me chamou mais atenção, podendo ajudar e fazer parte desse projeto de cunho social, eu não exitei em integrar ao grupo com o propósito de levar um pouco do conhecimento e força de vontade que tenho. “Só e saber em que posso ajudar mesmo que insignificamente, levando em consideração a grandiosidade dos problemas, já é um grande passo para me sentir melhor” **(Masculino, 21 anos, Geografia, ICS-456 – Lê-tramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas)**.

Interação com a comunidade, desenvolvimento de atividade com a participação de diferentes áreas do conhecimento, possibilidade de mostrar o caráter de compromisso social da Universidade **(Feminino, 24 anos, Engenharia Sanitária, FAR-458 – Educação e Saúde: prevenção e diagnóstico de doenças parasitárias e ENG-454 – Mão na massa: apoio técnico para construções populares)**.

Ter contato e trocar conhecimentos com a comunidade **(Feminino, 20 anos, Farmácia, ENG-457 – Uso e manejo da água na zona rural)**.

Passar um pouco de conhecimento adquiridos em sala de aula para pessoas que necessitam; novas experiências extra curriculares; adquirir conhecimento através das discussões em comunidades

(Masculino, 21 anos, Farmácia, ENG-457 – Uso e manejo da água na zona rural).

Ter contato com a comunidade para prestar algum tipo de serviço que possa trazer benefícios à população **(Feminino, 21 anos, Farmácia, ENG-457 – Uso e manejo da água na zona rural).**

A experiência em lidar com a comunidade, ficar e transformar conhecimentos **(Feminino, 26 anos, Medicina Veterinária, MEV-454 – Anatomia: uma visão comparada voltada às escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Salvador/Ba).**

A possibilidade de desenvolver uma atividade comunitária além de melhorar minha didática de ensino **(Masculino, 22 anos, Medicina Veterinária, ACC não informada).**

A possibilidade de utilizar os conhecimentos acadêmicos juntos aos que normalmente não poderiam ter acesso a esta qualidade de conhecimento científico **(Masculino, 24 anos, Licenciatura em Ciências Naturais, MEV-454 – Anatomia: uma visão comparada voltada às escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Salvador/Ba).**

Contato com comunidades e experiência diagnóstico parasitológico **(Feminino, 28 anos, Farmácia, FAR-458 – Educação e Saúde: prevenção e diagnóstico de doenças parasitárias).**

Imersão a comunidade desfavorecidas com um intuito de buscar e compartilhar conhecimentos. Poder realizar ações para a comunidade, proporcionando e incentivando participação e organização política a fim de buscar seus direitos **(Feminino, 26 anos, Enfermagem, DAN-454 – Eficiência de um programa de dança para prevenção de quedas entre idosos).**

Conhecer realidades diferentes da minha; aprimorar meus conhecimentos; conhecer a vivência em comunidade **(Feminino, 24 anos, Nutrição, FAR-457 – Prevenção de anemias e MED-459 – Educação em saúde na região de Subaúma).**

A possibilidade de conhecer, além da facilidade e por meio dela, e interagir com a comunidade, a fim de perceber os problemas e junto com o coletivo da ACC propor medidas para o possível saneamento dos problemas levantados. Além de entender claramente que é na pesquisa e extensão que o conhecimento adquire concreção e validade. Sabendo que o estudo abstrato e “bitolado” dentro das salas da Universidade, com o tempo torna-se vazio e sem sentido. E a ACC é a possibilidade de sair da abstração para a prática, para o enfrentamento das reais condições de vida estabelecidas na sociedade **(Feminino, 23 anos, Direito, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária).**

A possibilidade da aplicação teórica na prática; a possibilidade de trabalhar como uma equipe interdisciplinar; a possibilidade de ter contato com uma comunidade carente e rural; a possibilidade de conhecer novas pessoas; a possibilidade de troca de conhecimentos; e o preenchimento de carga horária **(Feminino, 19 anos, Psicologia, MED-459 – Educação em saúde na região de Subaúma)**.

Aplicar o compromisso social que temos, principalmente, quando estudamos numa Universidade Pública; conhecer de perto a proposta da extensão; aliar à teoria a prática, trocando experiências com a comunidade **(Feminino, 22 anos, Enfermagem, MED-459 – Educação em saúde na região de Subaúma)**.

Contribuir para com a dívida social que entendo que todos os estudantes ao ingressar em uma Universidade Pública **(Feminino, 22 anos, Nutrição, FCH-461 – Sociedade civil e políticas públicas, NUT-454 – Vigilância alimentar e nutricional e FAR-459 – Educação Popular e Atenção a Saúde)**.

INTERESSE EM APROFUNDAR TEMA

Como capoeirista há algum tempo, vi na ACC de capoeira a possibilidade de aprofundamento de algumas questões relativas ao processo de ensino na capoeira (Didática) e às pesquisas que atualmente se desenvolvem acerca da temática (capoeira). Em cultura corporal e meio-ambiente, vislumbrei a idéia da conjunção entre o conceito de cultura cultural corporal posto na prática e sua relação com o meio-ambiente e a comunidade na qual se desenvolviam os trabalhos, na possibilidade de contribuição na prática pedagógica em Educação Física, além da idéia de apropriarme de conhecimentos sobre desenvolvimento sustentável, de forma a intervir diretamente em minha própria comunidade **(Masculino, 27 anos, Licenciatura em Educação Física, EDC-464 – A pesquisa e o ensino de roda de capoeira e EDC-465 – Cultura corporal e meio ambiente)**.

O fato de ser sobre anatomia comparada me estimulou bastante a me matricular nesta ACC, pois como dou aulas achei importante conhecer mais sobre a anatomia dos animais e como funcionam seus sistemas para que eu possa transmitir com mais clareza e firmeza aos meus alunos. Outro motivo foi saber que ao fazer uma ACC o estudante pode eliminar uma optativa **(Feminino, 23 anos, Licenciatura em Ciências Naturais, MEV-454 – Anatomia: uma visão comparada voltada às escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Salvador/Ba)**.

Desejo de conhecer orgs distantes das que são estudadas na escola tradicionalmente. Fazer uma atividade coletiva com cunho prático **(Feminino, 24 anos, Administração, ADM-454 – Gestão social, terceiro setor e economia solidária: revisando conceitos e construindo uma prática e ADM-456 – Administração de projetos**

solidários em apoio ao desenvolvimento local – uma atividade de extensão, ensino e pesquisa na comunidade em Salvador).

Por ter contato com o movimento estudantil, acabei conhecendo algumas pessoas que já haviam participado da ACC, e me interessei pelas atividades desenvolvidas com o MST e as comunidades agrárias **(Feminino, 20 anos, Oceanografia, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária).**

Pesquisava sobre a região do vale do Iguape, onde atuava o Projeto Paraguaçu, por indicação de um professor entrei em contato com o Professor Felipe Serpa, coordenador da ACC em questão. Fui então apresentado e incorporado ao grupo **(Masculino, 31 anos, História, EDC-455 – Projeto Paraguassu: convivência Universidade/comunidade).**

Essa ACC funcionava em um distrito da minha cidade natal, queria conhecer essa região da minha cidade a qual eu não conhecia, assim como queria compreender como se desenvolvia esse trabalho na minha região **(Feminino, 28 anos, Museologia, EDC-455 – Projeto Paraguassu: convivência Universidade/comunidade).**

Conhecer mais uma determinada temática da qual eu teria contato mais direto **(Masculino, 26 anos, Licenciatura em Ciências Sociais, EBA-455 – Arte Indígena na BAHIA-AIB).**

Me interessei pelo assunto plantas medicinais que estava no título da matéria, mas não sabia que eu podia me inscrever, quando me interessei por outro ACC tinha uma história de o professor escolher os alunos o que me desanimou. No entanto nesse ACC que me inscrevi não houve nenhuma escolha prévia de alunos para cursá-lo. Além disso, outra dificuldade que tive para entrar em ACC antes foi o fato de a matrícula ser depois da matrícula em disciplinas na faculdade **(Feminino, 25 anos, Farmácia, FAR-454 – Busca racional de novos fármacos de origem vegetal).**

A ACC 457 deu-me oportunidade de lidar com os problemas envolvendo o tratamento de água e lixo na cidade de São Domingos. O motivo para a participação nessa ACC foi o depoimento de um estudante que havia participado dessa atividade nos dois semestres anteriores, onde eles identificaram as necessidades de alunos do curso de engenharia civil; A ACC 454 Tratava, nesses semestres (desde o semestre anterior a minha participação) da pesquisa para utilização de materiais não convencionais na construção popular, que eram utilizados por comunidades do interior, embora sem técnica. A busca da técnica mais eficaz para utilização desses materiais e a possibilidade de contribuir futuramente para a melhoria da habitação popular na zona rural do interior da Bahia foram minhas motivações para ingressar nessa ACC **(Masculino, 27 anos, Engenharia Civil, ENG-457 – Uso e manejo da água na zona rural e ENG-454 – Mão na massa: apoio técnico para construções populares).**

A oportunidade de ter contato com uma comunidade indígena, de conhecer as professoras da aldeia, a história da tribo e ter contato também com pessoas de outros cursos **(Feminino, 30 anos, Pedagogia, EDC-463 – Memória cultural e iconográfica Kiriri)**.

A possibilidade de conhecer a cultura indígena kiriri e contribuir de alguma forma para sua preservação. Outra razão para cursar essa ACC foi interagir mais diretamente com a comunidade, através do espaço institucional. Antes disso tive uma outra participação nas atividades de extensão, através do Programa Alfabetização Solidária **(Feminino, 30 anos, Pedagogia, EDC-463 – Memória cultural e iconográfica Kiriri)**.

Conhecer a história. [Acreditamos que seja da Capoeira, pois a ACC que o estudantes participou foi Ensino e Pesquisa na Roda de Capoeira]. **(Masculino, 24 anos, EDC-464 – A pesquisa e o ensino de roda de capoeira)**.

Aumentar meus conhecimentos no processo prático com peças de animais para melhor aperfeiçoamento nos assuntos de 5ª a 8ª séries **(Feminino, 25 anos, Licenciatura em Ciências Naturais, MEV-454 – Anatomia: uma visão comparada voltada às escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Salvador/Ba)**.

Necessidade de estudar a economia solidária e viver na prática esta relação em assistentes de trabalhadores sociais para escrever monografia de final de curso **(Feminino, 22 anos, Economia, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária)**.

Conhecer o MST, como também atuar de forma positiva no movimento, fazendo com que o movimento se expanda **(Feminino, 20 anos, Pedagogia, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária)**.

Interesse em estar aprofundando o tema devido a vivência com o mesmo **(Masculino, 22 anos, Licenciatura em Educação Física, EDC-464 – A pesquisa e o ensino de roda de capoeira)**.

Possibilidade de realizar um trabalho há muito desejado; ou seja, atuar com teatro em um trabalho de educação com adolescentes. O fato de a ACC desenvolver-se no Pau da Lima foi também fator determinante, pois já conhecia o trabalho desenvolvido nesse bairro, pela instituição a que estaria vinculada e tinha muito desejo de me inserir nele. A coordenação de Sérgio Farias, a atuação junto com Liane Monteiro, aluna do curso de extensão, também foram determinantes **(Feminino, 47 anos, Licenciatura em Teatro, EDC-468 – Teatro e Educação)**.

PREOCUPAÇÃO CURRICULAR

Foi uma oportunidade de melhorar a minha formação e principalmente para ter a oportunidade de cursar uma optativa.

Porém quando eu virei monitora aumentou o meu embasamento teórico-prático na minha formação como professora. Isso me ajudou para a compreensão do mundo científico. (Monitoria da ACC 465 de 2005.1 até 2006.1) **(Feminino, 22 anos, Licenciatura em Ciências Naturais, MEV-454 – Anatomia: uma visão comparada voltada às escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Salvador/Ba e EDC-465 – Cultura corporal e meio ambiente).**

Eliminação de matéria optativa **(Feminino, 23 anos, Licenciatura em Ciências Naturais, ICS-458 – Endemias e meio ambiente no Litoral Norte).**

Foi uma necessidade do currículo. Com eu já conhecia o trabalho, compromisso e seriedade do professor Menandro, e como era uma disciplina que envolvia tecnologia, vídeo e foto me despertou vontade de cursar **(Feminino, 35 anos, Pedagogia, EDC-463 – Memória cultural e iconográfica Kiriri).**

Primeiramente a busca por atividades que substituíssem a carga de optativas obrigatórias. Depois do primeiro contato percebi que essa atividade de extensão é de profunda importância para a formação de todo graduando ou melhor de todo estudante de graduação, seja ele de qualquer curso **(Masculino, 27 anos, Licenciatura em Teatro, EDC-468 – Teatro e Educação).**

Já participara do PIBIC e tive oportunidade de ser integrante do projeto vencedor do prêmio FENEAD (Concurso Nacional de Projetos Sociais para universitários – ADM). Este projeto demandava tempo dos estudantes e ao conhecermos a ACC pensamos em unir o útil ao agradável, ou seja, transformar o trabalho em campo dos estudantes em créditos curriculares. Formatamos uma proposta que foi inserida no Programa da ACC **(Feminino, 28 anos, Administração, ACC não identificada).**

Pela chance de poder desenvolver um experimento metodológico, e melhorar minha práxis pedagógica. Acreditando também no trabalho comunitário e essa troca que é fundamental entre a universidade e a comunidade **(Masculino, 22 ano, Licenciatura em Teatro, EDC-468 – Teatro e Educação).**

Através da indicação de minha irmã, procurei os programas de extensão, especialmente da disciplina ACC – EDC – 456 no entendimento de que a Universidade só cumpre seu verdadeiro dever quando se posiciona ao lado da classe trabalhadora, desenvolvendo atividades superadoras do atual quadro de paralisia que a produção acadêmica hoje se encontra, em sua ampla maioria. Assim, também fui contemplado quando tive a oportunidade de ampliar a formação do meu currículo, levando à prática a teoria apreendida em sala de aula no transcórre do curso **(Masculino, 23 anos, Geografia, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária).**

Possibilitar uma aproximação entre ensino/pesquisa/extensão – onde a concretização das teorias acadêmicas se dar no cotidiano **(Masculino, 41 anos, Pedagogia, EDC-465 – Cultura corporal e meio ambiente, ARQ-457 – Práticas de projetos em ações comunitárias – aprender a fazer fazendo e EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária).**

A oportunidade de vivenciar, na graduação, espaços de aprendizagem em que teoria e prática estivessem indissociadas. A estreita relação entre universidade e comunidade que a ACC propicia. A importância social da temática da ACC. O interesse em aprofundar meus conhecimentos em torno da temática. A possibilidade de conhecer outros lugares e experimentar outras realidades **(Feminino, 26 anos, Pedagogia, EDC-465 – Cultura corporal e meio ambiente).**

Sentia uma extrema necessidade de obter experiência na minha área, já que sou aluna concluinte de Licenciatura em Teatro, já tinha trabalhado em uma comunidade da Vila Ruy Barbosa na cidade baixa, no entanto sentia falta de uma orientação mais cuidadosa, daí soube da ACC, escolhi ACC em 2005 e Em 2006 não poderia escolher outra matéria para cursar, pois é muito gratificante o trabalho feito através da ACC, tenho aprendido muito com a experiência oferecida pela ACC **(Feminino, 23 anos, Licenciatura em Teatro, ACC não identificada).**

Acrescentar no meu currículo como matéria optativa **(Feminino, 19 anos, Fonoaudiologia, ICS-456 – Lê-tramento: possíveis leituras do cenário e das políticas contemporâneas).**

Realizar um trabalho na faculdade, cursar uma matéria optativa e aumentar escore **(Masculino, 20 anos, Medicina Veterinária, MEV-458 – Museu de Anatomia Comparada -MAC).**

Contribuição para formação acadêmica; aumentar o conhecimento em anatomia **(Feminino, 27 anos, Medicina Veterinária, MEV-454 – Anatomia: uma visão comparada voltada às escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Salvador/Ba).**

Para eliminar disciplina optativa e para realizar uma atividade curricular diferente **(Feminino, 24 anos, Licenciatura em Ciências Naturais, GEO-458 – O bairro em imagens).**

Considero a ACC um projeto de extrema importância para a consolidação do tripé que sustenta a Universidade Ensino-Pesquisa-Extensão, sendo que esta extensão na qual a Universidade enquanto uma instituição social produz conhecimento de relevância social de forma significativa através da ACC **(Feminino, 28 anos, Licenciatura em Educação Física, EDC-465 – Cultura corporal e meio ambiente, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária e ACC não identificada).**

Realizar monografia de final de curso sobre teorias pedagógicas no MST (**Feminino, 25 anos, Pedagogia, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária**).

Interesse de conciliar as atividades de ensino-pesquisa-extensão; trabalhar com os movimentos sociais; enriquecer a minha formação política (**Masculino, 25 anos, Licenciatura em Educação Física, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária**).

O interesse em conhecer e contribuir para a extensão na Universidade e a vontade de vivenciar na prática os conteúdos que aprendo na Universidade (**Feminino, 22 anos, Pedagogia, EDC-464 – A pesquisa e o ensino de roda de capoeira**).

Vivenciar uma nova forma de disciplina. Interagir com estudantes de outros cursos. Entender a intenção da extensão na Universidade e acima de tudo, conhecer extras realidades, para poder ajudar de alguma forma a comunidade que me propus a conhecer (**Masculino, 24 anos, Licenciatura em Ciências Naturais, MED-459 – Educação em saúde na região de Subaúma**).

Participar de um programa de extensão. Fazer parte de uma turma multidisciplinar (**Feminino, 22 anos, Enfermagem, MED-459 – Educação em saúde na região de Subaúma**).

OUTROS MOTIVOS

Era monitor (**Masculino, 26 anos, Administração, ADM-456 – Administração de projetos solidários em apoio ao desenvolvimento local – uma atividade de extensão, ensino e pesquisa na comunidade em Salvador**).

Eu queria entrar no BANSOL, e entrei através da ACC, que na época era gerenciado por membros do BANSOL (professores e alunos). (**Masculino, 23 anos, Administração, ACC não identificada**).

Inicialmente simplesmente pelo horário oferecido, depois a proposta do curso me motivou também. A atividade visava abordar a linguagem de maneira mais contextualizada estimulando a valorização de adolescentes enquanto cidadãos (**Feminino, idade não informada, Letras Vernáculas com Inglês, DAN-455 – Com arte e com afeto: cidadania e consciência negra**).

O desejo de conhecer o projeto de extensão da UFBA, já que é isso que a torna uma universidade (**Feminino, 22 anos, Pedagogia, GEO-458 – O bairro em imagens**).

Na primeira ACC minha participação teve motivação a partir da bolsa de iniciação científica (PIBIC) em que meu professor orientador da pesquisa (Professor David Iannitelli), também estava a frente dessa ACC... Sendo assim, minha escolha quanto a essa disciplina ocorreu através desse vínculo que a bolsa me proporcionou. Apesar disso,

eu já tinha conhecimento do projeto (ACC), mas não tinha noção da importância para meu desenvolvimento na faculdade. Para o segundo ACC, minha participação ocorreu por convite do prof. Norberto Pena que estava à frente dessa atividade e me comunicou também para existência do seu projeto no Grupo de Pesquisa que ele mantém na Escola de Dança e tem atividades paralelas ao ACC. Em ambas as participações eu tive grande experiências que o ambiente acadêmico, antes não me tinha proporcionado (**Feminino, 22 anos, Licenciatura em Dança, DAN-457 – Dança em Quatro Estações: A Poética do Quotidiano e DAN-454 – Eficiência de um programa de dança para prevenção de quedas entre idosos**).

1) outros colegas já cursaram a ACC e gostaram muito; 2) Disponibilidade de horário; 3) Não tinha experiência em dar aula para alunos das séries que estou me habilitando para dar (**Feminino, 22 anos, Licenciatura em Ciências Naturais, MEV-454 – Anatomia: uma visão comparada voltada às escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Salvador/Ba**).

Monitorei a ACC e coletar dados para tese de doutorado (**Masculino, 45 anos, Doutorado em Educação, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária**).

Coleta dados tese doutorado (**Feminino, 40 anos, Pós-graduação em Educação, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária**).

Possibilidade de construção com diferentes cursos da universidade, da luta pela terra e pela construção de uma sociedade socialista (**Feminino, 23 anos, Licenciada em Educação Física pela UFPR, EDC-456 – Ação interdisciplinar em áreas de reforma agrária**).